**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

GRASIELLY JERONIMO DOS SANTOS MARIANO

**AMAMENTAÇÃO NO AMBIENTE PRISIONAL: A EXPERIÊNCIA DE
DETENTAS EM PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**São Paulo
2016**

GRASIELLY JERONIMO DOS SANTOS MARIANO

**AMAMENTAÇÃO NO AMBIENTE PRISIONAL: A EXPERIÊNCIA DE
DETENTAS EM PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Tese apresentada ao Programa Interunidades de
Doutoramento de Enfermagem da Escola de
Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de
Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Linha de pesquisa: Sociedade, Saúde e Enfermagem

Orientadora: Prof^a Dr^a Isília Aparecida Silva.

**São Paulo
2016**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Catálogo na Publicação(CIP)
Biblioteca Wanda Aguiar Horta
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Mariano, Grasielly Jeronimo dos Santos
Amamentação no ambiente prisional: A experiência de detentas em penitenciárias do Estado de São Paulo. / Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano. São Paulo, 2016. 217p.

Tese(Doutorado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Isília Aparecida Silva
Área de Concentração: Cuidado em Saúde

1. Aleitamento Materno. 2. Prisões para mulheres. I. Título.

Nome: MARIANO, Grasielly Jeronimo dos Santos

Título: Amamentação no ambiente prisional: A experiência de detentas em penitenciárias do Estado de São Paulo.

Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Dr. _____ Instituição _____

Julgamento : _____ Assinatura _____

Só depois de conhecer todas as coisas é
que o homem poderá conhecer a si mesmo.

De fato, as coisas são simplesmente as
fronteiras do homem (Nietzsche).

Na Prisão

Minha vista, quer seja aguda, quer seja fraca, não vê senão a certa distância. Vivo e ajo nesse espaço, essa linha do horizonte é meu mais próximo destino, grande ou pequeno, ao qual não posso escapar. Em torno de cada ser se estende assim um círculo concêntrico que lhe é particular. Igualmente o ouvido nos encerra num pequeno espaço, da mesma forma que o sentido do tato. E a partir desses horizontes, onde nossos sentidos encerram cada um de nós, como nos muros de uma prisão, que avaliamos o mundo, dizendo que tal coisa está perto, tal outra está longe, tal coisa é grande, tal outra é pequena, tal coisa é dura e tal outra é mole: chamamos “sensação” essa forma de medir — e tudo isso é simplesmente um erro em si! A partir da quantidade de experiências e emoções que nos são possíveis em média num espaço de tempo dado, avaliamos nossa vida, a achamos curta ou longa, rica ou pobre, cheia ou vazia: em função da média da vida humana, avaliamos aquela de todos os outros seres — e isso, tudo isso, é simplesmente um erro em si!

(Nietzsche)

AGRADECIMENTOS

Nunca um professor tão grande se fez tão pequeno para tornar seus alunos grandes seres humanos! Augusto Cury

Encontrei alguns mestres em meu caminho, os quais não só me inspiraram, mas me ensinaram e me fizeram ver a minha pequenez. Interromperam suas trajetórias em algumas curvas e se doaram à mim, sem pedir nada em troca. Fizeram de meus sonhos, seus projetos de vida.

Agradeço minha orientadora, **Profª Drª Isília Aparecida Silva**, que nunca fechou os olhos para as minhas dificuldades e com paciência me ensinou os caminhos corretos.

À **profª Drª Elaine Buchhorn Cintra** e ao **Profº Drº Gustavo Ferraz de Campos Mônaco**, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pela concessão de bolsa de estudos do Programa Demanda Social (DS) e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Ao **Dr. Tom Andrews**, professor na University College Cork (Irlanda), que me recebeu em seu país e acolheu a minha proposta de estudo, proporcionando-me oportunidade ímpar de crescimento.

Aos profissionais da **Secretaria de Administração Penitenciária** e das **unidades prisionais** onde desenvolvi este estudo, os quais batalharam muitíssimo para tornar essa pesquisa possível.

À **Leandro Mariano**, meu marido, pelo apoio e compreensão da minha ausência, mesmo quando eu estava presente.

À **Simone de Carvalho**, minha amiga querida, pela dedicação e apoio ao longo de todos esses anos.

À minha amada mãe, **Tunia Jeronimo**, por ocupar seu coração e seu tempo assumindo o cuidado de meus filhos e de minha casa, sempre que precisei

Agradeço e dedico este constructo em especial às maiores professoras que tive nesse processo, que mesmo sem saber se tornaram agentes modificadoras de seu mundo e, também, de meu mundo: **às mães presas que entrevistei**. Aprendi com elas que é possível aliviar a dor e viver sonhos mesmo quando mais nada parece ser possível.

**Aos meus filhos, Luccas e Laura, e ao meu esposo Leandro.
Agradeço por não desistirem do meu sonho!**

"Fecho os olhos para não ver passar o tempo, sinto falta de você. Anjo bom, amor perfeito no meu peito, sem você não sei viver... Então vem, que eu conto os dias, conto as horas para te ver...".

MARIANO, G.J.S. **Amamentação no ambiente prisional: A experiência de detentas em penitenciárias do Estado de São Paulo.** [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2016.

RESUMO

Este estudo buscou compreender a experiência e os significados da amamentação para mães que amamentam seus filhos durante o cumprimento de pena. A pesquisa foi realizada em seis penitenciárias femininas do estado de São Paulo, de Fevereiro de 2014 à Maio de 2016.

Objetivos: Caracterizar a prática de aleitamento materno realizada por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos; Compreender o significado consciente da experiência de amamentar atribuído por mulheres privadas de liberdade e Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres presas se manifestam nas ações em relação ao seu processo de amamentar. **Metodologia:** Essa pesquisa adotou o Interacionismo Simbólico e o modelo "Pesando Riscos e Benefícios" como referenciais teóricos e a Teoria Fundamentada nos Dados como referencial metodológico. Primeiramente, para o alcance do primeiro objetivo, foram entrevistadas 85 mulheres, sendo que dessas, 30 participaram da fase de obtenção de dados qualitativos. **Resultados:** As mulheres tinham entre 18 e 38 anos, a maioria era solteira (48,2%) e 82,3% com mais de um filho. As 82 (100%) crianças que conviviam com suas mães nas penitenciárias tinham entre 0 e 11 meses; 41(50%) estavam entre 0 e 3 meses e entre essas, 65,9% estavam em aleitamento materno exclusivo; 28 (34,1%) crianças tinham entre três e seis meses de idade, sendo que 10 (35,7%) eram amamentadas exclusivamente. O uso de chupeta foi observado em 39 (47,5%) crianças. Dos dados qualitativos foram identificados três temas: **BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE, VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO e RECONHECENDO QUE HOVE PERDAS, MAS QUE VALEU A PENA**, os quais revelaram que, no conjunto das interações dessa mulher, no contexto prisional, a amamentação desempenha um papel relevante no desenvolvimento do vínculo entre mãe e filho e na promoção do bem estar materno. A nutriz encontra, nessa prática, uma fonte de proteção emocional. Nessa perspectiva, a sua vida deixa de ter a condição penal como foco da existência, projetando na criança o centro de suas atenções e nessa interação, a fonte de uma experiência plena e prazerosa, que possibilita mudanças de visão de mundo. Compreendeu-se que, para a mãe presa, a visão de que o cárcere é um lugar seguro, onde ela pode conviver e cuidar do filho perde-se por completo com a certeza da separação de seu filho. Nesse processo, a mãe vivencia a experiência de construção de vínculo com o seu filho, tendo como horizonte, uma futura ruptura, a certeza da separação que virá com o cumprimento do limite de permanência da criança no presídio. Os resultados desta investigação, fornecem subsídios aos profissionais do sistema penitenciário, para a necessária revisão ou construção de medidas e ambientes com fundamentos, sociais, jurídicos, que promovam não só a oportunidade de guarda do filho da presa, mas a continuidade de vínculos sociais familiares e segurança do exercício da maternidade, intra e extra muros prisional, incrementando as ações de acolhimento sensível, que permita às mulheres presas encontrarem caminhos para também reconstruir as relações com seus meios sociais.

Palavras-chave: Prisões femininas; Mães presas; Amamentação.

MARIANO, G.J.S. **Breastfeeding in prison environment: The experience of inmates in penitentiaries in the state of São Paulo.** [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2016.

ABSTRACT

This study aimed to understand the experience and meaning of breastfeeding for mothers who breastfed their children, while serving a custodial sentence. The study was conducted in six female penitentiaries in the state of São Paulo, between February 2014 and May 2016. Objectives: To describe the breastfeeding practices of female prisoners; To understand the meaning that breastfeeding had for women deprived of their freedom and to understand how it influenced their behavior. Methodology: This study adopted Symbolic Interactionism and the model "Risks and Benefits" as the theoretical underpinnings of the study and Grounded Theory as the methodological framework. To achieve the first objective, we collected quantitative data from 85 women, and of these, 30 participated in the second phase of the study to achieve the other objectives. Results: The women were between 18 and 38 years of age, most were single (48.2%) and 82.3% had more than one child. The 82 (100%) infants living with their mothers in prison were between 1 day and 11 months; 41 (50%) were between one day and 3 months and of these, 65.9% were breastfeeding exclusively; 28 (34.1%) infants were between three and six months, and 10 (35.7%) were exclusively breastfed. Pacifiers were used by 39 (47.5%) of the infants. Three themes were identified in the qualitative data: SEEKING REFUGE THROUGH MOTHERHOOD, SERVING TWO CONCURRENT SENTENCES and COMPROMISED BUT SATISFYING MOTHERING. For woman in the prison context, breastfeeding played a very important role in the development of the bond between mothers and infants and promoted the welfare of the woman. Breastfeeding was a source of emotional protection. From this perspective, the mothers' lives ceased to have a criminal status as its focus, because the infant became the center of their attention. For them, this interaction became a fulfilling and enjoyable experience that enabled them to change their whole outlook on life to one of positivity. The ultimate separation from their infants made women change their view of prison as not a safe place to live and care for the infant. Their experience of bonding with the infant enabled women to realize that they had a positive future. The results of this study have the potential to be used to inform and ultimately change public policy in relation to how these women are dealt within the penitentiary system. It can increase the sensitivity of health care professions working within the penitentiary system to become much more sensitive to the needs of mothers and their infants thus enabling women to re-evaluate their lives, increase hope for a better future and change direction. The findings strongly support the idea of treating women with dignity and respect in the knowledge that this gives them hope and is the basis for changing their lives for the better.

Keywords: Female prisons; Mothers in prison; Breastfeeding.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo, segundo população feminina total, 2016.	43
Quadro 2-	Demonstrativo da identificação de códigos a partir de trecho de entrevista. São Paulo, 2016.	52
Quadro 3-	Demonstrativo de criação de categoria a partir de um conjunto de códigos. São Paulo, 2016.	54
Quadro 4-	Ocupações profissionais referidas pelas mulheres presas, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações. São Paulo, 2016.	57

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	A SAÚDE MATERNA, A MATERNIDADE E A AMAMENTAÇÃO EM AMBIENTE PRISIONAL.....	29
3	OBJETIVOS.....	41
4	BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	43
	4.1 - O Interacionismo Simbólico	43
	4.2 - A Teoria Fundamentada nos Dados.....	46
	4.3 - O modelo teórico "Pesando Riscos e Benefícios"	49
5	DESENHO DA PESQUISA.....	53
	5.1 - Local da Pesquisa.....	53
	5.2 - Sujeitos da Pesquisa.....	56
	5.3 - Procedimentos de coleta de dados.....	57
	5.4 - Aspectos éticos da pesquisa.....	61
	5.5 - Descrição do processo de organização e análise dos dados	62
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	67
	6.1 - Conhecendo as reeducandas e seus filhos.....	67
	6.2 - Amamentar na prisão: construção de vínculos e enfrentamento de rupturas.....	72
7	DISCUSSÃO.....	123
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....	143
	8.1 - Considerações finais.....	143
	8.2 - Implicações do estudo.....	145
	REFERÊNCIAS.....	147
	APÊNDICE A - Instrumento de coleta de dados.....	157

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	159
APÊNDICE C - Temas, categorias e subcategorias	163
ANEXO 1 - Parecer consubstanciado do comitê de ética da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.....	191
ANEXO 2 - Parecer consubstanciado do comitê de ética da Secretaria de Administração Penitenciária.....	195
ANEXO 3 - Formulário para obtenção de anuência do Secretário de Estado.....	207
ANEXO 4 - Autorizações judiciais	211

APRESENTAÇÃO

Interessei-me pela temática *aleitamento materno* ainda durante a graduação, motivada por uma dificuldade pessoal com a minha filha caçula, hoje com cinco anos. Os sucessos na amamentação de meu primeiro filho e os estágios em maternidades durante o meu curso de graduação em enfermagem, aumentaram minha autoconfiança a ponto de me fazer pensar que as informações que eu tive, até aquele momento, eram suficientes para amamentar novamente com êxito, o que simplesmente não se configurou. Amamentar, para mim, assim como para muitas mulheres, completava o sentido de maternagem, mas quando as lesões e mastites começaram a aparecer, cada dia vivido tornava-se uma tortura, pela mistura de medo do desconhecido e das dores que eram suportadas apenas pelo grande desejo de continuar amamentando.

Passei, então, a buscar na literatura respostas para as minhas dúvidas acerca dos fatores que influenciam o sucesso da amamentação, de modo que eu pude perceber que esta prática vai muito além da ótica biologicista e pode estar na dependência de fatores que são desconhecidos ou pouco explorados por profissionais de saúde em assistência à nutriz nas diversas dimensões de atenção como, por exemplo, os aspectos psicológicos, econômicos e sociais.

Pensar na experiência de amamentar das mulheres em situações tão diversas de vida e de contextos, levou-me a refletir sobre momentos muito especiais que mãe e filho podem estar submetidos nessa fase, como a amamentação de bebês prematuros ou com malformação, que de alguma forma tem sido explorada por pesquisadores. No entanto, uma realidade em particular me chamou atenção pela sua extrema combinação de aspectos sociais, econômicos, emocionais e tantas outras dimensões humanas que podem estar envolvidas: o cenário de prisão materna, uma situação tão diversa e aparentemente tão intensa do ponto de vista de sentimentos e experiência de vida.

Na abrangência desse assunto e contexto, os saberes acerca da dinâmica do aleitamento materno, tão incentivado em campanhas mundiais, permanecem pouco explorados cientificamente, o que me fez sentir desafiada. É fato que se há permissão judiciária para que uma criança fique com sua mãe durante o cumprimento de pena, possivelmente haverá bebês sendo amamentados nesse cenário.

Essa problemática tem sido foco de minhas reflexões. Sob essa ótica, é inquestionável que uma das ações consideradas mais importantes para contextualizar a relação entre mãe e filho é o aleitamento materno. Partindo dessa premissa, considerei a importância de aprofundar a minha compreensão acerca da experiência de amamentar de mulheres presas, propondo uma reflexão à partir da ligação dela com seu filho e das dimensões do cuidado centrado tanto na nutriz, como em seu lactente.

1 INTRODUÇÃO

Mais de 600 mil pessoas estão presas no Brasil, das quais 579.423 estão no sistema penitenciário e a maioria na cidade de São Paulo (219.053) (BRASIL, 2014). De 1990 à 2014 houve um aumento expressivo de 575% do número de presos. Em 2014 a mulher já representava 7% da população prisional brasileira, o que de fato é uma parcela pequena em relação à masculina. Das 1.424 unidades prisionais no país, apenas 7% é feminina e 17% ainda classifica-se como unidade mista (BRASIL, 2014).

O cenário mostra que mesmo sendo uma parcela bem menor que o contingente masculino, o número absoluto de mulheres presas é significativo e representa uma demanda específica de atenção, especialmente pela possibilidade destas terem filhos pequenos, dependentes de seus cuidados. A indagação sobre o que é ser mulher, mãe encarcerada e ver seu filho crescer em ambiente regido por normas de clausura é uma condição que começa a ganhar importância em diversos países, sob todos os pontos de vista, sejam eles sociais, econômicos ou humanitários, relevantes o suficiente para movimentar as políticas públicas de saúde aplicadas a mulher reclusa em penitenciária.

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei 8.080 de 1990, esta última sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), oferecem direcionamento para o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), editado em 2003 pela Portaria Interministerial n.º 1.777 (BRASIL, 2004), o qual dispõe sobre o atendimento de saúde fundamentado na promoção e prevenção, beneficiando as pessoas privadas de liberdade com direcionamentos específicos para a sua situação. Em 2014, o PNSSP foi revogado ao entrar em vigência a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), o qual traz abordagens significantes ao considerarem que a reintegração à sociedade depende, além de outros elementos, também da educação, trabalho e saúde.

Documento como esse é elaborado tendo como pilares as pesquisas e análises criteriosas a respeito da situação da mulher dentro do sistema prisional e emergem das evidências de diversas necessidades (BRASIL, 2010a). Embora haja essa articulação para suporte ao bem-estar do infante e de sua mãe, em cumprimento de pena, a realidade dos presídios brasileiros ainda espera por adequações que possam minimizar os efeitos do encarceramento da dupla mãe e filho e os impactos sociais desse aprisionamento.

A mãe é um membro insubstituível na composição da família, capaz de proporcionar à criança um ambiente favorável ao seu desenvolvimento (NOVELINO, 1988). É sobre essa premissa que se amparam os programas destinados à mãe-prisioneira em países como Canadá e Reino Unido, que estabelecem padrões para construir ambientes de apoio que acolhem e promovem estabilidade e continuidade no relacionamento entre mãe e filho (CORRECTION SERVICE CANADA, 2007; HER MAJESTY'S PRISON SERVICE, 2006). Pensando nessa atuação singular, países que legalizaram o aborto, como Reino Unido, por exemplo, permitem que a mulher grávida decida se vai continuar ou não com a gestação no momento em que chega à prisão, além de permitir que ela opte por levar seus filhos, dentro da idade limite permitida, para viver junto dela no encarceramento (HER MAJESTY'S PRISON SERVICE, 2006).

Tais medidas servem para reforçar o papel da figura materna daquelas que tomam a decisão de se responsabilizar pela criança dentro do sistema prisional, além de ter uma importante função na cobrança das tarefas, pois há mães que podem simplesmente não querer cuidar de seus filhos enquanto estão sob custódia (MARIANO; SILVA; ANDREWS, 2015).

Muitos aspectos da vivência de mulheres nesse contexto ainda são desconhecidos e, mesmo assim, a *World Health Organization Europe* (WHO-EUROPE, 2012) oferece parâmetros sobre o que deve ser considerado prioritário no tocante aos direitos da mulher e da criança em um ambiente de recolhimento, a fim de guiar os programas desenvolvidos em todos os países. No *site* desse órgão é possível encontrar uma lista sobre “10 pontos, a saber, sobre a mulher na prisão”, entre os quais se encontra a informação de que mulheres, em geral, não são sentenciadas por crimes violentos, justificando o curto tempo de cumprimento de pena e alto *turnover*. No entanto, a quantidade de mulheres reclusas leva a crer que em média 10 mil bebês e crianças em toda a Europa são afetados pela reclusão materna (WHO-EUROPE, 2009, 2012), o que pode impactar diretamente em diversas questões de saúde pública, estando a criança dentro ou fora da penitenciária.

Nesse ponto de vista, uma das ações consideradas mais importantes para a saúde infantil focaliza o aleitamento materno com inúmeros atributos qualitativos. Exatamente por isso, a amamentação tem sido abordada como um direito da criança e um dever da mãe. Mas o que significa, sob a ótica da mulher, amamentar em ambiente punitivo? Quais fatores desse ambiente podem influenciar na construção deste significado e como a nutriz age em relação a

eles? Assim, partindo dessas indagações, é possível considerar a importância de se aprofundar a compreensão da experiência de amamentar de mulheres/nutrizes em ambiente prisional.

Este trabalho visa evidenciar a experiência intra cárcere da reeducanda nutriz, gerando subsídios para que os profissionais de saúde possam melhor compreender a abrangência desta temática, reavaliar programas, planejar ações de saúde para essas mulheres, seus bebês e familiares.

2 A SAÚDE MATERNA, A MATERNIDADE E A AMAMENTAÇÃO EM AMBIENTE PRISIONAL

Em todo o mundo, mais de 625 mil mulheres estão presas em instituições penais, quase um terço deste número nos Estados Unidos (INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISONAL STUDIES, 2012).

De acordo com o *International Centre for Prisonal Studies* (2011), o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia.

Desde 2010, as mulheres representavam para além de 6% do total de presos penitenciários no Brasil, na medida que das mais de 600 mil pessoas custodiadas no sistema penitenciário, mais de 37 mil são mulheres, maioria cumprindo pena no Estado de São Paulo (BRASIL, 2010a; 2012; 2014).

Do ponto de vista de Lemgruber (1999), o aumento do aprisionamento feminino acompanha a tendência de igualdade entre os sexos, facilitado pela maior participação social da mulher, como explica Guilhermano (2000, p. 79):

"A maior liberdade aumentou a participação da mulher na esfera pública, trabalho, compras, bancos, etc., e isto poderia explicar algum dos aumentos na parcela feminina de crimes pequenos contra a propriedade, tais como furtos, roubo em lojas, fraudes, falsificação de cheques, etc." (GUILHERMANO, 2000, p.79)

Nesse caminho, ao refletir acerca do aprisionamento da mulher e das peculiaridades da execução de sua pena, é inevitável pensar nas consequências sociais e, principalmente, familiares, que decorrem da privação de sua liberdade. A mulher, quando aprisionada, nem sempre tem a sua disposição os meios que a possibilite manter a família, em especial o cuidado dos filhos, dos quais é a principal guardiã (WHO-EUROPE, 2009).

O assunto parece estar recebendo mais atenção da coletividade do que há 10 anos. Quando inserimos as palavras *women in prison 2016* nos buscadores da *internet*, cerca de 65 milhões de resultados aparecem e entre eles há *websites* que evidenciam grande parte da problemática que envolve o encarceramento feminino, alguns se dedicando a promover mudanças nos regimes punitivos na tentativa de minimizar, principalmente, os impactos

contraproducentes do aprisionamento de mulheres que, em sua grande maioria, não oferecem risco à sociedade.

Outros, ainda, incitam a observância mais literal dos direitos das reeducandas em discursos pautados nas singularidades de gênero, tendo em vista as necessidades de saúde específicas desta população como a prevalência elevada de transtornos mentais, quando comparada com a população masculina encarcerada, e o aumento do número de gravidezes e nascimentos de bebês durante o cumprimento de sentença, muitas vezes na vigência de reclusas soropositivas para HIV (WHO, 2009; WPA, 2009).

A crítica aos regimes punitivos não é um acontecimento recente e foi tecida também por Foucault (1987) em sua obra *Vigiar e Punir*, na qual ele descreve a trajetória dos costumes corretivos e delineia o desaparecimento dos suplícios em face ao advento da "humanização" (1987, p.12) que utiliza estratégias mais sutis de fazer sofrer para que um crime seja pago sem o emprego de esquartejamentos, amputações, marcas nos corpos ou exposições em vida ou em morte. A confissão pública de crimes praticada na França (1791), bem como o pelourinho na Inglaterra (1789), foi substituída gradualmente ao longo dos anos por correções que marcam o criminoso genuinamente pela vergonha da própria sentença, pela suspensão de direitos, por uma rotina cheia de restrições e regras, embora o objetivo do aprisionamento seja o de corrigir, reeducar e ressocializar. O autor enfatiza que o poder sobre o corpo complementa a pena privativa de liberdade onde a restrição alimentar, o frio, o isolamento, a privação sexual produzem efeitos severos de penalidade não mais apenas sobre o corpo, mas atingem profundamente a alma do criminoso (FOUCAULT, 1987).

Neste sentido, não há dúvidas de que é mesmo “de corpos” que se ocupam os regimes penitenciários (FOUCAULT, 1987) e as reivindicações, que neste cenário se fundamentam, transparecem na literatura que se propõe a investigar as lacunas deste assunto, realçando a preocupação com o domínio corporal quando sublinham a necessidade de reforço nas questões inerentes aos direitos humanos, na luta para construção de mais estabelecimentos prisionais (desenhados para atender às necessidades de mulheres e evitar o distanciamento de sua família e amigos por ocasião de transferências para prisões localizadas em outros distritos), no acesso à visita íntima, na permissão para receber visita dos filhos ou de exercer a maternidade permanecendo com eles na prisão (WPA, 2009).

Nos Estados Unidos, em 2014, havia 106.200 mil mulheres sentenciadas a mais de 12 meses de prisão, sendo uma ampla maioria por crimes não violentos e das quais sete em cada 10 reclusas tinham filhos pequenos (CARSON, 2015). Em 2011, já se sabia que o número de mulheres infratoras no Brasil aumentava substancialmente a cada ano e este fato impõe uma tarefa desafiadora para a grande maioria dos países, tendo em vista um conjunto de diferenças observáveis, e não meramente especulativas, nos perfis criminológicos entre homens e mulheres transgressores. A minúcia dos regulamentos das execuções penais tem se esforçado para considerar, pouco a pouco, a população feminina que não era, até bem pouco tempo, de grande expressividade quantitativa (BRASIL, 2011, 2014).

A maternagem, na visão de Fioravante (2010), é um dos temas mais importantes no cenário prisional feminino. A mulher em situação de cárcere deixa fora dele, muitas vezes, filhos, companheiros e familiares idosos que dela dependem financeira e afetivamente. Ainda que a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) explicita a possibilidade de a mulher permanecer com seus filhos durante o cumprimento de pena, até que estes completem sete anos de vida, a realidade mostra que a maioria dos estabelecimentos brasileiros utilizados para penas privativas de liberdade não apresenta infraestrutura imprescindível para atender às necessidades gerais desta população, resultando em crianças entregues a familiares e, na falta destes, a abrigos para menores ao completarem seis meses de vida.

Ao praticarem os atos ilícitos, muitas mulheres podem não ser capazes de considerar os efeitos negativos que fatalmente alcançarão seus filhos, sua família, resultando não simplesmente na privação de sua liberdade, mas na desconstrução de relações, quebra de vínculo familiar, sendo marcadas por juízos negativos que ferem a imagem de boa mãe. Os modelos de reclusão têm sua atenção alheia às necessidades de manutenção familiar e não visam a reparar danos no relacionamento entre os membros ou promover o seu perfeito funcionamento (OLIVEIRA; SANTOS; RIBEIRO, 2010; GILHAM, 2012).

Tal perspectiva, contudo, conduz os pesquisadores a discutirem os limites e os efeitos dos modelos punitivos na atenção à saúde da mulher presa e na experiência da maternagem vivida intra cárcere, estejam seus filhos dentro ou fora da penitenciária (SÃO PAULO, 2002). Uma busca realizada nas principais bases de dados científicas, entre Abril e Maio de 2016, utilizando a estratégia *((women) AND prisoner) AND qualitative research*, foi possível encontrar 57 estudos publicados em português e inglês nos últimos 10 anos, sendo que no Portal de Teses da CAPES apenas 24 teses e dissertações foram encontradas.

Estas publicações abordam temas como *o amor materno* vivenciado e manifestado por mães em reclusão; *a experiência do exercício da maternidade* durante o cumprimento de sentença; *as políticas e normas penitenciárias*, no âmbito dos impactos que estes produzem sobre o relacionamento entre mãe e bebê em face de separação iminente, e perspectivas das mulheres encarceradas no que tange a seus *projetos futuros*.

Mediante a alta produção científica no mundo, é possível considerar que o tema deste estudo ainda é pouco explorado quando se trata da experiência das mulheres e mães assistidas no sistema prisional, o que justifica a realização desta pesquisa.

No Brasil, a preocupação com a saúde de quem tem a liberdade privada figura em conjunto nas agendas do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça, desde 2003, por meio primeiramente da Portaria Interministerial MS/MJ N.º 1.777/2003 (BRASIL, 2004), a qual estabelece que a gestão de saúde no âmbito penitenciário passa a ser realizada pelos órgãos de saúde em nível municipal, estadual e federal. Mais recente, O Plano Nacional Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) trabalha no sentido de fazer com que os serviços de saúde cheguem à população encarcerada (BRASIL, 2004; 2014a).

Embora o direito à saúde dessa população já esteja assegurado pelo sistema público de saúde (SUS) e seus programas anexos, a Lei 14.832/2012 que cria o Programa da Saúde da Mulher Detenta e a Política Nacional de Atenção às mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, estratégias importantes que representam um grande avanço no atendimento da necessidade de se rever os modelos assistenciais hoje disponíveis a estes sujeitos em todo o país (SÃO PAULO, 2012; BRASIL, 2014b). Preconiza-se que a saúde da mulher presa no Brasil receba a mesma atenção que aquela que está em liberdade e, nesta leitura, considerando a situação de maior vulnerabilidade da gestante e das nutrízes que permanecem com seus lactentes na prisão, a Nota Técnica Conjunta, aprovada no dia 25 de outubro de 2012, pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) 76/2012 (SÃO PAULO, 2012), inscreve a mulher privada de liberdade na Rede Cegonha do Estado de São Paulo.

Com isso, observa-se que a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo lançou um novo olhar às necessidades da gestante, mãe e seus filhos, durante o encarceramento, e que as ações propostas, como a garantia do direito da mulher ao planejamento reprodutivo, atenção

humanizada à gravidez, parto e puerpério, nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis à criança (BRASIL, 2011a), objetivaram prioritariamente, reforçar o acesso desses atores aos serviços públicos de saúde.

Podemos considerar que essas ações, além de auxiliar o desenho de um novo modelo assistencial, permite-nos inferir que poderão facilitar que seja feito um mapeamento dos indicadores epidemiológicos substanciais a exemplo da morbimortalidade materno-infantil, bem como disponibilizar à sociedade dados fidedignos acerca do número de mães e crianças que coabitam as celas penitenciárias, o que se alinha com as diretrizes operacionais da Rede Cegonha (BRASIL, 2011a).

Outra estratégia importante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo é o Projeto Mães do Cárcere, que decorre das demandas da Pastoral Carcerária e prevê a realização de inspeções nos estabelecimentos prisionais, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações de melhoria das condições de vida dessa população (SÃO PAULO, 2013a).

Em 12 de maio de 2012, os Defensores Públicos e Agentes Psicossociais fizeram as primeiras visitas, entrevistas e cadastramentos para esse projeto, cujos resultados demonstraram que, de 1.627 mulheres presas, em um Centro de Detenção Provisória, 899 eram mães, 141 gestantes (ou com suspeita de gestação) e que dos 2.413 filhos dessas mulheres, a maioria estava vivendo com familiares. Foram identificadas também 73 mães que perderam contato com os filhos após serem aprisionadas, sem nunca mais ter a oportunidade de vê-los, o que comumente ocorre por destituição do poder familiar e encaminhamento compulsório para a adoção, sem a anuência materna ou de qualquer outro membro da família (SÃO PAULO, 2012a).

O trabalho da Defensoria Pública contempla também o acompanhamento de gestantes e lactantes para que seja analisada a possibilidade de substituição do regime fechado para prisão domiciliar. A este respeito, na página eletrônica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, hoje é possível ter acesso ao conteúdo integral dos pedidos de recursos e *Habeas Corpus* de mães presas que permanecem com seus filhos na prisão, os quais solicitam que seja feita a mudança do regime adotado em função de lactação ou gravidez vigente, o que não é facilmente concedido pelo Poder Judiciário em primeira instância (SÃO PAULO, 2013b), ainda que os argumentos sejam sustentados pela Carta Magna (BRASIL, 1988), Lei de

Execução Penal (BRASIL, 1984), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), Resoluções da ONU em Regras de Bangkok (UNITED NATIONS, 2010). O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária prevê a garantia de permanência da criança por no mínimo até um ano e seis meses junto de suas mães, preservando o desenvolvimento saudável promovido pela insubstituível presença materna no desenvolvimento de um ser confiante (BRASIL, 1985; SÃO PAULO, 2013b).

Assim, com a proposta de direcionar o trabalho dos profissionais no convívio de mulheres e seus filhos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo lançou uma cartilha com informações que visam elucidar e garantir os direitos desses dois atores no cenário prisional. As quinze páginas do documento se dedicam a explicar as questões de higiene/saúde, principalmente no que se relaciona com a mulher gestante e lactante, além da permanência da criança junto de sua mãe e também a amamentação como direito da mãe e do bebê, posicionando o profissional de saúde como responsável por compartilhar de informações capazes de promover, proteger e dar suporte à dupla que vivencia esse processo, garantindo o aleitamento materno exclusivo bem sucedido e o cuidado integral do lactente. Interessante notar que o texto aborda a subjetividade da mulher e sua relação com a maternidade, respeitando seus desejos e motivações que podem inclusive fazê-la optar por não permanecer com seu filho no cárcere durante o cumprimento de pena (SÃO PAULO, 2013c).

No que diz respeito à Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema (BRASILb, 2014), as propostas visam responder às lacunas de informações acerca do monitoramento de crianças que permanecem com suas mães na prisão, desenvolver ações de preparação de saída dessas crianças do sistema prisional de modo a envolver sensivelmente os responsáveis por elas e respeito ao período mínimo de amamentação e convivência entre mãe e filho.

A suficiência desse conjunto de ações supracitadas poderia ser legítima por abranger as principais necessidades de saúde da mulher gestante e da que já é mãe e permanece com seus filhos durante a sentença. Entretanto, na prática, este cuidado nem sempre acontece da forma como está preconizado, principalmente por desamparo financeiro que viabilizaria investimentos em estrutura e contratação de pessoal especializado para atingir as diversas demandas de saúde dessa população (FAZEL; DANESH, 2002; FAZEL; BAINS; DOLL, 2006; PLUGGE; DOUGLAS; FITZPATRICK, 2008; SANTA RITA, 2009; GOMES et al., 2014; ARAÚJO et al., 2014).

O documento *Mulheres Encarceradas: Diagnóstico Nacional* (BRASIL, 2008), desenvolvido com dados fornecidos pelos estabelecimentos prisionais da federação, deixava evidente em 2008 que a maioria dos estabelecimentos penitenciários não oferece estrutura adequada para a ressocialização de mulheres, nem mesmo creches e berçários para seus filhos, conforme previsto no artigo 89 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Nesta posição, a reeducanda gestante era transferida para uma unidade prisional melhor preparada no terceiro trimestre de gestação, e realizava o pré-natal no serviço público de saúde.

No ano de 2006, o estudo de Santa Rita sobre a dignidade de mães e crianças atrás das grades chamava atenção para o fato de ainda existirem espaços e berços improvisados em celas, com crianças vivendo sob as restrições penais maternas, até mesmo com horário previsto para banho de sol (SANTA RITA, 2006). Ao longo dos anos, poucas mudanças puderam ser observadas acerca dessa condição. Na opinião de Santa Rita, em 2009, em seu texto *Criança em Ambiente Penitenciário: Uma análise da experiência brasileira* apontou que a institucionalização dessas premissas dificilmente se realizava, à medida que quase 60% das crianças vivem dentro das celas. Simas et al. (2015) oferecem informações mais atualizadas em seu trabalho na medida em que revela a permanência de crianças em celas insalubres e em condições sanitárias inadequadas. Segundo os dados de 2011, do Departamento Penitenciário, 358 crianças moravam em prisões brasileiras junto de suas mães, mas não há informações oficiais acerca das condições de permanência dessas crianças junto de suas mães (BRASIL, 2011).

Quando o assunto é a presença de menores em ambiente de punição, uma grande polêmica ganha espaço, em que se pese a avaliação de prejuízos e benefícios, tendo em vista que nas penitenciárias brasileiras os filhos de detentas podem permanecer junto delas até que completem sete anos (LEP, 1984, art. 89). Black (1992) afirma que as crianças precisam de proteções e estar perto de seus pais para ter um perfeito desenvolvimento emocional e sentirem-se seguras, o que é de essencial relevância para uma criança que tem entre seis meses e quatro anos de vida. O afastamento repentino da família pode levar a criança a desenvolver doenças psiquiátricas, agressividade, dificuldade no aprendizado e nas interações sociais.

Entretanto, as condições de cárcere, sob rígido regime, podem conferir efeitos negativos à vida de uma criança por se tratar de ambiente que oferece muitos danos à saúde (SHAW, 1990).

Nesse sentido, um aspecto muito peculiar chama atenção quando estudamos as questões que envolvem a permanência da criança junto de sua mãe presa e que diz respeito não apenas à preservação dos direitos da criança, mas também dos direitos e desejos maternos. Embora a mulher tenha a sua liberdade temporariamente restrita por atributos legais, outros direitos, na condição de ser humano e ator social, não foram suspensos. E amamentar é um deles.

Amamentar é uma prática de interação afetiva sensivelmente sustentada pela motivação materna que, por sua vez, é influenciada por aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos (SILVA, 1997). Reconhecer a relevância da amamentação como uma estratégia potencial para evitar milhões de mortes de crianças é o primeiro passo para que a assistência à nutriz e seu filho aconteça de maneira integral em ambiente penitenciário.

Mariano, Silva e Andrews (2015, p. 21) estudaram as perspectivas de enfermeiras de uma penitenciária feminina na cidade de Dublin (na Irlanda) acerca do aleitamento materno, corroborando com a ideia supracitada, em que os profissionais consideram:

"Amamentar, contudo, está na dependência das prioridades da mãe, da forma como a amamentação cabe em sua vida, de modo que a mulher pode ser apoiada, encorajada e educada para a tomada de decisão no que tange ao aleitamento materno; ninguém pode fazê-la amamentar se ela assim não desejar. Os sujeitos da pesquisa consideram que não são os únicos elementos decisivos neste processo de educar em aleitamento com vistas à promover mudanças de comportamentos" (MARIANO; SILVA; ANDREWS, 2015, p.21).

Com base nos atributos do leite materno, a última recomendação da *World Health Organization* é de que as crianças sejam amamentadas exclusivamente até seis meses, podendo a amamentação ser estendida aos dois anos com complementação alimentar (WHO, 2001). A Lei de Execução Penal, de 1984, já trazia as recomendações a esse respeito nos artigos 83 e 89, que dispõem sobre a permanência da criança junto de sua mãe por, no mínimo, seis meses, de modo a permitir a amamentação exclusiva ou não nesse período, muito embora a aplicação dessa prerrogativa fique na dependência das determinações de cada Secretaria de Administração Penitenciária e, por vezes, dos gestores dos estabelecimentos prisionais (SANTA RITA, 2009; BARP; CARDOSO, 2011; SIMAS et al., 2015).

Destarte, pouco se sabe sobre a experiência da amamentação em ambiente prisional e como se definiria seu contexto considerando as condições objetivas de vida, estrutura material

e de recursos humanos disponíveis para a nutriz, bem como o contexto social delimitado no cenário intra cárcere e na relação com familiares que poderiam oferecer apoio afetivo para essas mulheres. A ausência de dados que elucidem a situação da amamentação de crianças filhas de detentas não nos permite construir clara ideia do que ocorre na experiência desses atores sociais, no que diz respeito ao processo de amamentação, mesmo acerca de elementos objetivos como o tipo de aleitamento praticado e sua duração.

O cenário em que vivem nem sempre é considerado uma boa opção pelas detentas para manter seus filhos, tendo em vista as questões ambientais e sanitárias, problemas relacionais entre detentas e o abuso de drogas (MONTEIRO et al., 2011). Percebe-se que no ambiente de custódia a amamentação pode ser recomendada à detenta e, eventualmente, dela cobrada, o que pode representar a perda de sua autonomia ao sentir-se pressionada a amamentar seu filho na prisão, contra a sua vontade (SANTA RITA, 2006; OLIVEIRA, 2011). Se tivessem escolha, é provável que algumas mulheres presas optariam por não amamentar durante o cumprimento de sua pena, talvez por conta das características do ambiente prisional e não pelo desejo genuíno de amamentar e se dedicar aos cuidados do bebê (OLIVEIRA, 2011).

Muito mais do que fazer valer o direito das reeducandas de amamentar seus filhos, é necessário dar voz a elas e uma chance para que façam suas escolhas considerando seus próprios projetos e desejos acerca da amamentação, garantindo o bem-estar para mãe e filho, pois a maternagem e a amamentação, dentro da penitenciária, podem ser vistas por algumas mulheres como uma motivação extra para sobreviver ao duro cotidiano punitivo (SANTA RITA, 2006; SHAMAI; KOCHAL, 2008).

Tal cenário nos permite refletir a respeito da importância dada pela nutriz ao panorama geral da prática de amamentação. Oliveira (2011) realizou uma pesquisa com 10 mulheres presidiárias do Amapá, cujos resultados evidenciaram que, para essas nutrizes, o ambiente penitenciário era inadequado para a prática da amamentação e, inseguras, verbalizaram a apreensão de ter que submeter seus bebês à falta de assistência que vivem cotidianamente. Portanto, na visão do autor, esses sentimentos maternos são justificados pelas condições ruins oferecidas pelas instituições para que o aleitamento materno aconteça, podendo até mesmo favorecer o desmame precoce, ao passo que a nutriz deveria ser beneficiada pela penitenciária com um espaço tranquilo e seguro.

A decisão de amamentar parece estar atrelada ao contexto em que a amamentação deve acontecer e suas influências nas condições emocionais e físicas da nutriz. Em verdade, o que muitas vezes se tem disponível, e influencia na tomada de decisão da mãe presa, é um lugar “(...) frio, cinzento [...] tornando conflitante a necessidade de estar próximas a seus filhos [...] e vivenciar o sentimento pleno de maternidade ao amamentar [...]” (MONTEIRO et al., 2011, p.197). Amamentar, para muitas mulheres presas, reflete o único bem a ser feito para as suas crianças (OLIVEIRA, 2011).

A forma de lidar com o contexto prisional na interface da amamentação pode divergir na opinião de cada nutriz, de modo que algumas são capazes de reconhecer e valorizar os benefícios do leite materno e do ato de amamentar para o desenvolvimento do bebê, motivando-se a prolongar o aleitamento pelo tempo que lhe é permitido, mesmo diante da presença de algumas dificuldades, como as sensações dolorosas na vigência de fissuras mamilares, configurando uma experiência mista de satisfação e sofrimento (RIOS; SILVA, 2010). Ainda, no estudo de Oliveira (2011), acerca da percepção sobre a importância do aleitamento, embora algumas mulheres mostrassem não ter condições de amamentar por conta do ambiente e da alimentação que recebem, é possível perceber que algumas nutrizes avaliavam a amamentação como uma oportunidade de ser mãe, fortalecendo os vínculos afetivos e o amor materno.

O enfoque da amamentação enquanto prática centrada na mulher tem sido o resultado de muitos estudos qualitativos desde a década de 1990. Segundo Silva (1997), é a partir de um processo contínuo de avaliação de sua experiência, que a mulher toma decisões em relação ao amamentar, sendo a protagonista desse processo.

Assim, os significados que a mulher atribui à amamentação decorrem de sua experiência, da interação que a nutriz faz com os elementos de seu contexto para uma tomada de decisão acerca do processo de amamentar. Isso também é retratado no estudo realizado por Monteiro et al. (2011) com 13 reeducandas gestantes e nutrizes presas em uma colônia penitenciária feminina em Recife, cujos Discursos dos Sujeitos Coletivos demonstraram que a nutriz vive o sofrimento e a indecisão de ficar ou não com seus filhos no cárcere para amamentá-los.

Neste estudo, aquelas que já passaram pela experiência de amamentar anteriormente mostram-se mais seguras em relação a esta prática, materializando a maternidade na plenitude

do ser mulher e adulta, responsável pelo cuidado do bebê. A insegurança daquelas que estavam amamentando pela primeira vez na penitenciária as expõe às dificuldades potenciais que se relacionam com o insucesso da amamentação, como o julgamento de baixa qualidade e volume de leite produzido (MONTEIRO et al., 2011).

Assim, a bagagem de experiência que a reclusa leva consigo para o cumprimento de sua sentença se mistura às normas e regras do regime de punição, sob as quais a amamentação deve acontecer. A maneira como esta combinação de experiências, interfere na forma que a mulher atribui significado aos objetos de seu mundo, como ela traduz o amamentar enquanto mulher sentenciada, seus sentimentos em relação a essa prática, são aspectos merecedores de um estudo mais aprofundado que revele as singularidades de ser lactante e amamentar em recolhimento punitivo.

3 OBJETIVOS

- 1- Caracterizar a prática de aleitamento materno realizado por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos;
- 2- Compreender o significado consciente da experiência de amamentar atribuído por mulheres privadas de liberdade;
- 3- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar;

4 BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A pesquisa qualitativa tem sido cada vez mais utilizada na área da saúde por permitir maior aproximação da realidade, especialmente quando se trata de objetos de pesquisas que buscam a compreensão das experiências humanas e os processos de vida e viver.

Para alcançar os objetivos deste estudo adotamos, como referencial teórico e metodológico, respectivamente, o Interacionismo Simbólico (IS) e a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), que possibilitam o estudo da natureza das interações humanas. Além disso, utilizamos o modelo teórico "Pesando Riscos e Benefícios", construído para evidenciar a experiência de mulheres no processo de amamentação.

4.1 O Interacionismo Simbólico

Os primeiros pressupostos do Interacionismo Simbólico surgiram em meados de 1920 com autores como Charles S. Pierce e George Herbert Mead, com princípios da psicologia social. No entanto, foi Herbert Blumer, seu discípulo, que na segunda metade da década de 1930 organizou e aprofundou os conceitos teóricos inicialmente elaborados por Mead, denominando esse conjunto teórico de Interacionismo Simbólico (BLUMER, 1969).

O Interacionismo Simbólico favorece a compreensão dos significados que um objeto tem para um indivíduo, com base na compreensão dos processos que produzem o comportamento humano que, do ponto de vista dessa teoria, fundamenta-se nos comportamentos observáveis e na atividade encoberta (BLUMER, 1969).

As ações são as atividades que cada pessoa realiza em resposta ou em relação ao outro. Dessa forma, o indivíduo elabora suas respostas tomando como base a maneira como percebe que as outras pessoas vão reagir diante de seus atos (BLUMER, 1969).

Blumer (1969) afirma que a ação de um indivíduo é capaz de estimular uma reação no outro, que pode ser no sentido de desistir de uma dada intenção, de um objetivo, ou até mesmo a intenção de revisá-la, suspendê-la, substituí-la ou intensificá-la.

A sociedade e a cultura emergem deste ponto, dos atos dos seres humanos traduzidos em símbolos que favorecem a interpretação, seja individualmente ou coletivamente, mas abrangendo suas diversas concepções (BLUMER, 1969; CHENITZ; SWANSON, 1986).

O Interacionismo Simbólico mostra que uma sociedade é dinâmica, composta por pessoas em associação, interagindo umas com as outras, de modo que a ação de um ser humano influencia a ação de outra pessoa com a qual está envolvida. Isso acontece porque, no processo de interação social, os objetos físicos, sociais ou abstratos podem ser interpretados e tornarem-se símbolos ao receberem significados comuns pelo ator e reator (BLUMER, 1969; CHARON, 2007).

Em razão disso, para entender o comportamento das pessoas é necessário o estudo do mundo de seus objetos, considerando também que um indivíduo, por sua capacidade de se colocar no lugar do outro, pode vir a ser objeto de suas próprias ações, fazendo indicações a si mesmo, da mesma forma como ele percebe que as outras pessoas responderiam (BLUMER, 1969; GILLESPIE, 2005).

Da perspectiva de Charon (2001, 2007), o comportamento do ser humano não é influenciado apenas pelo que aconteceu no passado, mas também pelo que acontece e é vivenciado no presente.

Pela vertente interacionista, na relação entre pessoas e dentro de si mesmo, o indivíduo age de acordo com as definições que elabora de cada situação que vive, resultado das interações com o outro e consigo.

É nesse sentido que para Blumer (1969) o comportamento é entendido como uma ação social construída pelas pessoas que interagem entre si interpretativamente, em que o significado dos objetos orientam suas atividades. Assim, os atos, manifestações verbais, costumes, tradições, normas, valores e regras que derivam deste processo são elementos simbólicos que definem uma cultura.

Dentro dessa concepção, os símbolos são estímulos que podem influenciar e estimular comportamentos, firmando um ambiente simbólico nos significados semelhantes atribuídos pelas pessoas (BLUMER, 1969).

Na perspectiva do Interacionismo Simbólico, cada indivíduo desenvolve o *self*, ou seja, a forma como ele vê a si mesmo sendo objeto de sua própria ação. O *self* é constituído pelo "Eu" (tendência impulsiva) e pelo "Mim" (agir organizado). A mente do ser humano surge do processo de comunicação e da interação interna, por meio de símbolos que são definidos como significantes para o indivíduo (BLUMER, 1969).

Ainda, segundo Blumer (1969, p.2), o Interacionismo Simbólico sustenta-se em três premissas:

"A primeira premissa é a de que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que as coisas têm para eles (...). A segunda é a de que o significado destas coisas provém, ou resulta da interação social com o outro. A terceira premissa é a de que os significados são modificados por um processo interpretativo" (BLUMER, 1969, p.2).

Em suma, o significado das “coisas” brota da interação entre as pessoas, de modo que os indivíduos são capazes de reagir com base na percepção que têm sobre um objeto, o que equivale a dizer que os seres humanos assumem atitudes ou ações com base no significado que esses objetos sociais assumem para eles ou no significado que eles atribuem aos objetos, à experiência, à vivência de situações que se colocam em sua realidade cotidiana (BLUMER, 1969).

Ao considerar o processo de amamentação vivenciado por mulheres presas, sob o prisma dos pressupostos teóricos do Interacionismo Simbólico, é possível aplicar as suas premissas básicas na busca da compreensão do objeto deste estudo:

- a mulher em reclusão age em relação à prática de amamentar com base no significado que esta experiência tem para ela;
- o significado da prática da amamentação para esta mulher é resultado das interações que ela estabelece com os elementos interacionais presentes nesta experiência, neste contexto;
- tal significado atribuído pela mulher pode ser modificado ou ajustado por meio de um processo interpretativo.

Segundo o Interacionismo Simbólico, podemos supor que a interpretação do processo de aleitamento se dá muito mais pela experiência presente do que pela do passado para

interpretar o processo de aleitamento materno, o que explica a base do modelo "Pesando Riscos e Benefícios", em que fica evidente que as experiências atuais são as consideradas para a atribuição de significados à amamentação (SILVA, 1997).

Diante disto, sabe-se que amamentar é uma prática de inerência biológica, mas influenciada pela cultura de uma sociedade, definindo-se como um bem social compartilhado, o que deixa evidente a necessidade de se compreender as experiências das nutrizes com base no contexto em que a amamentação acontece (ALMEIDA, 1999).

Segundo Blumer (1969), uma sociedade é entendida como um grupo de pessoas que vive em um mesmo lugar, por um período determinado, seguindo normas comuns - a exemplo das mulheres em recolhimento no sistema penitenciário. O autor, contudo, explica que “a sociedade existe em *ação* e deve ser vista em termos de *ação*” (1969, p.6).

Se por um lado a sociologia vê a sociedade humana de uma forma estruturada, por outro, para o Interacionismo Simbólico, constitui-se de um grupo de pessoas vivendo ativamente, criando unidades de ações elaboradas de acordo com cada situação em que se encontram, nos diversos grupos de referências, guiadas por diferentes conjuntos de significados, não sendo tais ações meramente uma resposta automática a um determinado evento, mas interpretativamente construídas (BLUMER, 1969).

4.2 A Teoria Fundamentada nos Dados

Quanto ao referencial metodológico deste trabalho, esse se orienta nas premissas da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), um método de natureza indutiva que foi descrito inicialmente por Glaser e Strauss (1967), que se preocupam com a produção e desenvolvimento de teorias que especificam um fenômeno em estudo e os fatores que, juntos, levam a sua manifestação (GLASER; STRAUSS, 1967). A TFD é um marco metodológico empregado em situações nas quais não existem ou há escassez de teorias acerca do assunto, bem como quando se pretende obter uma nova visão de um fenômeno já conhecido (STERN, 1985).

A Teoria Fundamentada nos Dados tem suas origens no Interacionismo Simbólico (CHARMAZ, 2000; CLARKE, 2005) e considera o campo de estudo e os dados como

essenciais para que o pesquisador possa compreender uma experiência fundamentada no ponto de vista de quem o vivencia. Ainda que novas propostas metodológicas para este método tenham emergido, como *Qualitative Analysis for Social Scientists* (STRAUSS, 1987), *The Grounded Theory Perspective* (GLASER, 2003), *The basic of Qualitative Research* (STRAUSS; CORBIN, 1990; 1998) e *Grounded Theory: Objectivist and constructivist methods* (CHARMAZ, 2000), as premissas da obra clássica *The Discovery of Grounded Theory* (GLASER; STRAUSS, 1967) podem ser reconhecidas em qualquer que seja o posicionamento ontológico e epistemológico do pesquisador. Strauss e Corbin (1990, p. 23) pontuam que:

"Uma Teoria Fundamentada é aquela derivada indutivamente do estudo do fenômeno que representa. Isto é, ele é descoberto, desenvolvido e provisoriamente verificado por meio de coleta e análise de dados. Portanto, a coleta de dados, análise e teoria possuem relação recíproca entre si. Não se começa uma teoria para prová-la. Começa-se com uma área de estudo em que se permite a emersão do que é relevante" (STRAUSS; CORBIN, 1990, p.23).

O método chama atenção para a postura do pesquisador, a capacidade de reconhecer as suas percepções acerca da realidade que se apresenta e a forma como esta impacta no seu papel enquanto investigador, garantindo o máximo aproveitamento não apenas do que está sendo dito pelo participante, mas como está sendo dito, sobre quais condições e em que contexto (STRAUSS; CORBIN, 1998; GLASER, 2012).

Uma variedade potencial de estratégias está disponível para a coleta de dados, como a entrevista, a observação participante e a análise de documentos. O desenvolvimento de teorias se dá indutivamente por meio da interpretação da história gerada pelo estudo do fenômeno que a teoria representa (GLASER; STRAUSS, 1967; GLASER, 2012) e, por isso, é uma Teoria Fundamentada nos Dados, cujos elementos centrais são codificação, escrita de memorandos, método de análise por comparação constante, amostragem teórica e sensibilidade teórica (GLASER; STRAUSS, 1967; GLASER, 1998).

A análise dos dados acontece concomitantemente à sua coleta e tem por finalidade a compreensão dos dados, a produção de teoria e a aquisição de mais dados sobre o contexto em estudo. A escrita dos memorandos é um passo importante por favorecer que o pesquisador inicie a análise e a codificação desde o início do estudo. Os pensamentos são registrados por

meio de notas que estão relacionadas com os códigos, categorias emergentes e a interação teórica entre as categorias à medida que o estudo acontece (STRAUSS, CORBIN, 1998).

Assim, o comportamento e as interações humanas são estudados e compreendidos por meio de um processo de coleta de dados, codificação e categorização. A codificação aberta é o passo inicial da análise teórica, oferecendo as estruturas básicas para o desenvolvimento conceitual da pesquisa, feito por meio da análise constante dos dados e atribuição de códigos às palavras e sentenças (STRAUSS; CORBIN, 1998).

Na *codificação aberta*, os discursos serão analisados linha a linha encontrando quantos códigos forem possíveis para revelar os fenômenos ali imbricados. A seguir, os códigos são comparados e agrupados por semelhanças que dão origem às primeiras categorias, as quais também são constantemente comparadas entre si constantemente para que seja possível identificar as relações entre elas, ao mesmo tempo em que novas ideias, hipóteses e questionamentos surgem e são analisados juntos aos dados que compõem as categorias.

Dessa forma, este processo de análise resulta em refinamento das categorias e definem quais dados ainda devem ser coletados, indicando a necessidade ou não de composição de novos grupos amostrais para melhor explicá-las ou dar origem a novos códigos. Os grupos amostrais são formados com base na análise dos dados, o que equivale a dizer que os resultados emergidos desses dados indicam quais novos elementos devem ser coletados, e com quais sujeitos serão obtidas as novas informações. Dessa forma, uma das características desse método é levar o pesquisador a direcionar sua atenção para questões indicadas pelos dados que estão sendo coletados, de modo a refletir sobre a necessidade de explorar outros campos e/ou sujeitos específicos para esclarecer um determinado conceito ou ideia emergida na pesquisa.

Assim, caminha-se para a *saturação teórica*, que acontece quando nenhum novo dado pode acrescentar ou modificar os já existentes.

O pesquisador progride relacionando as categorias e seus elementos, de modo que são feitas análises sobre os sentidos das categorias, por meio de questionamentos acerca das condições, ações/interações, incitando pensamento sobre a relação existente entre eles, etapa esta que é conhecida como *codificação axial*, que culmina com a organização dos fenômenos já emergidos dos dados e que, por suas relações, revelam o fenômeno central, que abarca a

definição conceitual de todas as categorias como produto da *codificação seletiva* (STRAUSS, CORBIN, 1998). No entanto, este método permite que a pesquisa seja interrompida em alguma de suas fases ou evolua até a elaboração da teoria substantiva, com a completude do método.

Desse modo, apreende-se que a Teoria Fundamentada nos Dados permite o entendimento de novos pontos de vista acerca de um fenômeno ainda pouco estudado, como o tema aqui abordado: a amamentação no contexto de recolhimento punitivo.

4.3 O Modelo Teórico "Pesando Riscos e Benefícios"

A necessidade de compreender o significado da amamentação, sob o ponto de vista da mulher que amamenta, motivou Silva (1997) a estudar a experiência dessa prática com base nos pressupostos do Interacionismo Simbólico e da Teoria Fundamentada nos Dados, resultando no modelo teórico "Pesando Riscos e Benefícios".

Esse trabalho demonstra a vivência da mulher em tornar-se mãe e nutriz com base em dois fenômenos: Estando Grávida e Vivenciando a prática de Amamentar.

O modelo evidencia que, embora durante a gravidez a mulher pense acerca das opções disponíveis para alimentar seu filho, é a experiência concreta de amamentar que vai gerar elementos para que ela possa atribuir significados a esta prática e, assim, decidir os rumos a seguir no que diz respeito ao processo do aleitamento. Demonstra que a mulher percebe a prática da amamentação não apenas como um meio para alimentar o seu filho, mas também como um processo capaz de interferir nas diversas dimensões de sua vida.

Assim, o processo de amamentar é construído com base na experiência atual da amamentação, que consiste em observação, interpretação e atribuição de significados à esta vivência pela nutriz. Nesse processo são muitos os elementos levados em conta em uma dinâmica constante de avaliação e valoração do que representa a amamentação na vida e no cotidiano da mulher.

A amamentação, enquanto experiência da interação entre mãe e filho, sofre as influências do contexto social em que a mulher está inserida, de modo que “à medida que a

mulher define a situação de amamentar para si ela passa a representá-la em termos simbólicos de riscos e benefícios” (SILVA, 1997, p. 218).

Ao amamentar, a nutriz faz constantes estimativas acerca dos riscos e benefícios desse processo com base nos papéis que desempenha, o que define suas decisões quanto ao que é prioritário para si ou para o bebê. Assim, a forma como a amamentação é definida e/ou redefinida traduz-se simbolicamente como um risco ou um benefício, a depender do que é por ela valorado, como explica Silva (1997, p. 218):

(...) Simbolicamente o risco, na experiência da mulher significa a possibilidade de perda, prejuízo, dano, desvantagem perigo e ameaça física ou emocional para o binômio ou uma de suas partes. Da mesma forma, simbolicamente, benefícios são considerados os ganhos, proveitos e vantagens obtidas pela amamentação (SILVA, 1997, p.218)

Tais avaliações acontecem a todo o momento e sofrem influências de seu contexto e das pessoas e objetos sociais com quem a nutriz interage. Nesse processo, a nutriz vai atribuindo significados à sua experiência de amamentar, de modo que a vivência das interações, permeada pelas percepções dessa mulher, no decorrer do processo, é o que a ajuda a definir suas ações em relação às decisões sobre os rumos do aleitamento, para si e para a criança.

Contudo, os símbolos identificados não definem por si só o processo do aleitamento. Eles são mensurados e valorados mediante o estabelecimento de prioridades que a mulher identifica em seu contexto de vida. São simbolicamente *pesados* diante das prioridades identificadas pela mulher, para ela, para a família e, em especial, para a criança, de modo que “alguns benefícios podem não ter valor suficiente para superar alguns riscos” (SILVA, 1997, p. 224).

"Pesando Riscos e Benefícios" nos leva a apreender que a tomada de decisão, acerca do aleitamento materno é do âmbito da mulher e, sobretudo, subsidiada pelos elementos priorizados por ela, considerando a sua experiência de vida e suas expectativas.

Em concordância com os pressupostos deste modelo teórico, em que o ato de amamentar tem a mulher como núcleo do processo, fortemente influenciado por seus projetos, condições de vida e percepções sobre o que a amamentação representa para si ou para seu filho, optou-se por considerá-lo nesta investigação para que seja possível compreender, com

profundidade, os significados atribuídos pela mãe acerca de sua experiência de amamentar no cárcere.

5 DESENHO DA PESQUISA

5.1 Local da pesquisa

No Brasil há 1.424 estabelecimentos penais, o que englobam penitenciárias, cadeias públicas, presídios, casas albergadas, colônias agrícolas, hospitais de custódia, centros de ressocialização, centros de progressão penitenciária, centros de observação, patronatos e penitenciárias federais. Das 164 unidades de São Paulo, 21 delas são destinadas ao recolhimento de mulheres.

Das as 21 instituições em São Paulo, foram considerados campos para esta pesquisa, 10 estabelecimentos penitenciários femininos, por aceitarem mulheres e bebês em processo de amamentação, das quais seis unidades foram usadas efetivamente, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 - Estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo, segundo população feminina total. São Paulo, 2016.

	Estabelecimento Prisional	Pop. Femin. Total
1	Penitenciária Feminina de Campinas*	690
2	Penitenciária Feminina da Capital*	643
3	Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto	363
4	Penitenciária Feminina Sant' Ana*	2122
5	Penitenciária Feminina Pirajuí*	1328
6	Penitenciária Tupi Paulista*	1093
7	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Feminino	95 ⁽¹⁾
8	Penitenciária Feminina II de Tremembé*	131
9	Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé	199
10	Centro de Progressão Penitenciária “Dr ^a Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan*	1061

Pop. Feminina total = nutrízes e não nutrízes. Fonte: SAP – <http://www.sap.sp.gov.br>

(Dados atualizados pela SAP em 06/06/2016. ⁽¹⁾ Dado de 07/08/2013, não atualizado).

*Instituições utilizadas como campo de estudo.

Nas unidades penitenciárias em que a pesquisa se desenvolveu (Quadro 1), as presas permaneciam em celas individuais de no mínimo 6,00 m² (seis metros quadrados) ou compartilhavam o espaço com outras mulheres. Os filhos de prisioneiras podem permanecer

junto de suas mães, e para que esta premissa seja viabilizada, a penitenciária deve oferecer creche para que as crianças recebam atenção favorável ao seu crescimento e desenvolvimento, em horário adequado e com pessoal qualificado, conforme art. 89 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), fato esse que foi ser verificado nas unidades do interior do estado.

As mulheres presas que permanecem com seus filhos na prisão têm um local apropriado para o convívio, que pode diferir em termos de estrutura, a depender da unidade. Esses locais são conhecidos por "unidade materno-infantil", "ala amamentação" ou "Casa Mãe".

O número de mulheres e crianças em cada unidade varia de acordo com as vagas disponíveis e com a proposta da unidade. Algumas penitenciárias não se destinam à admissão definitiva de mãe e filho, mas permanecem com eles "em trânsito", ou seja, enquanto aguardam a disponibilização de uma vaga em unidade especial materno-infantil, como é o caso da Penitenciária feminina de Sant'Ana. Outras unidades, sobretudo as do interior do estado, foram planejadas e construídas especialmente para o convívio de mães e seus filhos e, embora tenham estrutura física adequada para atender às necessidades de convívio, contam com um número bastante reduzido de vagas quando comparado com as unidades da capital.

A Penitenciária Feminina da Capital, no bairro Carandiru, inaugurada em 1973 em uma área bastante ampla e é destinada ao regime fechado. Nessa unidade, foi possível ter acesso apenas ao edifício - inicialmente sob acompanhamento da diretora de saúde - onde ficavam as celas das mães e seus bebês. No caminho até a entrada já foi possível perceber a finalidade do ambiente em função das roupas coloridas de crianças penduradas nas cercas, bem como alguns carrinhos de passeio espalhados. Ao entrar nesse espaço, um balcão à esquerda, com duas ou três agentes penitenciárias, servia à informação de pessoas. Há uma que separa a unidade materno-infantil do corredor que leva até as salas e consultórios, que foram utilizados para as entrevistas. Nessa unidade, havia a maior população de mães e bebês, que variava entre 70 e 90 binômios e não foi possível observar a estrutura das celas e espaços de convivência, a não ser o pátio onde as mulheres e crianças tomavam banho de sol, geralmente no horário da tarde.

Ainda na capital, a Penitenciária Feminina de Sant'Ana mostra uma realidade diferente, pois, na ocasião da pesquisa, o estabelecimento destinava-se a recolher mulheres em "trânsito". Eu pude entrar na ala especial para entrevistar as mulheres em suas celas, que eram

individuais, mas algumas estavam sendo compartilhadas. Em todas as que eu entrei haviam berços para os bebês, camas para as mães e, embora o espaço fosse apertado, um banheiro ao fundo onde por vezes acompanhei o banho das crianças. Esse espaço como um todo era privado de iluminação e ventilação natural, tornando o ambiente frio e escuro. As celas se localizam ao longo de um corredor, de ambos lados, e são equipadas com grades. Um das celas foi transformada em sala de convivência para as presas, mas contava apenas com um colchão no chão, que servia de sofá. Havia também uma cozinha onde as mulheres preparavam mamadeiras das crianças, aparentemente em adequadas condições de higiene. Observei carrinhos e cadeiras para crianças, muitas mães sentadas às grades das celas conversando. Não foi observado espaço para crianças brincarem, provavelmente pela baixa permanência destas nessa unidade.

Ainda na capital, o Centro de Progressão Penitenciária "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan é uma unidade para o regime semiaberto, inaugurada em 1990. A unidade especial é separada do pavilhão comum e estruturada com celas parecidas com dormitórios, dos dois lados de um corredor que leva para a sala de convivência, com cadeiras, brinquedos e televisão. Alguns quartos eram individuais, outros compartilhados, mas todos com cama, cômoda e berços. Há uma cozinha e um banheiro de uso comunitário. Próximo à entrada desse corredor, fica um espaço aberto onde as mulheres se reúnem para banho de sol com as crianças. A unidade apresentava bom aspecto de higiene e, a todo momento, foi possível perceber as reeducandas envolvidas em tarefas para manter a limpeza dos espaços comuns. Nesse estabelecimento, as entrevistas foram realizadas nas celas das mães.

As unidades especiais das Penitenciárias de Tupi Paulista, Tremembé e Pirajuí, todas no interior do estado, possuem uma arquitetura diferenciada para atender às necessidades das mães e seus bebês. Todas as celas ficam ao redor de um pátio a céu aberto, favorecendo o banho de sol a qualquer momento. As celas individuais tinham grades, janelas com boa abertura para ventilação e estavam equipadas com berço, cama e um banheiro ao fundo. A cozinha serve a todas as reeducandas, contando com fogão e utensílios. Nessas penitenciárias, as mulheres estavam sempre circulando com as crianças, e as entrevistas puderam ser realizadas nas celas das mães presas, que aparentemente tinham boas condições de higiene.

5.2 Sujeitos da pesquisa

Participaram deste estudo as mulheres que permaneciam com seus filhos em processo de amamentação nas penitenciárias femininas do Estado de São Paulo, além de gestantes que estavam no mesmo contexto prisional.

Para atendimento ao primeiro objetivo deste estudo, foram entrevistadas 82 mulheres que já se encontravam nas unidades prisionais com seus filhos. Das três gestantes, que totalizam o número de 85 entrevistadas nessa pesquisa, foram preenchidos apenas os dados do formulário referente à caracterização e experiência anterior com a amamentação, uma vez que essas mulheres foram incluídas exclusivamente para a coleta de dados qualitativos.

Essa fase inicial do estudo visou também visou a inserção da pesquisadora no campo. Nesta oportunidade a pesquisadora buscou conhecer as condições dos cenários da pesquisa e iniciou contatos com as mulheres. Posteriormente, foram contatadas 30 mulheres das 85, para a participação na segunda fase do estudo, que constituiu de pesquisa em profundidade para a obtenção de dados qualitativos. Este último número foi alcançado por meio da amostragem teórica, parte do processo metodológico da Teoria Fundamentada nos Dados que, para o desenvolvimento de conceitos, define tanto o tipo de dados a serem coletados quanto os participantes a serem entrevistados. Com o desenvolvimento da investigação, a análise dos dados dos discursos dos sujeitos evidencia incidentes sugestivos de categorias e hipóteses a serem exploradas com o próximo entrevistado até que mais nenhum dado relevante para o conjunto de categorias aparecesse nas falas (STRAUSS; CORBIN, 1998).

Para ter acesso ao que as mulheres pensavam e sentiam acerca do processo de amamentação, procurando entender como esta prática era acolhida por elas no contexto em que viviam, foi necessário definir três grupos amostrais. Dessa forma, as mulheres foram sendo inseridas com base nas hipóteses que direcionavam o processo para a necessidade de elucidar ou dar mais consistência a um conjunto de códigos, até que nenhum novo dado surgisse e modificasse o seu significado.

Nesse sentido, a constituição desses grupos teve por objetivo dar consistência às categorias emergentes. Ao longo desse processo, passamos a investigar a experiência das participantes de forma mais focalizada nos assuntos que precisavam ser explorados. As 30 mulheres participantes da segunda fase do estudo compuseram os seguintes grupos amostrais:

1º Grupo - O grupo iniciante foi composto por 14 mulheres cujos bebês tinham entre quatro e seis meses de vida, com o objetivo de que suas experiências prolongadas com a amamentação naquele contexto pudessem fazer emergir categorias potenciais de análise.

2º Grupo - Teve o objetivo de ampliar o entendimento de tomada de decisão da mulher quanto a permanecer com seu filho na prisão e foi explorado com três gestantes.

3º Grupo - O terceiro grupo foi composto por 13 mulheres com bebês entre zero e três meses de vida, visando explorar o processo de tomada de decisão de ficar com suas crianças intra cárcere, a experiência vivenciada por elas nesse período acerca da permanência e separação dos filhos, bem como os significados atribuídos à prática da amamentação.

Pela presença de mulheres estrangeiras nas penitenciárias (BRASIL, 2015a), neste estudo prevemos incluir apenas nutrízes fluentes na língua portuguesa, de modo que o idioma não comprometesse a qualidade dos dados coletados. Não foram incluídas, nesse estudo, duas mulheres que, embora permanecessem na unidade especial na presença do filho, não os estavam amamentando por terem sido diagnosticadas soropositivas para HIV.

5.3 Procedimentos de coleta de dados

A. Acesso ao campo de pesquisa:

Para que esta investigação fosse possível, foi necessária a apreciação do projeto de pesquisa tanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (ANEXO 1), quanto da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo (ANEXO 2), ambos os quais emitiram pareceres favoráveis à sua realização. Com o intuito de viabilizar a tramitação no comitê de ética da SAP, foi requerido, de antemão, o formulário de obtenção de anuência do Secretário de Estado (ANEXO 3).

Diante da aprovação dos comitês de ética, o CEPSAP solicitou a autorização judicial para a realização do trabalho dentro das penitenciárias (ANEXO 4). De posse deste parecer judicial, os diretores dos estabelecimentos penitenciários foram contatados por telefone pela pesquisadora a fim de serem informados acerca do estudo e de registrar o endereço de e-mail

para envio da carta ofício, acompanhada dos pareceres consubstanciados de aprovação dos Comitês de Ética e solicitação do agendamento da primeira visita.

O acesso às unidades prisionais foi liberado pelos gestores das penitenciárias em serviço por meio de autorização oficial impressa encaminhada aos agentes penitenciários que controlam a portaria do estabelecimento, responsáveis pela triagem de entrada e saída de pessoas. A autorização continha os dados pessoais da pesquisadora, bem como, uma lista dos materiais que seriam levados para dentro da penitenciária, na ocasião de agendamento de entrevista. Esses objetos eram conferidos na entrada, antes da revista corporal e passagem pelo aparelho do Raio-X, e também na saída do estabelecimento. Nenhum outro objeto necessário à realização da pesquisa podia entrar no sistema penitenciário, nem mesmo documentos pessoais e chaves.

B. Procedimentos de obtenção de dados

Os dados foram coletados de fevereiro de 2014 a maio de 2016. Realizou-se uma visita prévia às unidades prisionais com o objetivo de conhecer pessoalmente seus gestores e a totalidade de mulheres que atenderiam os requisitos de inclusão na pesquisa, quando era feita uma breve inserção no ambiente em que estão acolhidas as mulheres e seus filhos, para que eu pudesse conhecê-los e observar o contexto em que viviam de uma forma ampla, direcionando a minha conduta inicial em campo.

O estudo iniciou-se efetivamente pela visita junto a todas as penitenciárias para realizar a coleta de dados quantitativos com as mulheres que permaneciam junto aos seus filhos em amamentação.

A coleta de dados, tanto quantitativa, quanto qualitativa, foi agendada para o dia e horário em que a nutriz estivesse disponível e liberada pelo estabelecimento prisional em que ela cumpria pena. Assim, preserva-se a dinâmica de funcionamento na unidade, bem como a disponibilidade dos profissionais penitenciários que pudessem auxiliar no trânsito da pesquisadora até as dependências internas.

B.1- Entrevistas para obtenção de dados quantitativos

Para a coleta de dados quantitativos foi aplicado um formulário de questões objetivas no intuito de caracterizar as participantes do estudo, a prática da amamentação, as orientações recebidas pela nutriz sobre o aleitamento materno e sobre outra forma eventualmente utilizada para alimentar o lactente. Ainda, as seguintes informações foram coletadas: (1) Tipo de aleitamento praticado, (2) intercorrências com a prática de amamentação, (3) tempo e duração do aleitamento materno, (4) período e causa de desmame. O instrumento de coleta de dados (caracterização das participantes/ performance de aleitamento materno) (APÊNDICE A) foi lido de questão em questão para as nutrizas, cujas respostas foram registradas pela entrevistadora diretamente no impresso.

B.2 - Entrevista para obtenção de dados qualitativos

Após a conclusão da coleta de dados quantitativos, a pesquisa seguiu para a coleta de dados qualitativos, realizada por meio da entrevista em profundidade - inicialmente com as mulheres que amamentam no sistema penitenciário há mais tempo, considerando-se que o maior período amamentando durante a reclusão poderia resultar em maior experiência com essa prática. Desta forma, ficava a cargo da unidade prisional decidir qual mãe com essas características poderia ser entrevistada.

A entrevista é caracterizada por Minayo (2010, p.261) como uma “conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa [...]”. É, portanto, no caso da entrevista em profundidade, um diálogo direcionado pelas perguntas realizadas pelo pesquisador visando o aprofundamento no objeto de estudo, de modo que o participante fale livremente sobre o tema proposto e ofereça dados de relevância para o problema da investigação.

Para o aprofundamento no objeto de estudo, o desenho de pesquisa deve ser flexível e contínuo, conforme apontado por Rubin e Rubin (1995). Do ponto de vista de Strauss e Corbin (1998), a pesquisa que usa o método da Teoria Fundamentada em Dados (TFD) deve ser iniciada com uma pergunta ampla que delimite o objeto do estudo. A condução da entrevista deve ser feita de modo a introduzir novas questões, se necessário, que permitam a exploração do assunto. Desta forma, após criar um ambiente que transmitisse confiança à

participante, a questão norteadora do estudo foi introduzida: "Fale-me sobre como tem sido a sua experiência de amamentar".

As entrevistas foram aprofundadas com novas perguntas, não seguindo um roteiro fixo, mas conduzidas pela pesquisadora e pelas mulheres ao contarem suas experiências.

B.3 - Coleta de dados

Em todas as unidades, o contato inicial com as reeducandas foi intermediado por um profissional do sistema penitenciário que conduzia a pesquisadora até as ocupações das presas, apresentando-a às mulheres, promovendo uma primeira aproximação por meio de oportunas conversas informais. Neste primeiro momento, os interesses, natureza e finalidade do estudo foram informados às mulheres que preenchiam os requisitos, solicitando suas participações em livre escolha, garantindo o sigilo e o acesso às informações coletadas durante o desenvolvimento do estudo.

Além disso, foi explicado a todas as reeducandas que amamentavam nas penitenciárias no momento do estudo, que elas participariam da primeira fase de coleta de dados e que, posteriormente, algumas seriam novamente entrevistadas para a segunda fase da pesquisa. Assim, nesse primeiro contato, as participantes responderam perguntas que constavam do formulário específico, cuja finalidade era levantar os dados acerca da identificação materna e as características das práticas de amamentação realizadas por elas. As gestantes foram contatadas durante a fase qualitativa do estudo e seus dados de caracterização preenchidos antes de iniciar a entrevista em profundidade. As perguntas eram feitas pela pesquisadora, e as respostas, anotadas no formulário correspondente, também, pela pesquisadora.

As mulheres que dividiam as celas apenas com seus lactentes puderam ser entrevistadas ali mesmo, evitando a transferência de mãe e filho para outro local, deixando-as à vontade para falar. Além disso, nas celas as mulheres contavam com o apoio dos berços ou carrinhos de passeio para deixar as crianças mais confortáveis, resultando em uma entrevista com maior possibilidade de aprofundamento.

Ressalta-se, ainda, que nas celas havia mais privacidade, dada a amplitude das unidades especiais e o fato de os agentes e outras presas ficarem mais distantes. Nessa

situação, as entrevistas corriam com mais facilidade e por um período de tempo maior do que as realizadas em sala reservada.

Quando foi concluída a fase inicial e passou-se para a segunda fase, as mulheres selecionadas para este período foram novamente contatadas, e suas entrevistas foram registradas por um gravador de áudio. À medida que os grupos amostrais foram sendo formados, de acordo com a análise dos dados, a pesquisadora foi informando os gestores sobre a necessidade de agendamento com as outras mulheres.

5.4 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa seguiu todos os requisitos éticos postulados pela lei vigente de pesquisa em seres humanos, segundo a resolução 196/96 da CONEP, e só foi iniciada após o parecer final e favorável do Comitê de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e da Secretaria de Administração Penitenciária. Esta pesquisa reconheceu a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas e se comprometeu a conduzir suas ações respeitando-as em todos os aspectos.

Durante seu desenvolvimento, não houve riscos ou desconfortos previstos para as participantes, e a pesquisadora assumiu a responsabilidade por quaisquer situações não previstas no projeto em decorrência da participação das reeducandas. A colaboração das reeducandas foi anônima, com garantia de sigilo das informações, sendo possível interromper a participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, sanções ou constrangimentos.

Para a realização da pesquisa, foi feita a solicitação de autorização de gravação de áudio tanto para as instituições, como para as participantes.

Na ocasião do primeiro contato da pesquisadora com as nutrizes, estas foram esclarecidas sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), do qual constam todas as informações sobre o estudo. Foram informadas sobre o sigilo das informações fornecidas por elas e de sua participação. Após se sentirem esclarecidas e autorizarem a gravação do áudio da entrevista, as reeducandas foram convidadas a assinar o documento em três vias, de modo que uma permaneceu em poder da participante, a segunda em poder da unidade prisional e a terceira em poder da pesquisadora pelo tempo determinado pela CONEP. Na sequência, a participante e a pesquisadora puderam iniciar a entrevista.

5.5 Descrição do processo de organização e análise dos dados

Os dados quantitativos estão apresentados descritivamente organizados e analisados com o uso do pacote estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

Os dados qualitativos foram analisados com base nos pressupostos de Glaser e Strauss (1967). Ao adotar a TFD o pesquisador inicia o estudo sem conceitos ou hipóteses pré-concebidas, mas busca identificar o principal problema dos sujeitos, que surgem ao longo da coleta de dados (GLASER, 1992). Essa metodologia oferece método sistemático para a geração de conceitos, além de favorecer que o pesquisador ganhe grande entendimento do fenômeno investigado, importante para uma análise coerente e conceitual (GLASER, 1998).

Na perspectiva deste método, as entrevistas em profundidade foram transcritas integralmente e organizadas nas margens esquerdas da página do editor de texto *Microsoft Word* (Imagem 1), deixando as margens direitas disponíveis para codificação.

Quadro 2: Demonstrativo da identificação de códigos a partir de trecho de entrevista. São Paulo, 2016.

165	<u>minha mente passava(?)</u> , <u>né?</u> E quando eu fiquei	
166	<u>sabendo que eu tava grávida, mudou tudo(?)!</u>	
167	Porque aí não era mais a minha mente, eu <u>não</u>	
168	<u>tinha que viver mais pra mim... eu tinha que viver</u>	
169	<u>para ele!</u> (?) Então, <u>ele nasceu no pior momento</u>	
170	<u>da minha vida</u> (?), <u>mas acho que foi o momento</u>	
171	<u>que eu mais precisei</u> (?). Porque <u>ele me deu uma</u>	
172	<u>esperança</u> (?) assim <u>né</u> , puxa (risos, olhando para	
173	<u>o bebê</u>), <u>depois que ele nasceu e eu vim pro</u>	
174	<u>semiaberto e a gente pensa, a vida continua</u> (?).	
175	<u>Antes eu pensava, não, minha vida acabou</u> (?), <u>eu</u>	
176	<u>destruí minha vida, eu acabei com tudo</u> , (?).. <u>Olha</u>	
177	<u>o que eu fui fazer</u> (?), <u>como que eu fiz isso</u> (?)?	

Nesse exemplo, as palavras grifadas são os incidentes, códigos que formarão as categorias. Desde o início do processo de pesquisa utilizou-se registros de reflexões que surgiam durante a leitura das falas das participantes, como as (1) Notas de Códigos, Notas Teóricas e Notas Operacionais, na busca de elementos que subsidiassem a compreensão do fenômeno em estudo (STRAUSS; CORBIN, 1998). Esses registros foram feitos em qualquer momento, em campo de estudo ou fora dele, destacando eventos potencialmente importantes

na composição da experiência da reeducanda, cujas reflexões e interpretações direcionaram o caminho a seguir na busca de mais evidências.

Para além dos registros dessa natureza, foi possível tomar nota de ocorrências relacionadas com a atuação da pesquisadora, em que pese questões acerca do planejamento e condução das entrevistas, estratégias para acessar a experiência da mulher com mais profundidade e reflexões acerca dos percalços encontrados ao longo do processo.

A análise dos dados foi realizada concomitantemente à coleta, por meio de comparação constante, conforme as premissas do método. A construção das primeiras categorias e a conceitualização dos dados foram feitas de acordo com os pressupostos de Strauss e Corbin (1998), por meio da codificação aberta, buscando dar significado aos incidentes que emergiam das falas das participantes. Os dados eram analisados linha a linha, repetidas vezes, na busca de compreensão dos incidentes identificados para que, então, pudessem ser codificados substantivamente a partir do pensamento das mulheres.

A codificação com leitura cuidadosa, de linha em linha, leva o pesquisador a verificar e saturar as categorias, minimizando perdas de dados importantes. Também permite que o pesquisador veja a direção a ser tomada na amostragem teórica antes de focalizar em um problema específico, resultando em uma rica e densa teoria, com o sentimento de que nada foi deixado de fora (GLASER; HOLTON, 2007; HOLTON, 2010).

Para Glaser (2011, p.14), "é preciso codificar com ritmo, mas sem torturar os dados". Codificar é gerar categorias e propriedades a partir dos dados que se tem, e isso acontece pelo método de comparação constante entre os incidentes e as categorias.

Na *codificação aberta* foi codificado tudo o que era percebido como importante utilizando o método de comparação - descrição da participante sobre seu contexto e interação com ele, extratos fiéis das falas das participantes e dados interpretados sobre como a mulher vê os acontecimentos nesse cenário.

Nesse processo, lendo linha por linha cuidadosamente, codificando e comparando os incidentes com outros dados, e a pesquisadora fazia as seguintes perguntas, segundo as orientações de Christiansen (2007, p.49-50): "Este dado é um estudo de quê?", "A que categoria este incidente pertence?", "O que, de verdade, está acontecendo no dado?". Dessa

forma, o pesquisador consegue manter-se conectado ao dado, identificar e evitar especulações na análise.

No momento em que uma quantidade suficiente de códigos foi gerada, foi possível analisá-los deixando emergir categorias que destacassem suas respectivas relevâncias. Na sequência, os incidentes foram comparados e agrupados por padrões de semelhança e receberam um nome conceitual que explica o que está acontecendo naquele padrão. Na Teoria Fundamentada nos Dados, são conferidos nomes aos padrões sociais encontrados nos dados em análise, sem a utilização de conceitos preconcebidos na descoberta e geração de categorias e suas propriedades (GLASER, 2003b).

É de extrema importância que os códigos expressem o que realmente o que o dado significa, pois esses são constantemente analisados para o desenvolvimento conceitual das ideias, conforme o que preconiza Strauss e Corbin (1998). Segundo Glaser (1998, p.134):

"Conceito é o que o pesquisador tem a oferecer, e não podem ser *ad hoc*, nem impressionista, mas controlado por um rigoroso e responsável método, que se resume a trabalhar com base na natureza da Teoria Fundamentada nos Dados, considerando o ritmo próprio do investigador, a comparação constante dos dados até a saturação das categorias, em que os conceitos são gerados" (p.134).

Quadro 3 - Demonstrativo da criação de categoria a partir de um conjunto de códigos

Códigos	Categoria
<ul style="list-style-type: none"> - Tendo oportunidade de cuidar do filho - Sentindo que tem uma chance de cuidar bem do filho - Tendo chance de dar carinho de mãe - Tendo a oportunidade de amamentar o filho - Sentindo que pode "viver para o filho" - Constatando que tem apenas o filho para cuidar - Não tendo mais nada para fazer além de cuidar do filho - Só tendo que cuidar do filho - Tendo uma boa experiência de ser mãe na prisão - Agradecendo a permissão de cuidar da filha 	VIVENDO PARA O FILHO

Nessa perspectiva, os memorandos são utilizados na TFD como principal instrumento para integrar hipóteses na teoria, por meio das notas teóricas sobre os dados e inter-relações conceituais entre as categorias (HOLTON, 2010). Memorandos são quaisquer ideias conceituais emergentes, registradas de maneira sistemática para que possam ser localizadas posteriormente e servem para elevar os dados ao nível conceitual para a elaboração da teoria; podem inclusive serem modificados em face de novas ideias ou dados.

Segundo Glaser (2003), não se deve esperar para escrever uma ideia, ou apenas uma nota dessa ideia, para que possamos retomá-la em toda sua essência, pois elas ajudam e guiam o pesquisador nos procedimentos da Teoria Fundamentada nos Dados. O autor refere que essas ideias em forma de memorandos dão profundidade e significado aos padrões de comportamentos, sendo continuamente amadurecidas e servindo como base para o emergir de códigos teóricos:

Exemplo de memorando:

24/03/2015, A16. Parece que a mulher vive a construção de uma nova realidade dentro da prisão. O nascimento do filho aconteceu no momento em que ela mais precisava de apoio e motivação para enfrentar a privação de liberdade. Ela indica que, sem o filho, viver esta experiência tem um fardo muito maior e cumprir sua pena seria emocionalmente mais difícil.

Ao relacionar as categorias construídas, novas hipóteses foram geradas para ampliar o entendimento de suas relações e dar consistência ao fenômeno central. Como resultado dessa análise, os dados foram organizados e reorganizados continuamente por meio da *codificação axial*, um procedimento reflexivo para relacionar suas categorias, que resulta na integração e redução de categorias, conforme as orientações de Strauss e Corbin (1998).

Nessa fase, buscou-se identificar as conexões entre as categorias analisando os fenômenos a partir de suas condições causais, do contexto, das estratégias e ações e das consequências do evento identificado.

À medida que categorias foram sendo elaboradas, deu-se início a *codificação seletiva* para melhor entendê-las e explicá-las. Algumas categorias são propriedades de outras, resultado do processo de integração dos dados emergentes da codificação e escrita de memorandos, bem como dos diagramas construídos para representação visual das categorias conceituais.

Por meio desse processo, as categorias são reorganizadas, e suas interações dão suporte para a formulação técnica e conceitual do estudo.

Como um método processual de análise constante, permite a conclusão da pesquisa em diferentes etapas, à medida que os resultados obtidos respondem as perguntas da pesquisa. Assim, para este estudo, identificamos TEMAS constituídos por categorias e subcategorias que, indicaram a suficiência de conteúdos teóricos, emergidos dos dados, para atender os objetivos desse estudo.

Como um método processual de análise constante, permite a conclusão da pesquisa em diferentes etapas, à medida que os resultados obtidos respondem as perguntas da pesquisa. Assim, para este estudo, identificamos TEMAS, constituídos por categorias e subcategorias, que indicaram a suficiência de conteúdos teóricos, emergidos dos dados, para atender aos objetivos desse estudo.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Conhecendo as reeducandas e seus filhos

Na apresentação dos resultados quantitativos a seguir, as características das gestantes, incluídas por ocasião da coleta de dados qualitativos, estão descritas apenas nas variáveis que se referem a paridade, idade, estado civil, escolaridade, ocupação profissional e experiência anterior com a amamentação. Junto com as demais participantes (n=82), as que já permaneciam com seus bebês intra cárcere, elas somam o total de 85(100%) mulheres entrevistadas.

Desta forma, em relação a essas 85 mulheres (100%) que participaram da fase quantitativa, uma (1%) era primigesta, 14 (16,5%) eram primíparas e 70 (82,3%) tinham mais de um filho - em média três, considerando o filho atual que estava em sua companhia. As reeducandas tinham em média 28 anos, com variação de faixa etária entre 18 e 38 anos.

Do total de participantes, 85 (100%), 41 (48,2%) detentas eram solteiras, oito (9,4%) eram casadas e 36 (42,3%) se referiram "amasiadas". Das 85 (100%), 41 (48,2%) detentas não completaram o Ensino Fundamental II, ao passo que 24 (28,2%) concluíram esse nível de ensino. Ainda, 19 (22,3%) referiram ter concluído o Ensino Médio e uma (1%) mulher havia finalizado o ensino superior na área da educação.

Quando perguntadas sobre a ocupação profissional que exerciam, 21 (24,7%) mulheres referiram "não trabalhar fora de casa" e 64 (75,3%) desempenhavam alguma ocupação profissional, listadas no Quadro 4:

Quadro 4- Ocupações profissionais referidas pelas mulheres presas, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações*. São Paulo, 2016.

Classificação	Ocupação profissional	Número de mulheres
Profissionais das ciências e intelectuais	Professor de nível superior na educação infantil	1
Trabalhadores de apoio administrativo	Auxiliar de escritório, auxiliar administrativo, auxiliar financeiro, estagiária administrativa, subgerente de loja, gerente de loja, auxiliar fiscal.	8
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	Autônoma, empresária, abatedora de aves, vendedora, cuidadora de pessoas, empregada doméstica, cabeleireira, auxiliar de cozinha, manicure, atendente, colhedora de laranjas, massagista, lavadora de carros, porteira, gerente comercial, auxiliar de limpeza,	55

Fonte: BRASIL, 2010b

Quanto à experiência de amamentação das entrevistadas, considerando as que tinham mais de um filho, 70 (100%) referiram ter experiência anterior de amamentar. O tempo máximo de amamentação dos filhos dessas mulheres variou entre um mês e 60 meses, sendo que 48 (68,6%) mães referiram ter amamentado outros filhos por mais de 12 meses, e 13 (18,6%) delas por mais de 24 meses.

Entre o total de mulheres deste estudo, 85 (100%), duas (2,3%) referiram já ter tido outros filhos na prisão e quatro (4,7%) tiveram filhos que não foram amamentados com sucesso, segundo elas, pela ausência de produção de leite, recusa da criança ao peito ou, ainda, por fazerem uso de drogas.

As 82 (100%) crianças que conviviam com suas mães nas penitenciárias tinham entre zero e 11 meses de idade, 51 (62,2%) nasceram por parto normal e 31 (37,8%) por cesariana. A primeira mamada dessas crianças aconteceu conforme descrito na tabela a seguir:

Tabela 1 - Local onde ocorreu a primeira mamada dos filhos das detentas. São Paulo, 2016.

Local da primeira mamada da criança	Número de crianças	%
Penitenciária	4	4.87
Quarto da maternidade	58	70.7
Centro obstétrico	16	19.5
UTI da maternidade	1	1.2
Recuperação pós parto	2	2.4
Em casa	1	1.2
Total	82	100.0

Uma das mães foi detida poucos dias após o nascimento do filho, que aconteceu em seu domicílio, local onde também ocorreu a primeira mamada da criança, conforme apresentado no Quadro 4. Por estar, naquela ocasião, no período puerperal, a mulher foi encaminhada para a prisão na companhia da criança, segundo ela, por escolha própria.

Tabela 2 - Distribuição das crianças segundo a faixa etária e tipo de aleitamento materno*. São Paulo, 2016.

Idade em meses	Aleitamento Exclusivo		Aleitamento Predominante		Aleitamento Misto		Aleitamento Complementado		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
0-I 3	27	32,9	7	8,6	6	7,3	1	1,2	41	50
3-I 6	10	12,2	5	6,1	1	1,2	12	14,6	28	34,1
6-I 9	—	—	—	—	—	—	8	9,9	8	9,9
9- 11	—	—	—	—	—	—	5	6,0	5	6,0
Total	37	45,1	12	14,7	7	8,5	26	31,7	82	100

*Classificação de Aleitamento Materno. Fonte: Ministério da Saúde, 2009.

Conforme os dados ilustrados na Tabela 2, entre as 82 (100%) crianças desse estudo, 41 (50%) estavam na faixa etária entre zero e três meses completos, 27 (32,9%) em aleitamento materno exclusivo, sete (8,6%) em aleitamento predominante, seis (7,3%) misto e uma em aleitamento complementado. Das crianças que tinham entre três e seis meses, 10 (12,2%) estavam em amamentação exclusiva, cinco (6,1%) predominante, um em aleitamento

misto e 12 (14,7%) em aleitamento complementado. As oito (9,9%) crianças com idade entre seis e nove meses e as cinco (6,0%) entre nove e 11 meses estavam em aleitamento complementado.

Desta forma, entre as 41 (100%) crianças na faixa etária entre zero e três meses, 27 (65,9%) estavam em aleitamento materno exclusivo. Das 28 (100%) crianças que tinham entre três e seis meses de idade, 10 (35,7%) eram amamentadas exclusivamente e 12 (42,9%) estavam em aleitamento complementado.

A dieta das crianças, com aleitamento complementado, era constituída por água e outros tipos de leites, frutas, bolachas, papas, sucos, mingau e também, outros alimentos que fazem parte da alimentação da mãe.

Entre os bebês de mães primíparas 14 (100%), sete (50%) estavam em aleitamento materno exclusivo e tinham menos de 35 dias de vida.

Do total de crianças, 82 (100%), seis (7,3%) eram amamentadas a cada três horas e apenas uma (1%) tinha as mamadas controladas pela mãe, que oferecia a mama por apenas 10 minutos - o bebê tinha três meses de idade e estava em amamentação exclusiva.

O uso de chupeta foi observado em 39 (47,6%) das 82 (100%) crianças, sendo que 12 (30,8%) delas estavam em aleitamento materno exclusivo. Os motivos que levaram as mulheres a oferecer a chupeta, 39 (100%), segundo elas, se relacionam com as necessidades da mãe de acalmar a criança, 32 (82%), evitar o sofrimento pela separação, dois (5%), limitar o tempo das mamadas, quatro (10,2%), gostar da imagem do bebê usando a chupeta, uma (2,5%), o fato de ter oferecido aos outros filhos, quatro (10,2%) e as demais não souberam dizer as razões, seis (15,4%) ou tiveram a chupeta oferecida ao bebê ainda na maternidade, cinco (12,8%). Das 43 (100%) crianças que não usavam chupeta, 25 (58%) estavam em amamentação exclusiva

Das 82 (100%) mulheres que permaneciam na companhia dos filhos na prisão, 46 (56%) referiram não ter tido problemas para amamentar seus lactentes. As demais, 36 (100%), relataram ter tido dificuldades, como o sentimento de insegurança, uma (2,7%), pega inadequada do recém-nascido, uma (2,7%), ingurgitamento mamário, uma (2,7%), a percepção da ausência de colostro, uma (2,7%), fissuras e rachaduras nos mamilos, 25

(69,4%), dor na mama, 14 (38,8%), baixa produção de leite, cinco (13,8%), demora para a apojadura, uma (2,7%), rejeição da criança ao peito, cinco (13,8%).

Entre as 82 (100%) mulheres desse estudo, 36 (43,9%) referiram ter enfrentado algum tipo de problema com o aleitamento. Entre estas, 14 (39%) permaneciam em amamentação exclusiva, 10 (28%) não tiveram experiência anterior de amamentar e 24 (67%) já tinham amamentado antes. Ainda, 29 (80,5%) dessas receberam orientação sobre a amamentação. Entre as 82 (100%) mulheres entrevistadas que permaneciam com seus filhos, 22 (26,8%) referiram não ter recebido qualquer tipo de orientação acerca do aleitamento materno. Quanto às 60 (73,2%) mulheres que receberam, as orientações foram provenientes de conversas com profissionais da saúde, assistente social, família, grupo de gestante e folhetos com informações sobre o aleitamento materno.

Com relação ao uso de produtos ou métodos alternativos para ajudar no processo de amamentação, entre as 82 (100%) mulheres, 13 (15,8%) afirmaram ter se valido de algum. Do total de 13 (100%) mulheres, uma (7,7%) utilizou pente para massagear e esvaziar a mama ingurgitada, três (23%) usou pomada para cicatrizar lesões mamilares, uma (7,7%) seringa para protrair mamilos planos, uma (7,7%) a bomba para extração de leite, seis (46,1%) leite materno para promover cicatrização das lesões mamilares e uma (7,7%) usou um bico de silicone.

6.2 Amamentar na prisão: A construção de vínculos e enfrentamento de rupturas

O processo de análise dos dados obtidos resultou na construção de três **TEMAS**, compostos por suas categorias (APÊNDICE C) que demonstram, fundamentalmente, que a mulher detenta vive o cotidiano, desde sua prisão, em risco de perdas e rupturas, seja em relação ao seu contexto social, seja nas relações mais significativas ou emergidas pela sua autorreflexão.

Ao adicionar a presença do filho em seu cotidiano, no contexto prisional, vivencia uma possibilidade de reconstrução do seu universo afetivo e social, evoluindo na construção de vínculo com o filho, produto de uma apropriação do cuidado com a criança, e de seu papel materno; esse cotidiano "maternalizado" propicia a recuperação e reafirmação de vínculos com outros significantes e consigo. Concomitante à vivência evolutiva da construção de apegos, esta mulher vivencia a expectativa de novas rupturas, com o término do prazo de permanência do filho na prisão, junto a ela.

Para essa mulher, o cuidado com o filho - e nessa perspectiva está inserido a amamentação - significa o alicerce para superação das dificuldades e limitações da "vida presidiária" de ambos, que se vê em risco, na iminência de nova ruptura com a separação da criança.

TEMA 1 - BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE

TEMA 1 - BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE

♦ Lidando com sua pena

Vivendo em um inferno

Reconhecendo seus erros

Vivendo a solidão

Resignando-se pela ausência dos familiares

Sentindo-se desamparada

Buscando a gravidez para preencher vazios

Estando grávida na prisão

♦ Decidindo se o filho fica na prisão

Reconhecendo elementos para a tomada de decisão

Tendo medo de privar o filho de uma vida normal

Beneficiando o filho e a si mesma com a maternidade

♦ Protegendo o filho e a si com o aleitamento

Amamentando para proteger o filho

Sentindo-se protegida ao amamentar

Sentindo-se valorizada

Sentindo-se mais próxima do filho

Sentindo-se completa ao amamentar

♦ Vivendo um novo modelo de maternidade

Vivendo para o filho

Percebendo o apego mais intenso da criança

Sentindo prazer na maternidade

Comparando esta experiência com a dos outros filhos

Desejando ser boa mãe

Projetando-se “mãe” fora da penitenciária

Comparando-se com sua mãe

♦ Tendo sua pena abrandada

Tornando os dias mais fáceis

Tendo a presença da família

Preenchendo os vazios

Tendo uma razão para mudar de vida

BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE é um movimento da mulher provocado pela vivência cotidiana de lidar com elementos que compõem para ela, um ambiente e situações hostis, potencialmente causadores de rupturas sociais e afetivas, que emergem tanto dentro quanto fora da instituição. O significado desta vivência é construído a partir da percepção de sentimentos gerados nas relações atuais, no contexto da cadeia, como na projeção de perdas pessoais. Para estas mulheres, a gravidez, seja não planejada, seja a busca voluntária pela concepção - representa, por um lado, um movimento de redenção de ações que a levaram à prisão e, por outro, a oportunidade de desenvolver uma relação genuína com o filho, nesse contexto, que resulta na percepção de ter seu sofrimento amenizado por meio da maternidade.

A intensidade da relação entre mãe e filho faz com que a mulher perceba a criança como o seu universo, fonte de felicidade, prazer e plenitude, sentimentos que provocam nela a sensação de que não está em cumprimento de pena; possibilita a mudança de paradigmas e viver tanto o presente quanto um futuro que, pelo filho, sente-se motivada a planejar.

O tema **BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE** é construído na relação entre cinco categorias emergentes: **Lidando com a sua pena, Decidindo se o filho fica na prisão, Protegendo o filho e a si com o aleitamento, Vivendo um novo modelo de maternidade e Tendo sua pena abrandada.**

Lidando com sua pena significa a tomada de conhecimento de estar presa e a busca de estratégias para lidar com a prisão. Ao ser inserida no contexto prisional, as interações ali estabelecidas lhe dão elementos para atribuir significados à experiência de estar privada de liberdade naquele ambiente. Para a reeducanda, a prisão representa um cenário violento e de relações difíceis que somado aos demais elementos percebidos em sua auto interação, decorrentes da exclusão social, levam-na a sentir o vazio de sua existência, induzindo-a a buscar formas de preenchê-lo.

Assim, adentrar o cenário prisional, para estas mulheres, representa uma trajetória diária de convivência com um ambiente hostil e perigoso, à medida que elas vão observando e identificando o comportamento e as relações estabelecidas entre as demais detentas. **Vivendo em um inferno** representa a dificuldade de lidar com esse ambiente, especialmente com as detentas qualificadas como "atacantes" e outras que por elas são vistas como "pessoas ruins".

"Nesses três anos eu vi muita coisa, muita injustiça, muita, muita, muita maldade (...) É um inferno ficar presa, pessoas com maldade, coisas que as pessoas tem, eu não tenho" (E2)¹

Isso faz com que a mulher se isole para evitar o envolvimento em situações que ela considera desfavoráveis para sua vivência nesse contexto.

Perceber-se inserida nesse cenário a coloca em contato com a realidade que ela reconhece ser "a cadeia". Além do medo da violência concreta e próxima, ela também vivencia a sensação de ter deixado de existir para a sociedade, temendo ser esquecida naquele lugar para o qual pensa não mais retornar no futuro.

"(...) É cadeia, a gente tá presa, né? (...) tem tudo de ruim. As vezes dá vontade de morrer, a gente fica louca (...) Já estamos presas, é tudo difícil (...) Lá no pavilhão a gente sente sufocada (...) porque ninguém olha pra gente que está na cadeia, a gente fica esquecida lá dentro" (E3)

Ela testemunha situações que classifica de violência entre as presas e outras que interpreta como injustiças e maldades praticadas entre elas. Nessa perspectiva, percebe-se rodeada do que classifica de "coisas ruins". A percepção de que está vivendo em um ambiente para o qual não se sente preparada provoca sentimento de medo e tristeza, a leva a atribuir significado à sua experiência de estar vivendo em um inferno, o que interfere fisicamente em seu bem estar e representa, simbolicamente, a vontade de deixar de viver.

A experiência de estar presa é constituída também pela percepção de seus sentimentos entre arrependimento e vergonha, momento em que a mulher vai **Reconhecendo seus erros**. A mulher reflete sobre sua trajetória, lamenta pelos erros cometidos e por se ter deixado envolver em crimes.

"Eu destruí minha vida; eu acabei com tudo. Olha o que fui fazer... Como que eu fiz isso? Então, antes eu pensava muito assim lá no pavilhão" (E1)

¹ - As letras e números que aparecem após cada fala ilustrativa dos dados, representam a identificação das entrevistas das participantes do estudo. Os nomes que podem aparecer em algumas delas são fictícios.

Por outro lado, sente vergonha por estar nessa condição, e por ter provocado tristeza a pessoas significativas em sua vida.

"Quando foram me pegar, colocaram as algemas em mim na frente da minha mãe. Eu queria morrer quando vi minha mãe chorando daquele jeito por minha causa" (E29)

O distanciamento da família pela condição de cárcere é considerado e sentido pela mulher como forte sentimento de estar **Vivendo a solidão**, justificada por diversos elementos que impedem a visita de seus familiares e pessoas significativas para ela. Resignando-se pela ausência dos familiares, as mulheres que não recebem visita buscam justificar a ausência dos parentes, apesar da solidão. As mulheres reconhecem tanto os impedimentos da presença de pessoas significativas, como o constrangimento à que ela e os familiares podem ser submetidos na visita, pelo rigor da revista corporal ou, ainda, por sentir-se constrangida em se apresentar na condição de "presa" diante dessas pessoas de seu contexto social.

"Sinto falta, mas ele (marido) não pode chegar perto daqui porque ele está fugido e podem capturar ele aqui, né" (E21)

"Meu companheiro nunca veio me visitar... Porque ele já tava preso quando o homem me pegou lá" (E28)

"Eu quero dar bom exemplo para eles (filhos), não quero eles aqui dentro não. Sinto também falta do meu marido, faz muito tempo já" (E1)

Por outro lado, a ausência injustificada da família e a visão da visita recebida pelas demais colegas, provoca nelas o sentimento de abandono pelos familiares. Assim, Sentindo-se desamparada, nessa circunstância, buscam manter contato com a família pelos meios de comunicação que lhe estão disponíveis na penitenciária, como as cartas enviadas pelo correio.

"(...) eu sinto falta da minha mãe né. Não sei, ela não veio visitar até agora" (E16)

"... mandava carta e quando eu pensava que a carta ia chegar, a carta voltava depois de muito tempo" (E11)

A separação dos filhos e a perspectiva de perda de determinados vínculos em algumas situações, especialmente com o companheiro, provoca nessas mulheres o sentimento de viver um vazio em suas vidas, o que em sua percepção pode ser preenchido por um filho. Assim, ela vai **Buscando a gravidez para preencher vazios**. O nascimento de uma criança também é percebido como uma motivação para mudanças em sua vida.

"... eu engravidei visitando meu marido (saída temporária). Eu descobri aqui dentro né (...) mas eu quis engravidar porque ele sempre quis ter um filho dele. A Joana (outra filha dela) tem ele como pais, mas não é" (E9)

"Eu quis ter esse filho aqui, eu engravidei na cadeia para ver se conseguia preencher o vazio dentro de mim, da falta que eu sinto dos meus filhos (E14)

Por outro lado, seja para as mulheres que já foram aprisionadas em estado de gravidez ou para as que engravidam no período de cumprimento de pena, **Estando grávida na prisão** representa uma frustração de como planejava e idealizava ter o filho. Esta realidade pode ser vivenciada pelas mulheres tanto com o sentimento de felicidade por ter o filho quanto com dificuldade de aceitar a gravidez nessa condição.

"Eu engravidei na saidinha. Eu tinha meu filho para cuidar e não voltei... quando me capturaram eu descobri que estava grávida" (E4)

" (...) no começo eu não queria (a gravidez) por causa que eu estava presa e só fui saber que estava grávida depois. Mas depois que ele nasceu, nossa, eu chorei, foi tudo de bom" (E9)

Decidindo se o filho fica na prisão. Não obstante as condições em que a gravidez foi concebida e os sentimentos da mulher em relação a ela, se grávida ou com o filho já nascido, a reeducanda demonstra passar por um período conflituoso que representa o processo de decisão de ficar ou não com o filho na unidade especial. Para isso ela recolhe elementos ponderando o que seria melhor para a criança.

Nesse processo, ela avalia tanto o possível sofrimento e prejuízos para a criança quanto os benefícios que a sua permanência pode representar, uma vez que será ela a cuidadora, aproveitando a oportunidade de construir vínculo materno e filial.

Desta forma, no decorrer da gravidez ou com o nascimento da criança, a mulher vai **Recolhendo elementos para a tomada de decisão**, o que representa a vivência do processo de decidir manter ou não a criança junto de si - como um período de dúvidas e muitas incertezas, que a aflige antes ou mesmo depois do nascimento do filho. Sua decisão pode ser influenciada por experiências anteriores, em penas já cumpridas, por opiniões de outras detentas que vivenciaram a mesma situação, ou ainda de familiares, com os quais busca se aconselhar no desejo, com o intuito de assegurar o melhor para a criança.

"(...) minha mãe também estava aqui presa e ela falou que aqui na amamentação (unidade especial) era bom" (E6)

Assim, ao longo desse processo, a mulher reúne elementos significativos para compor um quadro que lhe ajude a decidir se fica com seu filho na unidade prisional. Um desses elementos diz respeito ao reconhecimento de privação de contato com o mundo externo à prisão, o que a faz concluir que a prisão não é lugar para criança, e, assim, ela se percebe **Tendo medo de privar o filho de uma vida normal**.

Dessa forma, a detenta percebe de forma objetiva que a criança terá possibilidades limitadas e restritas de convívio com o mundo externo, e sua permanência o privará de uma "vida normal".

"Mas ela vai dar uma crecidinha, eu não vou poder levar ela no ar livre, para ver flores, para ver os animais" (E8)

Nesse processo de tomada de decisão, a mãe também identifica alguns aspectos considerados favoráveis à permanência da criança. **Beneficiando o filho e a si mesma com a maternidade** representa o fato da mãe considerar como elemento favorável, a percepção de que é capaz de cuidar do filho e de que a criança necessita de seus cuidados que mesmo dentro do ambiente prisional, ela se percebe em melhores condições de cuidar do filho do que entregá-lo aos cuidados de outros.

Beneficiando o filho e a si mesma com a maternidade também representa a possibilidade de a criança ser amamentada, as oportunidades de mãe e filho interagirem pelo menos nos primeiros seis meses de vida da criança, o que resulta na percepção materna de

criação de vínculo entre eles. Nesse contexto, a mãe reconhece que ambos beneficiam dessa relação, sendo uma construção afetiva e de cuidados maternos que minimizam os prejuízos do ambiente para a criança. Sua dedicação ao filho não só representa o desempenho e a identidade do papel materno, mas reitera efetivamente que a criança "tem mãe".

"Quando ele nasceu eu não deixei levar ele(...)"Ah, mas eu falei assim - Ah, mas é melhor (...)estar com ele, mesmo ele passando por isso; ele vai ter mãe e peito, melhor leite, né, materno, né" (E2)

"... mas nesse momento eu acho que ela precisa de mim, independente do lugar né. Por isso que muitas pessoas falavam que eu tinha que ter ela e já entregar para não pegar amor, mas não, ela precisa de mim, do leitinho dela" (E5)

Um elemento interacional nesse processo de construção da maternagem é a amamentação. **Protegendo o filho e a si mesma com o aleitamento** é um sentimento que resulta da percepção do aleitamento como uma forma de proteção tanto para ela quanto para a criança. Para ela, é um instrumento por meio do qual se sente protegida no sentimento de autovalorização e acolhimento, que a permite perceber-se em sua plena capacidade de amamentar e de completude no desempenho de seu papel materno. Nutrida afetiva e emocionalmente, reforça suas crenças sobre o valor do leite materno e seu benefício para a saúde da criança. Amamentar também significa ganhos maternos, que estão expressos no sentimento de prazer e de tranquilidade que as mamadas lhe proporcionam e, também, na forma como percebe se apropriar efetivamente de seu papel materno.

Dessa forma, no contexto de vida dessas mulheres, os valores atribuídos à amamentação também são norteados pelas crenças e conhecimentos empíricos que possuem. **Amamentando para proteger o filho,** representa a valorização do aleitamento do ponto de vista do alimento, como sendo o melhor que ela pode oferecer e, também, uma forma pela qual ela pode garantir crescimento e desenvolvimento adequados à criança.

"E realmente é... As crianças que mamam no peito, até seis meses, ficam mais espertos do que estes que mamam mamadeira (...) Tem crianças ali que tem seis meses, que toma mamadeira e eles não rolam... Não igual o Bruno assim. Bruno é muito esperto para a idade dele; e ele só mama no peito" (E1)

No tocante à proteção à saúde, o leite materno assume importância adicional pelo fato de ser considerado capaz de proteger a criança de doenças, especialmente por estar no ambiente prisional.

"Dar o peito para meu filho é tudo para mim. É a melhor coisa que eu posso dar pra ele, leite de mãe (...) vai proteger ele das doenças, das gripes, das febres.... Ele vai crescer forte e esperto, assim, né? Ele nunca ficou doente aqui, nunca precisou tomar remédio, nunca foi para o postinho, só para vacinar" (E3)

Porém, a amamentação também é percebida como um bem para si. Esse significado pode ser compreendido por um conjunto de sensações expressas pela presa, que demonstra perceber força, paz e segurança para lidar com o cotidiano prisional enquanto amamenta. Nessa perspectiva, **Sentindo-se protegida ao amamentar** revela os benefícios subjetivos que ela obtém nesse período.

Sentindo-se valorizada. No processo de amamentação elas percebem elementos subjetivos dessa prática, emergidos da interação com o filho; um elemento refere-se ao sentimento de ser importante e amada pela criança, cujas manifestações de apego interpretadas por ela, como a troca de olhar, o toque da criança durante a mamada e a procura e aceitação do peito reforçam cotidianamente sua percepção do amor da criança por ela e dela pela criança.

"Ah, eu, pra mim, meus filhos mamando no peito pra mim é uma forma deles me amar (...) amar mais, aquele carinho(..) Dar mamá pro filho da gente é tudo, pra mim, é tudo. Não tenho nem palavras como expressar isso" (E2)

O processo de amamentação também é interpretado como a oportunidade de mãe e filho construírem uma intimidade e proximidade, **Sentindo-se mais próxima do filho**. Além do apego da mãe ao filho, ela sente que ao ser amamentada a criança tem a possibilidade de conhecê-la desde pequena e reconhecê-la como mãe.

"Agora, o filho que a gente amamenta dentro do presídio... eu não sei, é um grude né? Ele dorme comigo, acorda comigo, a gente almoça todo dia junto, faz tudo junto" (E1)

" (...) porque fica olhando pro rostinho da gente, vai conhecendo desde pequeninho, fica olhando nos meus olhos" (E2)

"Ah, da amamentação é porque que eu acho que a gente se sente mais próximo, né. Quando a gente tá amamentando o filho da gente (...) a amamentação é a única ligação entre o filho e a mãe, pro filho ficar mais perto da mãe, pra conhecer ela (a mãe) mais (...) A amamentação é tudo" (E8)

A prática da amamentação assume, para essas mulheres, uma forma simbólica de transmitir segurança, carinho e amor ao filho, Sentindo-se completa ao amamentar. Expressam um prazer em amamentar que vai além da percepção de ter uma capacidade concreta de produzir leite suficiente para suprir a demanda da criança: é simbolicamente representado também no sentimento de dar vida ao filho, de forma que seria maldade negar essa oportunidade a ele.

"Aqui,nem sei dizer, como explicar, mas como você está aqui amamentando, a minha vida é ele, nada mais" (E13)

"É, amamentar é tudo de bom. Eu queria amamentar ele até quando eu amamentei meus outros filhos, até mais tempo (...) Se a gente veio pra cá junto, seria maldade não dar o peito pro filho" (E25)

Assim, a mãe percebe-se **Vivendo um novo modelo de maternidade** que representa a experiência concreta da maternidade intra cárcere como uma oportunidade de ser mãe, na medida em que se sente disponível para viver integralmente para o filho, sem impedimentos, e não mais apenas para si mesma. Essa interação frequente com a criança como única cuidadora, resulta, na perspectiva da mulher, tanto em apego intenso ao filho, quanto no sentimento de plenitude por conviver exclusivamente com ele, sentindo prazer na maternidade e levando-a a refletir sobre suas experiências maternas anteriores e sua experiência de filha, provocando o desejo de desempenhar melhor seu papel de mãe.

Desta forma, do ponto de vista da mulher presa, ser mãe na unidade especial representa uma oportunidade de cuidar integralmente de seu filho, tendo em vista sua disponibilidade de tempo para a maternidade e abstenção de outras tarefas. Esse universo do cuidado é interpretado por ela como Vivendo para o filho, o que permite estabelecer uma interação afetuosa com a criança, configurando uma experiência positiva.

"Eu vivo para ele. Porque, é a única coisa que tem pra fazer (...) eu não faço comida...A comida tá pronta. A roupa, a lavanderia lava. Eu mal limpo meu quarto, entendeu?" (E30)

"Aqui dentro a gente tem chance de dar carinho de mãe, cuidar dele, (...) porque eu não tenho que viver mais pra mim, eu posso viver pra ele, fazer tudo pra ele ficar bem" (E6)

Viver 24 horas por dia com a criança e ser sua única referência de cuidado favorece o vínculo, na opinião da mãe presa, que percebe o apego e a demanda de afeto de seu filho por meio das suas manifestações, como quando este demonstra se acalmar em seu peito e rejeitar outras pessoas. **Percebendo o apego mais intenso da criança** permite que ela faça comparações com experiências anteriores com outros filhos e atribua o apego mais intenso da criança ao fato de estarem juntos na prisão.

"Só comigo que ele fica quieto, só quando está mamando, com o peito na boca. Assim, ele brinca bastante, mas quando fica cansado, não adianta dar chupeta como os filhos das colegas, né, ele não quer nada, não pára, só quer eu. Nem ficar no colo as vezes acalma ele, só o peito mesmo" (E3)

"... eu lembro que meus filhos não eram assim em mim não (...) não ficavam grudados, assim, toda hora" (E8)

O convívio com o filho permite que a mulher aproveite ao máximo essa relação, experiência que demonstra prazer ao dedicar-se, mantendo a proximidade que lhe favoreça estabelecer interações efetivas com a criança. **Sentindo prazer na maternidade** resume a felicidade e prazer de ser mãe e ver o filho crescer, permitindo a mulher realizar comparações e concluir que é mais apegada e "mais mãe" desta criança, da qual cuida na prisão, do que de outros filhos, dos quais que cuidou em liberdade. No entanto, interpreta esse apego intensificado também pelo sentimento de culpa por mantê-lo em ambiente prisional.

"Ah, é muito gostoso você poder tá com o filho da gente, poder dormir do lado dele, acordar e ver ali, ver ele crescendo, ficando esperto assim, evoluindo cada dia mais" (E1)

"...eu acho que sou mais apegada nela por ela estar aqui dentro, sabe. Eu morro de pena dela" (E8)

A qualidade de sua experiência leva a mãe a interpretar seu sentimento de amor como sendo único e sentido apenas, ou de forma mais intensa, por este filho, resultando em um apego que reconhece que não teria se estivesse livre, embora sinta amor também pelos outros filhos. Esse amor "maior que tudo" a completa em suas necessidades íntimas e maternas, de modo que, na perspectiva da mulher, ela sente que não conseguiria viver naquele ambiente sem a criança.

"(...) Eu estou amando ela mais que tudo (...) eu amo a minha outra filha, mas não penso nela como penso nessa aqui" (E8)

A experiência atual de cuidar integralmente desta criança leva a mulher a refletir acerca de suas experiências anteriores com os outros filhos, em liberdade. Assim, ela vai **Comparando esta experiência com a dos outros filhos**, quando ela reconhece que tinha de dividir o seu tempo com as tarefas domésticas, assistência a outras crianças e atividade profissional, comprometendo o desempenho de seu papel materno, dificultando também a continuidade da prática da amamentação quando não tinha ajuda de outras pessoas.

"...eu dava o peito e saia para fazer as outras coisas, fazer comida, lavar roupa, faxinar uma casa. Tinha outras coisas para fazer. Aqui não, eu só cuido dele, só penso nele, por isso eu deixo ele mamar a hora que ele quer, não tem porque eu não dar o peito pra ele. Eu tenho todo tempo para cuidar dele, concorda?" (E3)

Viver essa experiência, dentro e fora da prisão, leva a mulher a refletir acerca das dificuldades e facilidades na relação de cuidado com o filho atual, concluindo que em liberdade ela não poderia estar tão disponível para ele.

"Quando a gente tá lá fora, que a gente tem um filho, a gente tem os outros filhos para cuidar; a gente tem casa para limpar, roupa pra lavar... Outras distrações, entendeu?" (E15)

Refletindo acerca dessas experiências, tomando-as como base para a construção de um modelo ideal, é que ela se percebe **Desejando ser boa mãe**, fruto das reflexões acerca do papel materno que ela desempenha com este e outros filhos e também de sua vivência como filha.

Esse sentimento e sua condição atual lhe permitem refletir sobre sua relação com os filhos que deixou fora da unidade, autoavaliando-se no desempenho de seu papel materno e Projetando-se "mãe" fora da penitenciária, o que representa uma maternagem conforme o seu ideal quando sair da prisão, em que não cabe a repetição de erros com os filhos, mas o desejo de ser "um exemplo" para eles.

"...porque ele me fortalece, ele me faz pensar nos erros que eu cometi com os irmãos dele, sabe. Eu não quero mais...Fazer coisa errada com os meus filhos, quero ser uma mãe boa pra eles " (E9)

"... depois que o Bruno nasceu eu falei "eu tenho que viver para ele, tenho que mudar, sair daqui, trabalhar (...) fazer alguma coisa de bom para quando ele crescer ele se orgulhar de mim" (E1)

Nesse processo de construção da sua relação com o filho, ela também toma como referência a sua experiência de filha, Comparando-se com sua mãe. Avalia a relação entre elas, identificando uma vivência de maus tratos e percepção de falta de atenção e amor. Assim, ela nutre o desejo de ser diferente, buscando dar outro tipo de experiência para o filho.

" ... ela (sua mãe) trabalhava muito, ficava na rua o dia todo. Foi uma mãe boa sim, não vou falar que não foi. Ela só batia muito na gente, pedia pra gente ficar indo na casa dos outros pedindo dinheiro (...) eu não gostava, ficava com vergonha, mas tinha medo dela me bater. Eu sou diferente, eu não quero bater no meu filho, quero dar tudo pra ele. Ele não ter que trabalhar tão cedo" (E30)

"Minha mãe usava droga do meu lado, assim... nunca pensou em mim, que estava ali. Eu não quero ser igual ela não" (E28)

Conviver com o filho, de modo que seu tempo seja preenchido pelas demandas de cuidado da criança, provoca na mulher a sensação de que os encargos cotidianos de sua pena são enfrentados com menor dificuldade, e também promove a aproximação dos familiares. Assim, cuidar da criança é uma forma de perceber que se está **Tendo sua pena abrandada**.

A rotina estabelecida com os cuidados diários com o filho, faz com que a mulher ocupe seu tempo e perceba que está Tornando os dias mais fáceis, ou seja, os dias passam mais rapidamente, quando comparados com sua experiência em outra unidade prisional, com

dias ociosos e difíceis por não ter com o que se ocupar. A presença da criança, além de representar ocupação diária e diversificada, torna-se a companhia amorosa que a retira da solidão e representa um alívio na condição de aprisionamento, tornando "os dias mais fáceis".

"Quando ele acorda antes de mim assim, ele fica passando a mãozinha no meu rosto para me acordar e dá aquele sorriso quando eu olho para ele (...) precisa ver (...) " (E3)

" ... para mim, eu não vejo que estou aqui dentro desse lugar, quando estou com ela, entendeu? Quando estou eu e ela, sabe?(...) parece que nem estou tão presa, o dia passa que a gente nem vê, e tanta coisa que nós fazemos com essas crianças aqui dentro" (E5)

A presença da criança também representa uma possibilidade da presa perceber que vai **Tendo a presença da família**, com visitas mais frequentes motivadas pelo interesse dos parentes em acompanhar a criança, minimizando o sentimento de solidão.

"O pai dela apareceu, veio visitar no domingo e sabe que ela gostou dele?Fiquei besta de ver eles brincando, não sabia quem era mais criança" (E2)

"Porque os meus filhos é um de cada pai (...) e eles (os pais) não quiseram saber dos filhos não, só o pai desse aqui que agora vem visitar (...) " (E3)

"... até minha mãe vem me ver agora, acho que por causa dele, não sei. Eles ficaram mais próximos, minha sogra, meu sogro, meu marido" (E16)

A mãe atribui à presença do filho a sua capacidade de lidar com seus sentimentos, com ideias destrutivas e de poder viver a perspectiva de construção de uma nova realidade no a partir do momento em que vai **Preenchendo os vazios**. Para ela, a criança representa o que mais precisava, sendo sua fonte de apoio e motivação.

Embora a mulher se entristeça com a culpa por expor a criança às circunstâncias do ambiente penitenciário, a felicidade de tê-la junto de si atribui à presença do filho um elemento de proteção para a sua saúde emocional.

"O meu filho me fortalece (...) da falta dos irmãos dele; do carinho, porque ele é muito carinhoso" (E27)

"Eu nem sei (...) Eu tenho certeza que seria difícil, eu não sei como eu estaria de mente se ele não estivesse aqui comigo" (E6)

"Sinto que ela está perto de mim, que ela precisa de mim... e eu dela. Ela me fortalece da falta dos meus filhos também" (E9)

A presença da criança e a interação intensa com ela representa, para esta mulher, uma oportunidade de reformulação de seus pensamentos e expectativas de vida. Assim, ela se vê **Tendo uma razão para mudar de vida**, permitindo-a sentir que pode reconstruir sua vida, planejando um futuro que a afaste de pensamentos e atitudes anteriores, os quais agora considera "ruins".

A possibilidade de sentir fé na vida é atribuída ao filho, cuja presença nesse cenário faz a mãe acreditar que apesar de sua condição, estar presa não significa o "fim de tudo". Os sentimentos negativos perdem espaço para a sensação de maior tranquilidade, mesmo que reconheça a vivência de sentimentos ambíguos. Vivendo entre a alegria e a tristeza, percebe mudanças de atitude e de planos, em função da responsabilidade de assumir o filho. Nesse contexto, a presença da criança lhe dá coragem de enfrentar a prisão e o futuro fora dela, despertando nela o desejo de não voltar a viver a privação de liberdade.

"Assim, muitas besteiras na minha mente, passava né. E quando eu fiquei sabendo que eu tava grávida. mudou tudo" (E22)

"Porque ele me deu esperança, assim, depois que ele nasceu eu vim pro semiaberto e a gente pensa- "a vida continua". Antes, eu pensava, não, minha vida acabou.(...) Ai, depois que o Bruno nasceu eu falei - Não, eu tenho que viver para ele, né?! E tenho que muda, sair daqui, trabalhar, fazer alguma coisa de bom" (E1)

"Parece que meu filho me cura de tudo, me dá vida (...) "Esse filho mudou minha vida, me deixou mais calma. Antes, qualquer coisa era motivo para estourar e ficar ruim de cabeça (...) não quero ficar longe dele" (E6)

TEMA 2 - VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO

TEMA 2 - VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO

♦ Vivendo o prenúncio da separação

Não estando pronta para separar-se do filho

Sentindo que vão tirar o filho dela a qualquer momento
Sofrendo pela separação a qualquer tempo
Não querendo pensar na separação
Antecipando o sofrimento do filho longe dela
Convivendo com o clima de separação
Querendo ficar com o filho

Temendo o destino da criança

Não confiando na família para cuidar do filho
Sofrendo por não ter a família para cuidar do filho

Antecipando a separação com o desmame

Tendo que desmamar
Não querendo desmamar
Sentindo dificuldade para desmamar
Evitando o sofrimento do filho
Não desmamando para evitar o sofrimento do filho
Desmamando para evitar o sofrimento do filho

Esperando por um milagre

♦ Percebendo suas perdas

Sentindo medo de perder os vínculos familiares

Sentindo medo de perder o vínculo com o filho
Pressentindo o abandono pelos familiares

Sentindo-se destruída

Tendo medo de enfrentar a sua pena

♦ Evitando qualquer separação com o filho

Evitando a separação precoce e transitória

Protegendo seu filho dos riscos do ambiente
Tendo boa conduta na prisão

Evitando a separação a termo

Buscando alternativas legais
Buscando pessoas que possam ajudá-la

VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO representa um contexto no qual a mãe vivencia a concomitância da evolução do apego ao filho e a evolução do sentimento de perda - pela ciência que tem - da futura separação, aos seis meses de idade da criança. Revela a fragilidade emocional da mãe que, apesar de viver o seu estado pleno preenchido pela presença do filho ao seu lado, convive com a ameaça atemporal e frequente de separar-se dele. Pensar na entrega da criança causa nela um sofrimento extremo que a motiva a buscar alternativas para evitar este desenlace. Simbolicamente, ela se vê caminhando, ao longo do processo de cuidados com o filho, para uma nova condenação, que se constitui por novos rompimentos e novas perdas.

Este tema é explicado por meio de três categorias emergentes: **Vivendo o prenúncio da separação, Percebendo suas perdas e Evitando qualquer separação com o filho**

Vivendo o prenúncio da separação significa um marco na vida da mãe presa. Ela tem ciência de que terá de separar-se de seu filho aos seis meses. Revelando um sofrimento crescente ao longo do tempo e a construção diária de busca de alternativas para permanecer com o filho. Viver no ambiente em que testemunha separações ou presencia conversas entre as presas sobre o assunto, cria-se, na mãe, circunstâncias que provocam dor e sofrimento para ela, o que é aumentado pela sua percepção da possibilidade da criança também sofrer.

Ao longo do tempo em que permanece com a criança a detenta vive a expectativa do momento em que o filho terá de sair da instituição. Mesmo conhecedora deste fato, sente-se em todo o processo **Não estando pronta para separar-se do filho**, o que provoca nela um sofrimento extremo, na medida em que ela, também, antevê o sofrimento do filho com o possível rompimento da relação maternal.

Esse sentimento a acompanha representando a antecipação de um sofrimento que ela gostaria de evitar, se possível fosse, **Sentindo que vão tirar o filho dela a qualquer momento**.

"(...) já vão levar a minha menina, eu não sei o que vou fazer sem ela (...) Só agora que está caindo a ficha. Eu falo "não, eu vou ter que ficar sem a minha filha, qualquer momento eles vão levar minha filha de mim" (E18)

Sofrendo pela separação a qualquer tempo é a expectativa da separação que pode ser vivenciada pela mulher muito precocemente e representa, para ela, uma ameaça ao bem estar de mãe e filho, por ser um pensamento recorrente e cotidiano que antecipa um sofrimento maior à medida que se aproxima do limite de idade e permanência da criança.

"(...) mas é que todo dia vivo assim, sentindo essa dor, pensando na hora que meu filho não vai mais estar aqui" (E3)

"Fiquei lá (maternidade) o tempo todo que não tirava os olhos. Aqui também, faço tudo, mas grudada com ela. Momento algum eu deixava ela, com medo de pegarem minha filha por eu ser presa" (E2)

Também demonstra o reconhecimento da mulher em não ter considerado esse momento quando de sua decisão em ficar com a criança, em que se vê Não querendo pensar na separação como forma de evitar o sofrimento e o desespero.

"(...) porque a gente no começo não pensa que uma hora ele vai ter que sair, né, não fica pensando nisso lá quando está grávida" (E3)

"Nem consigo pensar em ficar sem ele (...) nunca que eu vou deixar ele ir, não quero parar de amamentar (...) " (E4)

Diante da necessidade de separar-se do filho aos seis meses, a mulher também avalia as possíveis condições em que a criança vai viver longe dela, interpretando este distanciamento como causa de sofrimento do filho. Assim, Antecipando o sofrimento do filho longe dela é a visão de que a criança não terá a presença materna que ela considera significativa, sendo privada de seus cuidados e presença da mãe.

"Eu quero ficar com ele; até o último dia que eu puder ficar com ele (...). no abrigo é muita criança, eles não dão atenção. Eu fico pensando no sofrimento dele longe de mim (...) a gente aguenta, mas eles não" (E4)

"... ela vai ter de tudo, mas a coisa mais importante ela não vai ter, que é a mãe dela... O carinho da mãe dela. Ela vai acordar de madrugada, cadê a mãe dela? Ela vai ficar manhosa como ela fica, cadê a mãe dela?(...) mas ela vai sentir falta, "cadê minha mãe?" cadê o meu peito?" (E2)

A separação entre mãe e filho é assunto corriqueiro entre as presas, levando-as a seguir os dias Convivendo com o clima de separação. Elas não apenas testemunham com frequência as separações de suas colegas de seus filhos, mas compartilham de suas dores com intensidade. Presenciar a dor de uma mãe leva a reeducanda a refletir acerca de sua própria situação e destino, antecipando o seu momento de viver essa experiência. Para proteger-se da dor, ela busca evitar esse clima que toma conta da unidade e das conversas isolando-se em sua cela.

Se, por um lado, presenciar a dor de mãe e filho no momento da separação lhe causa um desconforto que abala a sua fé, por outro ficar sozinha em sua cela trancada amplia o sofrimento, na medida em que, sem distrações, ela percebe-se sozinha consigo mesma e com seu filho, entregue aos pensamentos que lhe causam dor.

"Elas (agentes penitenciárias) não sabem preparar uma mãe para entregar (o filho). Elas falam " Vamos ligar para a sua família agora" (...) só sabem falar isso. As mães vão entregar os filhos lá embaixo e voltam desesperadas (...) e a gente fica o tempo todo com elas sofrendo também, né" (E28)

"Desespero, eu não sei, eu vejo as meninas entregando e voltando transtornadas" (E4)

Querendo ficar com o filho retrata que mesmo conhecedora da inevitável partida da criança aos seis meses de vida, a detenta busca formas de ganhar mais tempo para ficar com o filho. A qualquer tempo de sua expectativa, pensa em alternativas que poderiam mudar sua condição penal e favorecer a sua saída com a criança, sendo este o maior desejo expresso por ela. Querendo ficar com o filho representa também seu desejo de permanecer cuidando da criança, mas também sua tristeza em entregá-la para uma instituição ou familiar em quem confie.

"Eu sei que tenho muito tempo ainda, mas tinha esperança de poder sair junto com ela. Não que minha pena fosse menor, mas que eles fossem deixar ela ficar até o fim" (E7)

"... até lá as coisas podem mudar, porque Deus não ia permitir eu vir aqui com ela, para eu dar ela depois (...) pra mim ficar sozinha" (E5)

"Eu não vou entregar ele para o abrigo (...) meu outro filho passou um tempo no abrigo e depois minha sogra foi pegar ele lá. Não quero isso para este aqui" (E4)

Outro elemento que aumenta o sofrimento da mãe em face da separação do filho é quando ela se vê **Temendo o destino da criança**. Tanto as mulheres que têm o apoio da família quanto aquelas que têm a instituição para menores como alternativa de cuidado para o filho, não confiam que as demandas de cuidado da criança possam receber a atenção apropriada. No entanto, as mulheres que contam com o abrigo como destino da criança demonstram sentir a falta da família para substituí-la no papel de cuidadora.

Assim, Não confiando na família para cuidar do filho, a separação da criança é marcada pelo sofrimento e acrescida da preocupação quanto a quem cuidará dela, o que representa um elemento significativo de sofrimento para a mãe quando esta não confia nos familiares que receberão o filho. A sua convicção de que cuida bem da criança e de que ninguém o ama como ela provoca ainda mais sofrimento em função da separação.

"Ele (o pai da criança) disse que queria levar ela, mas eu não confio, ele mora nos fundo de um terreno baldio, não vai cuidar dela direito. A mãe dele tá aqui na cadeia também. Não, ela é menina, eu não posso deixar" (E17)

"A gente vê tanta coisa na televisão, filho sendo maltratado (...) eu não queria. Eu sei que o pai ama, os avós, mas ninguém ama igual eu amo, ninguém tem consciência igual eu tenho" (E5)

Por outro lado, Sofrendo por não ter a família para cuidar do filho a mulher intensificados o sofrimento e preocupação com a criança, sobressaindo sua preocupação com a saúde e bem estar do filho em ambientes institucionais.

"(...) minha filha vai embora e eu nem assinei nada, não sei para que abrigo ela vai, como é lá, se vão cuidar da minha filha direito (..) eu já não sei mais o que fazer, não tenho quem recorrer, minha família não tenho contato, não posso falar" (E2)

O início concreto do processo de separação é percebido pelas mulheres com a necessidade do desmame da criança determinado pela instituição. Assim, **Antecipando a separação com o desmame** significa colocar em prática a interrupção do aleitamento, como uma antecipação da separação do filho.

Tendo que desmamar significa o sentimento provocado pela necessária submissão da mulher às regras da instituição, que induz o distanciamento simbólico que virá a ser de fato concretizado. Nessa perspectiva, ser constantemente lembrada pelas pessoas deste contexto de que é preciso desmamar é sentido pela mãe como o anúncio da separação de ambos.

"Tem seis meses e oito dias e ela mama no peito ainda. Ela só vai parar de mamar mesmo porque é forçada a parar de mamar, senão ela ia mamar até tá mocinha" (E2)

" Ah, fica falando (agente penitenciária) o tempo todo pra entregar, maior pressão (...) meu coração até dispara" (E4)

" Sempre escutava elas (agentes penitenciárias) ficarem falando pra colegas que iam entregar os filhos "ah, você tem que dar mamadeira logo pra ele não sofrer" (...) aí quando foi agora falaram pra mim também, até doeu (...) mas eu não quero tirar (do peito) não, tadinho" (E5)

Assim, o desmame, nesse contexto, significa a iminente separação do filho em que a mulher se vê Não querendo desmamar, pois as mães se agarram na esperança de manter a amamentação e, com isso, a presença da criança, evitando a separação.

Desta forma, manter a amamentação por mais tempo representa a esperança de manter o filho junto a si. Assim, a mãe persiste na amamentação esperando que algo, como um milagre, modifique sua situação penal e não haja necessidade de desmamar, e por consequência se separar do filho.

"Não quero tirar ele do peito agora (...) ele vai embora e vai ficar sem o peito e qualquer jeito. Porque vou tirar dele antes? Sofrer ele vai de qualquer jeito" (E3)

Diante da necessidade de iniciar o desmame, além do desejo de manter o aleitamento, as detentas podem se perceber Sentindo dificuldade para desmamar, o que inclui aspectos de ordem prática, como a falta de fórmula infantil suficiente para a criança...

"Não, eles não ajudam em nada, ele só viram pra gente e falam "Olha, vai ter que tirar do peito... Tira essa menina do peito senão ela vai sofrer (...) É igual, eu vou na enfermaria e eu falo "tem como me arrumar um leite?" - Porque eu não vou ficar dando esse leite de saquinho para minha filha, porque é transportado! Eu vou ficar confiando em dar um leite desse e dá uma infecção no estômago da minha filha(...) Ela está tomando duas mamadeiras. Eu vou pedir leite, não tem leite pra ela - " Ah dá de saquinho, dilui na água". Um dia

eu dei e ela ficou com diarreia; ela fez oito vezes no dia (fezes), pura água. E eu vou matar a minha filha?" (E2)

... e ter de lidar com a dificuldade do filho de aceitação da mamadeira e da chupeta. Também, receia complicações mamárias ou desconfortos que podem advir do desmame.

"E ela mama no peito, como que vai ser? Meus peitos vai ficar enorme, vai ficar dolorido. eu vou ter que tirar e jogar fora, e minha filha podia estar mamando(...) eu sei que vou sofrer, meu peito vai empedrar. Deram remédio para uma companheira, para secar o leite. Não quero ficar com peito doendo" (E7)

A dor nas mamas pode ainda representar, simbolicamente, a falta que o aleitamento pode causar na criança.

"... porque eu quero amamentar, não quero sentir dor no meu peito. Porque eu sei que essa dor que estou sentindo é quando ela quer mamar, que ela sentindo falta do peito" (E14)

Assim, na perspectiva de preservar o bem estar da criança, a amamentação pode ser interrompida ou mantida à revelia, como forma de minimizar o processo de separação, Evitando o sofrimento do filho.

Como já apresentado, o desmame, nesse processo de separação representa, por si só, na perspectiva materna, a possibilidade da perda e motivo de sofrimento para a criança. *Não desmamando para evitar o sofrimento do filho*, é uma ação sustentada na observação de que a criança busca e aceita o peito. As manifestações da criança são interpretadas como um apego ao peito, sendo assim, o desmame representa uma privação para a criança. Nesse sentido, persistir na amamentação seria uma forma de evitar mais um sofrimento para o filho.

"Com seis meses ela estava na papinha, frutinha, porque eu tenho que tirar do peito, né? Mas aí a noite ela quer peito, seis horas da tarde ela só quer peito e, eu não posso falar não, deixar ela sofrendo" (E27)

"Eu sei que ele vai sofrer quando sair (...) eu não consigo ver meu filho sofrendo aqui no meu colo, querendo peito e não falar não para ele? E outra

coisa, todas as crianças aqui começam a vomitar quando pára de mamar, por causa do leite forte de saquinho né, esse leite que vem pra gente, mas mesmo colocando água, não dá jeito não... Não tem Nan toda hora" (E3)

Por outro lado, *Desmamando para evitar o sofrimento do filho* baseia-se na percepção de que a manutenção do aleitamento pode levar a criança a ter dificuldades de adaptação aos novos alimentos, e ela não estará presente para ajudá-lo com o enfrentamento dessa situação. Assim, antever o sofrimento do filho lhe faz optar por interromper a amamentação para que seja ela mesma a responsável por prepará-lo para a sua nova realidade.

Para essa mãe, continuar amamentando pode causar sofrimento à criança, e lidar com esse processo torna-se ainda mais intenso quando ela percebe que essa situação seria desnecessária se pudesse permanecer com seu filho. Entretanto, na iminência da separação ela busca convencer-se de que o desmame é o melhor (sofrimento) para a criança.

"Eu falei para ele assim, André, você já tem seis meses, agora já é um homem, um mocinho, você come tudo e não vai mamar o leitinho da mamãe mais" (E10)

"Eu vou ser obrigada a tirar ela do peito, não que eu queira tirar ela do peito. E está sendo difícil pra mim tirar ela do peito. Está sendo dolorido, mas é melhor pra ela, né" (E24)

"Porque se eu deixar ela só no peito, ela vai chegar lá para onde ela vai e ela não vai querer comer. Ela vai sofrer mais. Então eu estou me sentindo obrigada a ter que tirar logo. Entendeu? Mas não que eu queira tirar ela do peito. Por mim ela ficava até um ano mamando e depois de um ano ela mesmo ia largar porque já ia comer, ia fazer um monte de coisa e não ia nem lembrar do peito" (E2)

Assim, ver o tempo passar, o limite de permanência da criança se aproximar, e se ver com a necessidade de preparar-se para essa ruptura provoca na mãe um sentimento de impotência para mudar sua situação frente à realidade penal, representado em **Esperando por um milagre**. Ter o conhecimento de que outras mulheres, em qualquer que seja a situação, conseguiram ficar com seus filhos intra cárcere por mais tempo do que geralmente é permitido, lhe dá esperança, e ao mesmo tempo em que a faz considerar injusto que ela deva cumprir o que preconiza a unidade prisional, ou seja, entregar a criança aos seis meses.

Apesar das dúvidas e incertezas, ao perceber que não consegue meios para evitar a separação, resta à mulher alimentar suas crenças de que algum milagre ainda possa acontecer para evitar a saída da criança do sistema sem ela, buscando manter sua luta pelo filho, sua fé e esperança de que a separação não aconteça.

"Mas as outras ficaram mais tempo com os filhos, não é justo. Tinha uma aqui que saiu junto com a filha e ela tinha 11 meses já. Só porque não conseguiam abrigo para a criança... É o que dizem, né" (E3)

"Eu não sei, eu tenho fé que eu vou embora com ela. Tem dois meses para acontecer um milagre, ne" (E5)

"Eu creio muito em Deus (...) ele pode fazer um milagre na minha vida. Minha mãe foi na igreja e o pastor falou para ela que Deus ia operar e tirar de trás das grades nós duas juntas" (E5)

Nesse contexto, simbolicamente, a futura e iminente ausência do filho representa a condição em que a mulher vai **Percebendo suas perdas**. Ela sente que não perderá apenas a companhia do filho, uma vez que esta ausência representa também outras perdas. Nessa perspectiva, a mãe sente a falta do filho como um vazio, tendo sua alegria substituída por desespero, angústia, carência e solidão, sentimentos que a levam a prever a perda da coragem e força para enfrentar o cárcere.

Da mesma forma que a presença da criança possibilitou a criação de vínculos, a sua ausência faz a detenta perceber-se **Sentindo medo de perder os vínculos familiares** tanto com a distância e destino do filho quanto com o medo do distanciamento e a falta de motivação da visita dos familiares, especialmente no que se refere à relação com o marido.

Sentindo medo de perder o vínculo com o filho revela a preocupação com a possibilidade concreta de não mais ver a criança, perder contato físico pela distância, perder a guarda, e a criança ser adotada. Como o mais fundamental, perder a identidade materna, de forma que não será mais reconhecida pelo filho como sua mãe. Estes elementos significam o rompimento com a criança, a perda do vínculo construído na convivência de ambos nesse período de reclusão.

Simbolicamente, ou concretamente, a mãe antecipa que poderá estar entregando o filho para não mais tê-lo de volta. O contexto que abraçará esta criança a partir de sua saída,

representa na perspectiva dessa mulher, um cenário de incertezas, tanto na qualidade do cuidado ao seu filho, conforme já apresentado, quanto no destino e paradeiro da criança.

Podendo ser adotada ou até mesmo retirada do país, ela vislumbra um futuro de dificuldades para reaver o filho para junto de si.

"(...) tem mãe no amarelo (pavilhão) que nunca mais viu o filho e nós temos o direito de ver os filhos que estão no abrigo de 15 em 15 dias. Eles tem que deixar a gente ir lá no abrigo ou trazer a criança para a gente ver" (E2)

" Ele vem aqui e sempre fala que está arrumando tudo, que quer ficar com ela(...) Se ele (o pai) levar minha filha, eu não vou ver ela nas visitas mais, eu sei disso" (E5)

"... abrigo eu não quero porque não sei se vou conseguir ter meu filho de volta. Já falaram que é difícil porque você tem que provar um monte de coisa, tem que conseguir emprego. E quem vai dar emprego para presa? Até eu conseguir tudo isso ele já vai estar grande" (E6)

Assim, também vai Pressentindo o abandono pelos familiares, uma vez que, para a mulher, a criança representa o elo com a família. Perder a criança é interpretado por ela como a possibilidade de quebra de vínculo com os familiares, que em sua visão, perderiam a motivação para visitá-la na penitenciária.

Esse medo é motivado pela percepção que a mulher construiu ao longo dos meses de permanência do filho, segundo o qual a visita do marido tem o objetivo único de estar com a criança. A ausência da criança gera o sentimento de frustração por julgar que não conseguirá manter o seu relacionamento afetivo-amoroso enquanto estiver encarcerada sem a criança. Do seu ponto de vista, os homens não costumam apoiar suas mulheres presas e, por esse motivo, sentem medo do abandono e da perda do vínculo construído por meio do filho.

"(...) homem é diferente. Eu brigo com ele, acho ruim que ele vai em barzinho e eu aqui presa. Ele fala que não foi ele que me colocou aqui. Se eu ficar bastante tempo aqui, eu sei que não vou ficar com ele (...) nenhum homem aguenta esperar (...) ainda mais aqui, não tem íntimo (visita íntima), não tem nada. A visita é de 2 horas e viajar tanto tempo pra ficar 2 horas (...) difícil. A mulher aguenta ficar do lado do homem, mas homem não aguenta" (E5)

A perspectiva de ficar sem a criança junto de si provoca na mãe sentimentos de tristeza, dor e, especialmente, a percepção de um vazio irreparável em seu cotidiano, resultados de se perceber **Sentindo-se destruída**. A futura ausência da criança representa a perda do carinho e amizade genuínos, da companhia e da parceria do filho. Sente voltar o sentimento de solidão e de vazio, que traz consigo a angústia e a iminência da perda de coragem e lucidez. O cenário de desolação pela partida da criança representa o intenso sentimento de inúmeras perdas, e não apenas da "separação", a que ela atribui o significado de mais um castigo ao qual terá de se submeter.

"Eu to sofrendo (...) Vieram para dizer que ela não pode mais ficar e que ela vai para o abrigo porque minha família não veio para querer levar ela" (E28)

"Agora ta pra eu sair de saída temporária. Vem aceita, mas cadê minha filha para mim sair com ela? Eu não vou ter nem vontade de sair, eu não vou nem querer sair do portão pra fora, sem um pedaço de mim junto comigo? Eu vou ver minha família, cadê minha filha? tá no abrigo! Eu vou pegar um prato de comida para comer, eu não sei se minha filha está comendo... Eu vou pegar um negócio gostoso para comer, eu não sei se minha filha está comendo... Ela está ali junto comigo, nos momentos que eu mais..." (E2)

"É muito fácil para ela ficar falando (assistente social) (...) só quem tem filho sabe como dói, não desejo isso para ninguém" (E3)

Assim, **Tendo medo de enfrentar a sua pena**, revela que diante das perdas e sofrimento que representam a separação de seu filho, a mulher identifica outros elementos que surgirão de maneira a qualificar dolorosamente a sua experiência. Para ela, a pena de viver sem a criança resulta também na necessidade de deixar a unidade especial e passar a viver no pavilhão comum, o que representa voltar a viver no inferno, viver relações conflituosas com presas temendo também pela sua segurança.

"Dói (...) porque eu estou sentenciada, então eu fico pensando né (...) ter que voltar pra lá (pavilhão)" (E5)

Nesse cenário de sofrimento, em que não há o filho para ocupar seu tempo e dividir sua atenção, a mulher também receia ser tomada pela ociosidade, fazendo com que seus dias sejam mais solitários. Ainda, receia ser esquecida pelo sistema penitenciário no cumprimento de sua pena, resultando no medo de sua permanência na prisão.

"Eu sinceramente não sei quando vou sair. Só não queria ter que voltar para lá, não é lugar para gente, é para animal. Não vou ter nada para fazer depois que meu filho for embora (...) pra ocupar a cabeça para não brigar com as outras. Vou ficar sozinha o dia todo" (E12)

Assim, diante de perspectivas de tantas perdas, ela busca meios de evitar qualquer tipo de distanciamento da criança, **Evitando qualquer separação com o filho**. Por um lado ela protege a permanência do filho ao seu lado evitando que ele adoça e mantendo uma boa conduta na relação com as demais presas para que não haja motivos para a saída da criança da unidade sem ela. Por outro, ainda que a mãe considere o desligamento do filho aos seis meses de vida, ela identifica possíveis caminhos que representam uma chance de ficar com ele por mais tempo ou de saírem juntos do sistema penitenciário, evitando a separação.

Evitando a separação precoce e transitória retrata as estratégias adotadas pela presa para garantir que nenhuma condição relacionada à criança ou a ela saia de seu controle e provoque o afastamento temporário ou precoce do filho. Nesta perspectiva, a mãe permanece atenta aos cuidados com a criança para que esta não adoça, **Protegendo seu filho dos riscos do ambiente** e, dessa forma, evite separações, mesmo que temporárias - como o caso de tratamento de saúde da criança fora da unidade prisional. Com esse intuito, são vários os cuidados tomados, considerando as condições ambientais da unidade. Entre elas, busca proteger a criança de condições insalubres e mesmo do contato do filho com outras crianças. O aleitamento é considerado um elemento protetor e, nesse sentido, além de incentivar as colegas a fazer o mesmo, ela busca manter a qualidade de sua dieta para garantir a qualidade de seu leite.

"Eu tenho todo o cuidado com as coisas dele, ferver duas vezes por dia as chupetas e as mamadeiras, guardo em uma tupperware, limpinho, ninguém mexe ali (...) mas quando as crianças saem aqui no pátio e fica brincando, um pega as coisas do outro, né, fica tudo doente e tem que sair pro médico" (E3)

Tendo boa conduta na prisão, diz respeito a outro elemento identificado pela mulher como garantia de evitar a separação e que se refere- à conduta apropriada no relacionamento com outras presas. As relações entre as reeducandas são ponderadas para evitar conflitos,

protegendo a si e ao filho de eventos que possam ser utilizados pela unidade prisional como justificativa para uma separação antecipada.

Desta forma, as mulheres buscam disseminar entre elas a ideia de que a unidade especial é um ambiente para o cuidado das crianças e que, portanto, oculta a sua real condição de prisão, deixando de ser "uma cadeia normal". Na perspectiva dessas mães, este contexto, por representar um lugar de cuidar e viver com o filho, determina uma atitude de manutenção da harmonia necessária para evitar desentendimentos e manter o bem estar das crianças por meio de atitudes que as priorizem e as respeitem.

"Porque ali é lugar de criança, não de briga. Quando tem discussão elas (crianças) ficam agitadas, estressadas. Ele (o filho) mesmo começa a gritar, porque fica nervosa. Eu fico louca com as meninas e falo "gente, quer brigar, espera sair". Nós tem que respeitar as crianças. É as crianças, não é nem as companheiras" (E3)

"(...) eu não quero problema pra mim não. A gente fica se metendo em briga, aí vem a agente... Não quero que minha filha fique com essas presas não. Melhor ficar na minha" (E2)

Além disso, percebem que precisam enfrentar a sua realidade de separação definida institucionalmente e também buscam alternativas para ficar mais tempo com o filho na prisão ou encontrar meios para que possam deixar a unidade juntos. Nesse sentido, **Evitando a separação a termo** também significa um movimento estratégico em que elas usam de seus conhecimentos acerca de leis, programas e pessoas que possam representar apoio para encontrar meios que impeçam ou adiem a entrega da criança.

Assim, na iminência da separação, algumas mães vão **Buscando alternativas legais** que conhecem para tentar mudanças no curso de sua pena. Elas se envolvem em negociações de diversas naturezas, ancorando-se em leis e possibilidades identificadas como caminhos potenciais para proteger a permanência da criança ao seu lado.

"Eu quero ir embora com ele, não quero entregar. Eu já escrevi para o Mães do Cárcere (...) que teve uma palestra aqui no sábado e elas falaram que dá para ficar até dois anos (com o filho). Mas demora essas coisas, aqui tudo é espera. Não penso em entregar meu filho (...) eu tenho fé que vou poder ficar com ele pelo Mães do Cárcere" (E4)

Nesse contexto, identificam que, por estarem com seus filhos, podem ter a chance de diminuir ou reverter sua pena privativa de liberdade para prisão domiciliar e até mesmo conquistar o benefício da liberdade provisória. Ela também solicita ajuda de seu advogado para pedir habeas corpus e seu posicionamento acerca de estratégias pensadas por ela, como a confissão de culpa para que o juiz a veja positivamente apesar do crime e a beneficie de alguma forma.

"Eu vejo a possibilidade de ir embora com ela porque eu vou ser réu confesso, eu vou falar para o juiz a verdade, entendeu. Eu vou falar para ele que eu trabalhava sim (...) eu tenho como provar que eu trabalhava, mas não estava dando para pagar a escolinha da minha filha, para pagar o aluguel (...)Então, eu vou pedir pro juiz se eu posso ficar com a minha filha; porque pra mim eu vou pegar a pena mínima que é 1 ano e oito meses. Se eu ficar este tempo quando minha filha tiver onze meses acaba a minha cadeia " (E8)

Para além de considerar leis e programas, a mulher também vai Buscando pessoas que possam ajudá-la. Pede auxílio a pessoas em outra unidade prisional para onde pensa solicitar uma transferência e conseguir condições diferenciadas. Da mesma forma, a mãe negocia prazos diretamente com profissionais da penitenciária, deposita sua confiança na competência de seu advogado em atender às suas solicitações e articula-se até mesmo para conseguir uma oportunidade de falar pessoalmente com o juiz de seu caso na esperança de que consiga sensibilizá-lo.

"De verdade (...)eu não, eu não sei o que fazer, não sei mais a quem recorrer. Igual a mulher me fez a pergunta "se você tivesse a oportunidade se sentar, expor pro juiz a sua situação perante a ela ... Eu falei, "(...) se eu tivesse uma oportunidade de sentar na frente do juiz, pode ter certeza que a tarde meu alvará chegava" (E2)

"Ele (o filho) vai ter sete meses, quase oito, quando eu receber meu alvará. Mas eu tenho medo (...) porque quando a criança já está perto de fazer seis meses a unidade começa a perguntar se tem família para ficar com ele. Eu pedi para o advogado entrar com uma ação pedindo para ele ficar comigo até sair meu alvará, para eu poder amamentar" (E6)

**TEMA 3 - RECONHECENDO QUE HOUE PERDAS, MAS QUE
VALEU A PENA**

TEMA 3 - RECONHECENDO QUE HOUE PERDAS, MAS QUE VALEU A PENA**♦ Avaliando a unidade especial**

Reconhecendo que está em um lugar melhor

Avaliando que não é um lugar tão bom assim

Desaprovando a alimentação da unidade

Não sendo um lugar para criança

Não tendo tudo que a criança precisa

♦ Avaliando as relações com as colegas

Vivendo no céu

Vivendo relações solidárias

Vivendo relações não solidárias

Não confiando nas outras presas

Vivendo em um ambiente de divergências

Não gostando de interferências nos cuidados do filho

Sendo incomodada pelas colegas

♦ Expondo o filho a privações**♦ Não desistindo de ficar com o filho****♦ Buscando um sentido para a separação do filho**

Sentindo-se culpada

Resignando-se em perder o filho

Retomando a rotina sem o filho

♦ Sentindo que valeu a pena

Ao longo do processo de construção da relação com o filho e, ao mesmo tempo, da evolução do sentimento de perda que será ultimado com a saída da criança, a mãe vivencia um processo avaliativo da experiência de ambos na unidade. **RECONHECENDO QUE HOUVE PERDAS, MAS QUE VALEU A PENA** representa o conjunto de elementos que ela identifica nesse contexto, que trouxeram ganhos para ela e para a criança, mas que também prejudicaram os direitos naturais do filho. Expõe as interveniências das condições contextuais que qualificam sua experiência interacional com os demais atores e que interferem na qualidade da experiência da criança. Reconhece que houve perdas para a criança, mas mostra não ser suficiente para ela desistir do filho, e pode dar-lhe elementos para encontrar ganhos para a criança quando esta sair da prisão.

Nesse sentido, esse tema sustenta-se em seis categorias: **Avaliando a unidade especial, Avaliando as relações com as colegas, Expondo o filho a privações, Não desistindo de ficar com o filho, Buscando um sentido para a separação do filho e Sentindo que valeu a pena.**

Avaliando a unidade especial diz respeito a um processo cotidiano de avaliação do ambiente na perspectiva estrutural, em relação a recursos materiais e humanos, que resulta na avaliação positiva de alguns aspectos e não tão positiva de outros. Desta forma, a mulher observa e avalia o contexto da unidade amamentação no que concerne aos aspectos relacionados à rotina diária e a alguns benefícios que a diferenciam dos demais tipos de ambientes prisionais. **Reconhecendo que está em um lugar melhor** ela considera os recursos básicos como água quente, cama, berço para o filho, tempo para assistir programas de TV, além de mais tempo ao ar livre e banho de sol como qualificadores da unidade que lhe dão mais conforto. Avalia também os recursos oferecidos para as crianças que, no caso de algumas, superam o que ela poderia ser oferecido ao filho fora da prisão. Assim, simbolicamente, a unidade amamentação representa um local de alívio na experiência prisional desta mulher.

"Aqui na amamentação (unidade especial) é bom, dá um respiro(...) mas lá dentro é punk" (E1)

"Tudo que ele precisa tem aqui, não passa privação de nada. Tem a comidinha boa dele, que vem as papinhas (...) as vezes ele come comigo também, tem bolachinha, pão. Isso que me dói o coração, porque na rua a gente não tem sempre (...)" (E3)

Se por um lado a mulher define que há elementos positivos do ambiente em que vive com seu filho, por outro ela identifica que no cenário prisional tanto ela quanto a criança sofrem privações que, do ponto de vista da mulher, ameaçam o seu bem estar, bem como o conforto, crescimento e desenvolvimento de seu filho, **Avaliando que não é um lugar tão bom assim.**

Desta forma, se por um lado há reconhecimento de algumas condições estruturais consideradas benéficas, por outro ela desaprova a unidade do ponto de vista da alimentação oferecida a ela e seu filho, elemento que ela avalia como negativo. Nesse contexto de avaliações, ela se declara Desaprovando a alimentação da unidade, uma vez que não se sente satisfeita, pois ela se preocupa com uma alimentação que possa satisfazer a sua demanda de produção de leite, com base em suas crenças e preferências. Avalia como insuficiente os alimentos de sua dieta e aponta sua necessidade de alimentos que acredita melhorar a produção do leite materno, em quantidade e qualidade.

"Então, a comida não sustenta, é fraca e por isso não sustenta muito. Eu não como o feijão daqui. Da minha cidade é preto, aqui é marrom. A comida não dá as vitaminas necessárias pro leite. não tem uma beterraba, um fígado, forte... só vem arroz, feijão, steak. Steak.... Steak não é comida pra amamentar!" (E8)

Quanto à alimentação da criança, para aquelas que não estão em aleitamento exclusivo, mas em fase de alimentação complementar, oportuna ou não, a mãe aponta a ausência de itens que considera importantes e também avalia a dieta infantil quanto ao preparo, indicando uma qualidade insatisfatória da alimentação oferecida para o filho.

Além da alimentação, a mulher avalia o ambiente da unidade do ponto de vista das condições estruturais para abrigar a criança, percebendo-o como Não sendo um lugar para criança. Considera que há falta de ventilação e calor excessivo que causa desconforto para ela e para o filho. Também recrimina a presença de insetos, o que prejudica a condição sanitária de onde vive. Considera negativo o fato de a criança estar sujeita à rotina da instituição no que diz respeito à frequência de período de uso do pátio, o fato de não haver brinquedos, restando a ela brincar com objetos encontrados no ambiente e a conviver restritamente com as outras crianças da unidade. Esse conjunto de elementos, a despeito de outros positivos faz a mãe interpretar esse cenário como um local inapropriado para a criança.

"Ah, então, aqui não tem brinquedo para as crianças. As crianças brincam com saquinhos. Foi pedido brinquedo, mas até agora não chegou. O dente dela estava nascendo... Tanto eu perturbar me deram um mordedor novo, mas eu fico no pé também" (E5)

"(...) é muito ruim quando a cela fecha. Nesse calor, é só por Deus, não tem ventilação, é muito quente, ele (filho) fica nervoso" (E2)

Não tendo tudo que a criança precisa expressa o resultado da avaliação da unidade no que se refere ao acesso aos produtos infantis para uso das crianças, como fraldas extras, talco e shampoo. Na dificuldade de conseguir esses produtos, a mãe utiliza como estratégia a permuta de seu trabalho de faxina em celas de outras mulheres que os recebem de familiares. Para além dessa privação material, a mãe percebe que suas demandas de assistência em saúde para o filho não são atendidas da forma como gostaria.

"É que as vezes a gente tem que fazer faxina aqui dentro e de vez em quando eu faço as coisas para as colegas, ajudo elas pra ganhar umas coisas pra ele (filho)" (E3)

"Muitas vezes, igual, eu na Casa Mãe, por eu não ter ninguém, não ter um Sedex, eu faço faxina para as meninas para ganhar um shampoo para minha filha, entendeu? Um sabonete cheiroso, entendeu? A casa dá, mas não é aquele shampoo que todas as crianças tem, um talco que as crianças tem, que a família manda. A minha (filha) não tem isso" (E2)

A unidade também é avaliada na perspectiva da interação entre as mulheres e **Avaliando as relações com as colegas** representa um movimento em que as mulheres percebem que a atenção focada nos filhos afeta diretamente a qualidade das relações entre elas, tornando-as mais leves e colaborativas, especialmente no que diz respeito à transição para a maternidade no contexto prisional - de certa forma, sentem-se respeitadas, compreendidas e acolhidas. Entretanto, a existência de ideias contrárias ou de interesses pessoais divergentes fragiliza as relações e pode desencadear atritos em função também do compartilhamento de recursos da unidade, contribuindo para um clima de mal estar e desconfiança.

Além dos elementos materiais, a partir dos quais a mulher avalia a unidade e sua experiência nesse ambiente, ela também dá atenção à qualidade das relações interpessoais

entre as presas e ao comportamento das colegas. Nesse contexto, elas identificam uma característica de comportamento das mulheres cujas atividades e atenção estão centradas na maternidade, e cujo tempo é ocupado com o cuidado de seus filhos. Este comportamento materno associado a um ambiente onde há um número pequeno de mulheres compartilhando o mesmo espaço, leva as reeducandas a definirem suas interações como sendo menos conflituosas, provocando nelas a sensação de que estão **Vivendo no céu** e "podem respirar", o que representa uma experiência de menos conflitos e violência.

"Eu acho que nem se compara, aqui a gente pode respirar (...) Ainda bem que aqui é poucas presas, né, sete, oito mães. Ai fica melhor, não é aquele monte de mulher" (E1)

"... elas discutem normal, mas é bom porque no pavilhão é bem pior né. Aqui eu estou no céu" (E3)

Esse contexto a faz perceber que estão **Vivendo relações solidárias**, em que as relações entre as mulheres vão sendo definidas pelas afinidades que percebem entre si. Há, segundo as reeducandas, uma preocupação em promover e manter um ambiente amigável e ordeiro em respeito às crianças, e isso representa a manutenção do bom relacionamento. Nesse cenário, a mulher ajuda e é ajudada por outras presas, desenvolvendo ações e atitudes de companheirismo, que lhe dão segurança para participar daquele ambiente social.

As interações ali estabelecidas, nessa perspectiva, refletem o grau de confiança entre elas: a prática do aleitamento cruzado realizado entre as mulheres que são mais próximas e a delegação de cuidado do filho ou não a outra mulher representam o nível de confiança estabelecido entre elas.

"Eu aprendi que para mim tomar um banho não preciso levar pro banheiro para olhar meus filho. Entendeu? Nossa, em casa eu era muito grudenta com meus filhos, aqui uma toma conta do filho da outra, né" (E29)

"É, outro dia, semana passada, eu fiquei ruim pra caramba. Ai tive que ir para a enfermaria tomar soro, Buscopan na veia, e a companheira ficou com o meu filho" (E3)

Ainda que as mulheres tenham relações que facilitem suas experiências com a maternidade na prisão, elas também podem perceber que estão **Vivendo relações não solidárias**.

Isto ocorre quando não confiam em outras presas, em função da constatação de que vivem em um ambiente de brigas frequentes, motivadas por tentativas de imposição de opiniões e comportamentos que, de alguma forma, interferem no bem estar de mãe e filho.

As mulheres percebem que as relações harmoniosas e solidárias na unidade especial estão sujeitas às características, valores e experiências de cada mulher. Embora as relações se constituam por afinidades, algumas mulheres demonstram sentimento de insegurança e medo em relação a outras presas que, do seu ponto de vista, possam prejudicar seus filhos de alguma maneira. Por se verem Não confiando nas outras presas, elas buscam alternativas para que não seja necessário se ausentar da penitenciária deixando seu filho sob os cuidados de outras reeducandas. Ou, ainda, tentam evitar alguma situação já prevista, como fazer as crianças se acostumarem com a mamadeira para impedir que, na sua ausência, outras mães as amamentem.

"Eu não sei, não dá pra confiar nelas não, são tudo presa (...) a gente não sabe o que elas podem fazer pros filhos da gente" (E6)

Quando elas expressam que estão Vivendo em um ambiente de divergências, significa que as interações interpessoais nesse ambiente, ocorrem também de forma conflituosa, ocasionando brigas e desentendimentos. As relações podem ser abaladas devido às divergências entre elas, em especial quanto aos cuidados das crianças. Esse clima de discórdia constitui, na perspectiva das mulheres, um elemento significativo para a qualificação negativa da "ala amamentação".

"Ninguém pensa igual, né. A gente, de vez em quando dá aquele... bate de frente as opiniões. Uma pensa de uma maneira e outra pensa de outra" (E10)

"... ficar brigando perto das crianças não pode, né. Qualquer coisa é briga. O filho de uma chorando que acorda o da outra (...) outra que deixa o filho chorando e as colegas se irritam" (E3)

"... não confio, tem doenças, né. Até dá briga porque elas querem amamentar os filhos das colegas" (E6)

A convivência muito próxima das mulheres também podem propiciar um comportamento de interferência entre elas no que diz respeito à criação dos filhos. Não gostando de interferências nos cuidados do filho representa sua reação aos comportamentos percebidos como "palpites", a atitude de opinar voluntariamente a respeito do cuidado do filho da outra, ou, ainda, as conversas tidas como "fofocas", representam um elemento interacional que deteriora as relações.

"Não estou falando que é ruim, é que aqui tem muitas colegas que querem dar palpite nas nossas coisas dos filhos e as vezes atrapalha, né" (E29)

"(...) as vezes me irrita esse "diz que me diz". Ai depois elas ficam falando mal na cela das outras colegas, entendeu. Sai briga direto, gritaria... É tenso. Eu falo para elas que graças a Deus a gente está com os filhos, porque tem mãe que entrega no hospital e não vê mais. Já estamos presas, já é tudo difícil aqui dentro" (E25)

A diversidade de hábitos e costumes apresentados pelas detentas pode constituir-se em atitudes e comportamentos que causam incômodo entre elas, provocando sentimento de estar Sendo incomodada pelas colegas. O tabagismo, a produção de ruídos que atrapalham o descanso da criança e, ainda, a falta de compromisso com a limpeza das celas são elementos provocadores de conflitos e insatisfação dentro desse grupo de mulheres.

"Tem umas mães que vem da cracolândia, que são tudo meio assim. Nós não, nós somos mais séria e tudo que nós fala é verdade para elas, elas respeitam. Nós não dá liberdade para elas (...) quem quiser fumar e farrear, entrega o bebê e vai embora" (E5)

"Eu não suporto cheiro de cigarro (...) quando cheguei aqui me colocaram na cela da que mais fuma. Nossa, eu passo muito mal, tento ficar o dia todo longe dela até pra não arrumar encrenca, mas ninguém pode falar nada" (E22)

Ao longo da convivência com a criança na prisão, a mãe toma outros elementos significativos desse contexto para comporem sua avaliação que a faz pensar estar **Expondo o filho a privações**, prejudicando-o por mantê-lo ao seu lado. Para ela, além da privação do convívio com familiares e de uma vida fora da penitenciária, a mãe ainda se sente "triste" por ele, sujeitando-o a uma alimentação e assistência de saúde que interpreta como sendo de baixa qualidade.

Ter de viver limitações de recursos no ambiente prisional, atender às normas institucionais fixas - como o trancamento das celas duas vezes por dia - e estar exposto aos hábitos tabagistas e conflitos entre as presas são elementos que, do ponto de vista da mãe, resultam em pena para o filho, na medida em que "torna tudo mais difícil" e ameaçam o seu bem estar. Nessa perspectiva, por sentir-se limitada para proporcionar outras condições de cuidar do filho, a mulher faz reavaliações constantes sobre sua decisão de mantê-lo junto de si.

"Quando chega 4 horas da tarde a gente vê o desespero dela. O jeito que ela olha, tipo, "eu quero ir para fora". Não tem o que fazer, ao mesmo tempo eu não quero entregar" (E27)

"Ah, ele sofre privações de um monte de coisa, né, tadinho (...) se tiver que tomar um Yakult num tem, um danone num tem" (E2)

"Eu sofro ele de conviver com os irmãos, de conviver com o pai, entendeu? Por mais que tenha a visita, não é a mesma coisa dele tá lá fora" (E29)

No entanto, mesmo nesse contexto desfavorável ela persiste **Não desistindo de ficar com o filho**. Esta ação é sustentada pela sua crença de que, para a criança, ainda é melhor estar com a mãe, apesar dos desafios e carências enfrentadas no ambiente prisional. Também acredita que a permanência do filho, naquele ambiente, poderá ser recompensada pela possibilidade de serem desligados juntos da instituição.

"...eu falei, não, vou deixar ele aqui, né? Porque a gente sempre tem aquela ilusão de acontecer alguma coisa e a gente acabar indo embora com o bebê" (E1)

"Eu falo que precisa respeitar as crianças (...) Não é bom pra elas viver em briga. (...) mas eu quero ficar com ele (filho). Até o último dia que eu puder ficar com ele, eu quero" (E1)

"(...) eu acho que com a mãe é melhor, mesmo ele passando por isso. Não adianta, nada que aconteça vai fazer eu desistir do meu filho (...) não vou desistir e deixar ele antes da hora" (E28)

Priorizando a permanência da criança consigo, a reeducanda, ao final dessa experiência, passa a avaliá-la a partir do que interpreta ter sido prejudicial a ela e,

especialmente, ao filho, resultando em sentimento de culpa que ela procura amenizar **Buscando um sentido para a separação do filho** na medida em que reconhece benefícios para ele fora do ambiente prisional e conforta-se quanto às preocupações sobre o rompimento deste vínculo com o filho.

Assim, a mãe vai buscando motivação para cumprir sua pena sem a criança ao seu lado, equilibrando-se emocionalmente na perspectiva de reaver não apenas este, mas também outros filhos.

Sentindo-se culpada é resultado da avaliação realizada pela mãe, por sentir que causou prejuízos ao filho mantendo-o no cárcere e afastando-o de pessoas e objetos sociais que ela valoriza. O cenário prisional e o consequente isolamento do mundo são os elementos identificados por ela, aos quais ela atribui maior potencial de provocar sofrimento à criança.

"A gente tem que pensar que é o melhor para ele. Ficar comigo até eu ir embora vai judiar dele, aí ele vai sofrer e eu não consigo fazer ele sofrer (...) Não, deixa ele ir embora que é o melhor pra ele" (E1)

"Entendeu? Aqui a gente tem que depender de um ofício para você sair da cadeia, depende de um bonde pra te levar. Quando chega lá a médica passa um remédio e você depende da cadeia pra comprar o remédio. É tudo mais difícil, entendeu?" (E1)

"Eu me culpo mesmo (...) por ele estar passando a mesma situação que eu" (E27)

"Ainda tenho muito tempo para pegar (...) não queria que isso estivesse acontecendo isso com ela, é minha primeira filha" (E7)

Nessa perspectiva, **Resignando-se em perder o filho** retrata o reconhecimento por parte da mulher, de que o filho, uma vez fora da penitenciária, deixa de ser prejudicado por ela e ganha a oportunidade de ter tudo que precisa para uma vida sem privações - o que inclui a oferta de afeto, experiências e recursos necessários para o seu bem estar, seja junto da família ou em um abrigo para menores.

"Esses dias que ele ficou doente, se ele tivesse em casa eu sei que o atendimento seria diferente. Na hora que ele ficasse doente eu sei que meu marido ia levar no hospital, na mesma hora, já ia fazer o exame, ela já ia trazer o remédio. Aqui a gente tem que depender de um ofício para você sair

da cadeia, depende de um bonde pra te levar. Quando chega lá a médica passa um remédio e você depende da cadeia pra comprar o remédio" (E1)

"Então ela indo pra lá (abrigo), lá vai ter o leite especial dela. Mas aqui, enquanto eu estiver aqui, eu vou pegar o leite em pó das meninas, fazendo Nestogeno com Mucilon de Milho" (E2)

A mãe vai buscando manter sua confiança ante o processo de separação, repensando suas preocupações com a perda de vínculo com a criança, **Retomando a rotina sem o filho**. Ela acredita que a separação de seu filho não será suficiente para fazê-lo esquecer-se da experiência afetiva que viveram e que, sem ele, ela poderá trabalhar na penitenciária para remir sua pena e voltar a cuidar desse e de outros filhos.

"(...) mas lá (unidade comum) tem escola. Tem emprego né...Tem trabalho. Eu vou correr atrás de trabalhar, de estudar e diminuir minha pena pra sair logo e cuidar dos meus filhos" (E9)

"E eu sei que quando eu sair daqui ele vai lembrar, né filho (olhando para o filho, chorando)... das brincadeiras, ele vai lembrar quem é a mãe dele" (E1)

As mulheres avaliam que a experiência de cuidar da criança na prisão, apesar de apresentar dificuldades, permitiu que ela se dedicasse ao filho e lhe desse o cuidado e amor de que a criança precisava. Apesar de reconhecer as limitações do ambiente, acredita que a criança foi bem cuidada e teve atenção, **Sentindo que valeu a pena**, a convivência no ambiente prisional, tanto para ela, quanto para o filho.

"Já amamentou, tá fortão(...) Tá indo saudável, grandão, né. E foi muito bom amamentar ele. Era tudo que ele precisava, cuidado(...) amor, carinho, amamentação; tive o prazer de ficar com ele seis meses e ver ele crescer este tempo" (E12)

"Eu estou tranquila em saber que ele vai embora para casa saudável, que tá bem cuidado (...) Ele nasceu acho que no pior momento da minha vida, primeira cadeia minha, mas foi quando eu mais precisei dele" (E1)

"Por mais que vai ser dolorido entregar ele, levar ele embora - mas valeu a pena. Pelo menos esses seis meses (...) Acho que a gente conviveu junto" (E6)

7 DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo demonstram a complexidade de um mundo ao qual pouco se tem acesso e o drama da mulher presa como protagonista de um processo que impacta de maneira intensa a sua vida, dadas as interações que ela vivencia - não apenas no ambiente em que vive, junto do filho, mas também com outros atores e objetos significativos fora da penitenciária.

Foi possível obter, por meio deste estudo, um perfil das mulheres e das práticas de aleitamento materno praticado por elas dentro das penitenciárias. As nossas entrevistadas eram, em sua maioria, jovens com idade entre 18 e 38 anos, solteiras e com baixa escolaridade, de modo que 41 (48,2%) não chegaram a concluir o Ensino Fundamental II. Esses achados são parecidos com os dados oficiais publicados pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2014) e difere do estudo de Freitas, Inácio e Saavedra (2016), em Portugal, cujas participantes tinham entre 23 e 47 anos, e também eram solteiras em sua maioria.

Os resultados do estudo de Militão e Kruno (2014), em uma penitenciária feminina de Porto Alegre, demonstram que as mulheres tinham em média dois filhos e, assim como em nosso estudo, ocupavam-se profissionalmente como atendentes de loja, auxiliares de serviços gerais, operadoras de caixa, auxiliares de cozinha e manicures.

Um número expressivo de presas, 70 (82,5%), já teve experiência de amamentar anteriormente - quando os filhos mais velhos foram amamentados - segundo as participantes, por mais de 12, 48 (68,6%), e 24 meses, 13 (18,6%). Esses dados superam os de Venâncio et al. (2016), realizado com dados de 56 unidades básicas de saúde, com o objetivo de avaliar a implantação e impacto da iniciativa Rede Amamenta Brasil nos indicadores de amamentação. Os autores incluíram no estudo 1.052 crianças menores de um ano, das quais 59,6% das que estavam na faixa etária entre nove e 12 meses, eram atendidas nas unidades que cumpriam os critérios máximos de certificação da iniciativa, continuavam em aleitamento materno.

No que diz respeito aos filhos nascidos durante o cumprimento de pena, 82 (100%), 58 (70,7%) foram amamentados no quarto da maternidade e 16 (19,5%) no centro obstétrico. Mais da metade das mães dessas crianças, 46 (56%) mulheres, refere não ter tido dificuldades durante o processo de amamentação, e as que tiveram alguma dificuldade, 36 (43,9%), referem o enfrentamento de condições como traumas mamilares, dor nas mamas, baixa

produção de leite, rejeição da criança, pega inadequada. Embora não haja outros estudos que tragam dados sobre essas variáveis em contexto prisional, cabe ressaltar que a Rede Cegonha, estratégia na qual a mulher presa está inserida, no Estado de São Paulo, prevê a amamentação na primeira hora como prática de cuidado e atenção ao parto e nascimento, seguindo as premissas da Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde e da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2011a).

Das 82 (100%) crianças, uma parcela pequena de seis (7,3%) era amamentada a cada três horas, as demais em livre demanda e uma tinha o tempo de mamada limitado a 10 minutos pela mãe. A este respeito, pelos resultados do estudo de Rios e Silva (2010), que entrevistou mulheres presas e profissionais de uma unidade prisional, é possível inferir que o padrão de amamentação está na dependência da mulher, não havendo intervenções institucionais quanto a isso, ou seja, é a mãe quem vai decidir quando e como amamentar com base nas necessidades percebidas. Os autores demonstram ainda que, embora haja o conhecimento acerca das boas práticas da amamentação, este ainda não é institucionalizado por completo.

Nossos resultados apontam que das 82 (100%) crianças amamentadas nas penitenciárias, 39 (47,5%), faziam uso de chupetas, apresentando um índice acima do que foi encontrado no estudo de Oliveira et al. (2016) em uma clínica escola no estado do Piauí, com mães em liberdade, em que a prevalência de crianças em uso de chupeta foi de 38,3% - embora uma grande parcela das mães tivesse recebido orientações sobre o aleitamento materno e hábitos deletérios. A esse respeito, com base em uma série de estudos científicos, a *World Health Organization* (WHO, 1998) desencoraja o uso da chupeta já há algumas décadas, por representar um risco adicional para o desmame precoce e para a contaminação do lactente por micro-organismos, comprometendo a prática da amamentação e a saúde geral da criança.

A maioria das mulheres desse estudo, 60 (73,2%), recebeu orientações sobre amamentação, seja por meio de profissionais, familiares, grupos ou até mesmo folhetos. Esses achados se igualam aos do estudo de Rios e Silva (2010), em que as participantes referiram estar sempre bem informadas por palestras sobre o assunto ou por familiares, especialmente suas próprias mães. Para Oliveira et al. (2016) as dificuldades com a amamentação estão relacionadas à falta de apoio e informação, de modo que, em sua pesquisa, as mulheres que

receberam informações acerca desta prática amamentam por mais tempo e com menos dificuldades.

Nossos achados revelam que das 82 (100%) crianças, 37 (45,1%) eram amamentadas exclusivamente, a maioria, 27, com idade de zero a três meses. Esse número supera o resultado do estudo de Venâncio et al. (2016) com lactentes nessa faixa etária atendidos em unidades básicas de saúde, de 38%, e também o resultado do último estudo de prevalência nacional, de 41% (BRASIL, 2009).

Ainda, em nosso estudo, 12 (43%) das 28 (100%) crianças que tinham entre três e seis meses de vida estavam em amamentação complementada, assim como os 13 infantes com mais de seis meses. Esse resultado é especialmente importante quando se considera que as diretrizes brasileiras de promoção, proteção e suporte do aleitamento materno orientam a não introdução de líquidos ou alimentos sólidos na dieta do lactente menor de seis meses que esteja em aleitamento (BRASIL, 2015b).

A interrupção da exclusividade do aleitamento antes do sexto mês de vida, com a introdução de novos alimentos, foi um resultado encontrado também por outros autores (MARQUES, et al., 2013; SOUZA et al., 2014; ALLEO, SOUZA, SZARFARC, 2014). Schincaglia et al. (2015), em seu estudo com 362 crianças vivendo na comunidade, apontam que 95,3% recebiam água antes de completarem o sexto mês e 77,5% recebiam frutas. Assim como em nosso estudo, os tipos de alimentos oferecidos precocemente incluem água, outros leites, sucos, frutas e comidas de sal, estas referidas pelas entrevistadas como "papa" e "refeição normal".

Quanto ao propósito de compreender a experiência de mulheres presas e a sua interface com a amamentação e a construção de significados presentes nessa vivência, foi possível identificar que as experiências das reeducandas fazem parte de um processo universal da maternidade vivenciada dentro da penitenciária, que, para ela, se constitui em um contexto de interações conflitantes, vivendo entre o lado bom da convivência com a criança e a lida diária com elementos de divergências e restrições.

Ao longo da análise dos dados, evidencia-se que desde o aprisionamento da mulher até a separação de mãe e filho, passando por todo o período de convivência deles na unidade especial, a mulher busca a superação de vazios, de sentimentos de tristeza e solidão, provocados pela situação de cárcere. Estes são preenchidos pela presença do filho, mas ressurgem com força após o necessário desligamento da criança. É nesse processo que a mulher constrói a sua experiência na penitenciária, enquanto está sozinha ou já com o filho em seus braços: **BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE, VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO E RECONHECENDO QUE HOUVE PERDAS, MAS QUE VALEU A PENA.** Ela avalia o contexto prisional em diversos momentos de sua vivência, identifica as circunstâncias e busca meios para preservar-se ou resolver suas dificuldades emocionais, em face aos significados que atribui aos elementos que compõem a sua realidade na prisão.

No tema **BUSCANDO A REMISSÃO PELA MATERNIDADE**, as interações que a mulher inicialmente realiza em ambiente prisional são expressas em **Lidando com sua pena**, em que a reeducanda se dá conta de que está presa e da forma como se sente em relação a essa situação. A exemplo do que encontramos, na opinião de Lima et al. (2013), Lopes (2004) e Araújo et al. (2014), o convívio com pessoas desconhecidas pode dificultar as relações no ambiente, tornando-as conflitantes e difíceis de serem toleradas, resultado que em nosso trabalho é explicado por **Vivendo em um inferno**.

Viver nessas condições permite que a mulher reavalie a sua trajetória de vida e as circunstâncias que a levaram para a prisão. Assim ela vai **Reconhecendo seus erros** e percebendo que, em função deles, está privada de sua liberdade e fadada a passar seus dias **Vivendo a solidão**, sentimento esse provocado pelo distanciamento dos filhos e familiares.

Os efeitos desse isolamento social e da condição de cárcere, no bem estar emocional da detenta, foram encontrados também em algumas publicações que apontam os impactos do

aprisionamento na saúde da mulher presa ocasionados, principalmente, pelo contato limitado com familiares, falta de privacidade e restrição alimentar que podem, inclusive, culminar em sentimentos de tristeza (LIMA et al., 2013; FERSZT et al., 2015; JESUS et al., 2015), como acontece com as mulheres entrevistadas na presente pesquisa.

Tal como os achados desse estudo indicam, na opinião de Lima Santos, Lima e Faria (2007), estar na prisão é uma das experiências mais debilitantes que um ser humano pode viver. Nessa perspectiva, estar presa representa a sensação de ser subtraída de suas referências sociais - distanciando-se de grupos com os quais se vincula, do lar e da família - e ingressar em um cenário que nem sempre é novo para as reeducandas, mas que pode ser fonte de desprazer pelo amplo espectro do significado da privação de liberdade para elas.

Rowe (2011) e Jesus et al. (2015) também consideram que a prisão leva a fraturas tão importantes no âmbito familiar que dificultam até mesmo a manutenção de vínculos. Em nosso estudo, na categoria **Lidando com a sua pena**, o esvaziamento pela ausência de familiares, filhos e companheiro, somado à impossibilidade de contato com esse seu mundo social de referência, é capaz de provocar na mulher presa tamanha sensação de vazio e de profundo mal estar com a sua realidade prisional que, ao percebê-los, a detenta identifica possibilidades para corrigi-los.

O rompimento com familiares e seu universo de referência, o que dá sentido à vida da presa, repercute também na autoimagem da reeducanda, desconfigurando-a como mulher pelas rupturas afetivas, estigmatização e perdas sociais importantes (PIMENTEL, 2013), limitando sua individualidade. Tais rupturas abruptas do meio social e familiar configuram um processo de mutilação do "Eu", afetando a percepção de si em face da imersão em um contexto que lhe imputa sentimento de humilhação recorrente. Desta forma, o vazio que ganha visibilidade na solidão do cárcere, relaciona-se com a fragilidade dos vínculos da detenta (LIMA et al., 2013), como nos resultados desse estudo, quando a presa se percebe **Vivendo a solidão**.

No estudo de Santa Rita (2006), as mulheres presas geralmente têm mais de um filho e, pela situação de cárcere, vão perdendo contato com eles ao longo do tempo, configurando-se o maior desafio dessas reeducandas, o que reitera os discursos de nossas entrevistadas acerca dos sentimentos gerados pela ausência dos filhos. Se por um lado a visitação sofre impeditivos, em que a mulher passa seus dias **Sentindo-se desamparada**, por outro, algumas

mulheres deste estudo demonstram recusar a visita por vergonha de serem vistas na prisão, caracterizadas como detentas. Essa atitude é uma forma de preservar-se de julgamentos e também de evitar desconforto para filhos e familiares que, para visitá-las, devem ser submetidos a um rigoroso processo de entrada na unidade. O estudo de Lopes (2004), realizado com 30 mães presas, sem a companhia dos filhos, em uma penitenciária do estado São Paulo, acerca do amor materno, reitera esses resultados, de modo que as entrevistadas mencionam não querer que seus filhos tenham contato "com isso", referindo-se ao ambiente prisional.

No presente estudo, ao se ver grávida, a mulher é levada a refletir acerca da permanência da criança ao seu lado, considerando, em especial, os efeitos do cárcere no bem estar do filho. Tomando a prisão como lugar impróprio e o mundo fora dele como mais apropriado, a apresentação do mundo ao filho é um elemento importante considerado por ela nesse processo de decisão, assim como ao longo de toda a estadia da criança ao seu lado. A mãe antevê a possibilidade de expor o filho ao sofrimento a que ela está exposta na prisão, por estar presa e longe de seu mundo social, sem liberdade para viver junto da família.

A esse respeito, as presas entrevistadas para o documento intitulado *Dando à luz à sombra*, publicado em 2015 pelo Ministério da Justiça e Instituto de Pesquisas Aplicadas, referiram em seus discursos que "Não é certo criança na cadeia", expressando o medo de impedir o filho de ser "criança total" vivendo com ela na prisão. Ainda, essas mulheres referiram o receio de que, pela circunstância, o filho percebesse o ambiente de cárcere como sendo o seu natural, para onde deve retornar sempre, demonstrando preocupação com a possibilidade do filho se envolver, ao longo da vida, com eventos que o levem à prisão (BRASIL, 2015c, p.41).

Ao decidir ficar com a criança, a mulher elenca os prejuízos e benefícios para o filho, mas decide mantê-lo ao seu lado sob justificativas que dizem respeito ao que interpreta ser ideal para o bebê - embora não deixe de aquilatar também os benefícios para si, expressos simbolicamente na necessidade de sentir-se mãe, cumprir com seu papel materno e agir eticamente consigo mesma, de acordo com seus princípios morais. Na discussão, com *Dando à luz as sombras* (BRASIL, 2015c), os autores reiteram esse resultado, afirmando que as mulheres priorizam a relação maternal ainda que elas percebam prejuízos para elas, como a transferência para uma unidade distante de sua cidade.

Freitas, Inácio e Saavedra (2016), no estudo sobre a maternidade em prisões portuguesas, demonstram que a decisão das mulheres de manter os filhos em ambiente prisional leva em consideração o pequeno número de penitenciárias femininas e os impactos do ambiente penitenciário no desenvolvimento da criança. Segundo as autoras, em Portugal, os dois únicos estabelecimentos femininos com Unidade Materno-Infantil estão a 200 km de distância um do outro, o que leva as mulheres a estarem, pelo menos, a 100 km de seus familiares e demais filhos. Em nosso estudo, e também no de Freitas, Inácio e Saavedra (2016), as mulheres decidem manter seus filhos consigo na prisão com base em questões pessoais, o que inclui, para além do bem estar dos lactentes, a inexistência de suporte familiar para cuidar das crianças.

Freitas, Inácio e Saavedra (2016) apontam que a mãe toma decisões circunstanciadas em relação ao filho, mantendo-o consigo na prisão ao priorizar seu próprio bem estar, ou deixando-o fora do ambiente prisional quando toma como prioridade o bem estar do lactente. Em nossos achados, a decisão de assumir o cuidado do filho intra cárcere é tomada como uma forma de garantir o bem estar deste ao lado da mãe, recebendo os cuidados maternos.

Decidindo se o filho fica na prisão, portanto, é uma ação pautada na importância que a mãe atribui à possibilidade de constituir a relação maternal que, do ponto de vista da reeducanda, tanto mãe quanto filho precisam viver - considerando a condição prisional da mulher e, por parte da criança a necessidade de cuidados e de ser amamentada. Desta forma, a mulher age sentindo que está **Beneficiando o filho e a si mesma com a maternidade**, decidindo manter a criança ao seu lado. Essa percepção baseia-se no processo avaliativo de suas interações com os objetos sociais de seu meio e consigo mesma, essenciais com a criança, que sustentam suas ações e seus sentimentos frente à decisão de manter a criança ao seu lado.

Reiteramos, então, que os resultados apresentados em nossa pesquisa apontam que a manutenção da criança na prisão representa um benefício, tanto para a mãe, quanto para seu filho, apesar das considerações de prejuízos que o ambiente pode causar. Não podemos dizer que a mãe está escolhendo privar o filho de uma vida normal, mas de dar a ele o que ela toma como essencial nesse período de vida da criança, seu cuidado e proteção. Do ponto de vista de Lopes (2004), a relação amorosa de mãe e filho começa a ser construída a partir do nascimento, mas recebe significados que transcendem a sua existência. O que tentamos colocar na discussão, é que, em nossa investigação, para a mulher, privar o filho de uma vida

normal tem menor impacto quando se compara a privá-lo do contato com a mãe no início da vida, destacando a importância da troca afetiva em que ambos estarão envolvidos.

A amamentação, nesse processo, se insere como uma estratégia de valorização materna, tanto por meio da sua capacidade de amamentar, quanto pelo afeto que é desenvolvido e que a valoriza ao perceber o reconhecimento por parte do filho, representando um benefício para a mulher. Nesse sentido, nos apoiamos nos princípios do modelo "Pesando Riscos e Benefícios" (SILVA, 1997, p.218), em que:

"À medida que a mulher define a situação de amamentar para si, ela passa a representá-la em termos simbólicos de riscos e benefícios. Simbolicamente o risco, na experiência da mulher, significa a possibilidade de perda, prejuízo e dano, desvantagem, perigo e ameaça física ou emocional para o binômio ou em uma de suas partes. Da mesma forma, simbolicamente, benefícios são considerados os ganhos, proveitos e vantagens obtidas pela amamentação (p.218)".

Nesse sentido, os riscos e benefícios da amamentação são identificados do ponto de vista tanto da mãe, quanto do filho. Como em nosso estudo, em "Pesando Riscos e Benefícios", as mulheres avaliam suas experiências ao longo do período de amamentação, de modo que, nesse processo, ela vai definindo o significado desta prática para ela e para a criança. Isso acontece quando a nutriz avalia a sua capacidade de amamentar, tomando como benefícios para o filho o leite materno enquanto fonte única de alimento e seus benefícios na saúde deste (SILVA, 1997). Também nesse estudo, a mãe se preocupa com a sua capacidade de amamentar a criança e, para tal, fundamenta-se na observação do comportamento desta, principalmente na avaliação de seu desenvolvimento - reiterando a premissa do modelo supracitado, em que a mãe percebe o filho bem alimentado e, portanto, toma a amamentação como um benefício para ele (SILVA, 1997).

Para além disso, entre os resultados desse estudo, **Protegendo o filho e a si pela amamentação** significa o papel da amamentação no desenvolvimento de vínculo da mãe com a criança. Os elementos de interação identificados na experiência dela com o filho em ambiente prisional se mostram importantes na construção do vínculo maternal, resultado esse que reitera-se no modelo de Silva (1997), em que, ao identificar benefícios para o filho e não identificar riscos para si, a mulher sente-se confiante em sua capacidade de amamentar e percebe esta prática como "além do ato simples de nutrir o filho com seu leite" (p.224), mas

interpretando-a, simbolicamente, como benefício para o desenvolvimento emocional da criança e do afeto entre mãe e filho.

Para as mulheres de nossa pesquisa, o aleitamento representa a manifestação ímpar de afeto, amor e carinho, resultado este que corrobora com os do estudo de Araujo et al. (2014) e de Rios e Silva (2010), que iluminam o reconhecimento das mulheres acerca das propriedades nutricionais do leite materno e sua importância na saúde do filho. Esta faceta pode ser compreendida em nosso estudo pela categoria **Amamentando para proteger o filho**, em que percebemos que as mães vivenciam a amamentação priorizando as necessidades da criança, considerando as propriedades nutricionais protetoras do leite materno, especialmente no contexto prisional.

O significado do aleitamento para a nutriz encarcerada é explicado, também, por um processo avaliativo de elementos identificados no seu cotidiano que evocam sentimentos percebidos como agradáveis, gratificantes e que sustentam suas ações quanto ao processo de amamentar, ilustrados nos conceitos da subcategoria **Sentindo-se protegida ao amamentar:** Sentindo-se valorizada, Sentindo-se mais próxima do filho e Sentindo-se completa ao amamentar. Assim como em nossos resultados, Silva et al. (2015) em estudo com mulheres em liberdade, essa multivariada de sentimentos experimentados pelas mulheres no processo de amamentação, influenciados pelo contexto de vida, sendo eles positivos e negativos. Com a mulher presa, entretanto, apenas os positivos emergiram dos dados. Os resultados de Silva et al. (2015), demonstram, ainda, que as mulheres podem eventualmente se sentirem inseguras quanto ao manejo, especialmente as primíparas, ao passo que as mães participantes de nossa investigação referem sentirem segurança por estar amamentando seus filhos.

Sentindo-se valorizada representa a percepção da mulher de que vive com o filho um processo de construção de vínculo, por meio do qual ela sente-se amada e importante para a criança. Esse sentimento é uma resposta à interpretação dos gestos do lactente, em que o toque e o olhar representam uma manifestação de carinho e reconhecimento. Desta forma, a mãe vai Sentindo-se mais próxima do filho, definindo a amamentação naquele contexto como um elo único entre eles. Do ponto de vista de Silva (1997), a interação recíproca entre mãe e filho forma a base da construção do significado ao aleitamento, quando somados a outros elementos do contexto.

Para Zimerman (2010), sentir-se reconhecido é uma necessidade do ser humano e, nessa perspectiva, todas as manifestações que a criança expressa, interpretadas como valorização de suas ações, são elementos de reforço. A mãe interpreta os gestos da criança que, na visão de Nóbrega (2005), também interage com a mãe, interpretando-a e, assim, esse processo pode assumir os significados que encontramos nesse estudo.

Em nossos resultados, a conquista do vínculo permite que a mulher tenha a percepção de que está Sentindo-se completa ao amamentar, vivenciando essa prática por prazer e confiante em sua capacidade. Para as participantes, amamentar o filho nessas condições resulta em sentimento de força, paz, segurança e, sobretudo, na sensação plena do desempenho da maternagem, sentindo-se mãe. Corroborando com esses achados, no estudo de Rios e Silva (2010, p. 296), as mulheres presas na companhia de seus filhos percebem a amamentação como a possibilidade de sentirem-se "mais mães" e como um momento em que "a criança sente a mãe".

Para Badinter (1980), a amamentação é a primeira prova de amor da mãe pelo filho e permite que, por meio de um relacionamento próximo e amoroso, a mãe se satisfaça emocionalmente. Lana (2001) contribui com o ponto de vista de que a valorização sentida pela mãe em função do aleitamento materno relaciona-se com a autoestima e com o respeito que a mulher demonstra sentir por si mesma e que influencia diretamente todos os aspectos de sua vida. Isso se torna especialmente importante para o contexto no qual a mulher amamenta seu filho, de modo que com estima elevada a mãe é capaz de perceber e atender às necessidades da criança, bem como adquirir autoconfiança para enfrentar a sua condição.

Nesse processo, destaca-se nesse processo que os benefícios da amamentação, do ponto de vista da criança, foram utilizados pela mulher presa como uma justificativa para ficar com o filho intra cárcere, considerando que nenhuma outra pessoa poderia amamentá-lo e que essa prática é essencial no início de vida, denotando um significado simbólico de proteção. Os resultados do estudo de Huang, Atlas e Parvez (2012) se aproximam desses achados, ao revelarem que as gestantes presas identificam a amamentação como elemento principal e exclusivo da identidade materna, um cuidado que poderia ser desempenhado apenas por elas tornando-as especiais. O reconhecimento da amamentação como elo exclusivo e forte também é um resultado do estudo, de Siqueira (2012), com mulheres em liberdade, significando a base do relacionamento afetivo entre mãe e filho e não podendo ser experimentado por outros membros da família.

Merece ser salientado que, para a reeducanda, o paradigma do "ser mãe" também sofre influências das experiências vividas com a maternidade ao longo da vida, que ganham novos significados a partir da realidade vivida junto à criança na prisão. Ela se percebe vivendo uma relação devota e afetiva de cuidado - **Vivendo um novo modelo de maternidade**, totalmente disponível para a experiência de cuidar do filho em contexto de restrições ambientais e sociais.

Nossos resultados se confirmam nos achados do estudo de Melo e Gauer (2011). Para a mulher presa, o tempo disponível para o filho aparece como um elemento positivo para o desenvolvimento do cuidado integral e sensível, explicado, em nosso estudo, por meio da categoria **Vivendo para o filho**, em que a mulher tem a percepção de sua responsabilidade e, desta forma, coloca o filho em primeiro plano.

Manter a criança na prisão representa, desta forma, uma oportunidade de ser "mãe de verdade", diminuindo o peso do cárcere e o sentimento de arrependimento da mulher pela percepção de suas falhas no desempenho de seu papel materno com outras crianças. Ainda segundo Melo e Gauer (2011), as mulheres referem ter aprendido a serem mães enquanto cumpriam pena na companhia de seus filhos. Assim como nos resultados de nossa pesquisa, reconhecem que tiveram a oportunidade única de cuidar dos filhos estando presa com eles, sem quaisquer outras preocupações cotidianas.

Militão e Kruno (2014) contribuem nesse sentido, dizendo que a presença da criança ao lado da mãe na prisão a ajuda a não se sentir tão só e a maternar com mais disponibilidade e afeto do que foi possível com os outros filhos.

No modelo teórico "Pesando Riscos e Benefícios", de Silva (1997), a mulher vive cada gestação com percepções diferentes a partir das interações que faz em sua vida e da visão das novas implicações que a criança acarretará para seu futuro, representando sempre uma nova experiência. Ainda, para a autora, a mulher desempenha uma somatória de atividades definidas, que influenciam na percepção e na atribuição de significados.

A convivência com o filho na unidade especial provoca na mulher, de nosso estudo, o desejo de mudança, de ser uma boa mãe para o filho atual e uma mãe melhor para os filhos que ficaram na comunidade quando de seu aprisionamento. Esse resultado é observado no estudo de Shamai e Kochal (2008), em que a maternidade é representada como um elemento

de sobrevivência da mulher presa em várias frentes, atribuído ao fato de que cuidar do filho na prisão ajuda as mulheres a lidarem com o fracasso percebido em relação aos outros filhos, além de favorecer o processo de ressocialização.

Nessa perspectiva, a mulher vive um novo modelo de maternidade, sustentada pelas experiências anteriores com os outros filhos e também com sua própria mãe. Na opinião de Lopes (2004), a manifestação de amor das mães presas por seus filhos está na dependência de suas experiências concretas enquanto filhas e das relações que puderam ter com seus filhos. A autora afirma que aquelas que tiveram pouco tempo com suas próprias mães e filhos tendem a manifestar maior grau de idealização do amor materno, destacando que este é construído na relação presencial com o filho. A mãe idealizada é um modelo de referência simbólica presente no imaginário de todas as entrevistadas no estudo de Lopes (2004), o que é explicado na psicanálise de Bowlby (2006) quando tomamos o conhecimento de que a vivência da maternidade é moldada por todos os outros vínculos da mulher, inclusive os com seus pais.

A qualidade da relação entre mãe e filho faz com que a mulher tome a criança como o seu universo, fonte de felicidade, prazer e plenitude - sentimentos que provocam nela a sensação de estar **Tendo a sua pena abrandada**. A presença do filho durante o encarceramento diminui o sofrimento, na medida em que estar com a criança vai **Tornando os dias mais fáceis** para a mãe, que se sente, **Tendo a presença da família**, que se faz mais presente nas visitas, representando, sobretudo, um suporte emocional seguro para o enfrentamento da angústia resultante da ociosidade, achados estes confirmados por Santa Rita (2006), Melo e Gauer (2011), Silva et al. (2011) e Freitas, Inácio e Saavedra (2016).

Mesmo na prisão, diante da percepção de condições adversas, as mulheres encontram na relação com o filho uma oportunidade de transformação e de suprir suas próprias necessidades, mantendo vínculos e laços afetivos com o mundo extramuros. Assim, é que percebe-se nesse estudo que ela vai **Preenchendo os vazios**, e a relevância dessa relação é confirmada nos estudos de França (2013) e Melo e Gauer (2011), especialmente no que diz respeito àquelas que já tinham rompido laços com outros filhos antes de serem presas em virtude do estilo de vida que levavam.

Em nosso estudo, durante o desenvolvimento da relação de vínculo e apego, a mulher que cuida de seu filho em ambiente prisional sente-se igualmente cuidada por ele, provocando mudanças em seus sentimentos e fazendo prevalecer a harmonia emocional. Isso se torna

importante quando compreendemos o ponto de vista de Maia e Vaghetti (2008), que na relação de cuidado com o outro há espaço para o autodesenvolvimento, quando cuidamos também de nós mesmos a partir de um paradigma ético e feminino na busca de transformação.

Neste processo de ser mãe na prisão, o bem estar emocional da mulher é uma estrutura frágil e constantemente ameaçada em face do futuro enfrentamento futuro de nova ruptura, representada pela separação da criança após uma vivência exitosa de construção afetiva - o que significa para ela **VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO**. Ela passa a conviver, concomitantemente, com a plenitude do vínculo materno e o medo das perdas potenciais causadas pela futura ausência do filho, o que lhe imputa mais uma pena e abre um novo vazio em sua vida. Percebe-se que é um trabalho árduo tentar harmonizar esses dois mundos - do viver com o filho, mas pensando cotidianamente no viver sem ele.

Nesse estudo, uma vez **Vivendo o prenúncio da separação**, a mulher, **Não estando pronta para separar-se do filho**, interpreta essa perda como se a criança estivesse sendo tirada dela, arrancada de seus braços a contragosto a qualquer instante, provocando um sofrimento tão intenso que foi explicado pelas participantes nessa pesquisa e também na de Lopes (2004) como a experiência de "morte" pela perda daquilo que representava, até então, a esperança de sobrevivência em ambiente prisional. Os sentimentos negativos que resultam da separação dos filhos também é um achado de Freitas, Inácio e Saavedra (2016).

Um elemento que aumenta a preocupação da mãe com relação ao seu filho é a definição sobre quem a substituirá no papel de cuidadora principal. Isso porque as mulheres tem uma rede de apoio familiar fragilizada, restando a elas considerar o abrigo - ainda que a contragosto - com muita ansiedade quanto ao bem estar do filho. No estudo de Gomes et al. (2009), essas incertezas também são destaque nas falas das suas entrevistadas, de modo que muitas delas buscam não se vincular tanto ao filho por pensarem na possibilidade de não conseguir manter o contato, seja pela adoção potencial ou pela indisponibilidade do familiar tutor de levar a criança às visitas. Na opinião do autor, esse comportamento representa uma maneira de defender-se do sofrimento da separação do filho, o que pode inclusive motivar a mãe a "dar" a criança para adoção diretamente, tamanho é seu medo da dor em função do rompimento de vínculo.

O medo de perder a guarda do filho e a dificuldade de reavê-lo quando receber sua liberdade, conforme relatados pelas nutrizes deste estudo, constituem um resultado que

também aparece em outros estudos e que pode, inclusive, ser provocado pela vergonha de sua condição de ex-presidiária - o que em sua concepção, pode afastá-los dela (GOMES et al., 2009; FRANÇA, 2013). A esse respeito, Lopes (2004) relata que as instituições, dada a inexistência de políticas de manutenção do vínculo familiar, representa uma ameaça à relação amorosa e à saúde mental da mãe se sente medo de perder o lugar materno na vida dos filhos. Em sua pesquisa, percebe ainda que a proximidade dos filhos é protetora do bem estar emocional da mãe e importante para a reinserção social, tendo em vista o papel incentivador que a criança representa para ela.

Barnes e Stringer (2014) destacam a questão da sustentação da identidade materna da mulher aprisionada em estudo com 210 mulheres em uma penitenciária feminina dos Estados Unidos, que revela que a qualidade do relacionamento com os cuidadores temporários de seus filhos é essencial para que mantenham-se confiantes tanto aos vínculos familiares quanto à possibilidade de reaver a guarda dos filhos após o cumprimento da pena. Para os autores, trabalhar de maneira a estreitar o contato familiar pode ter seus impactos percebidos na ressocialização e menor reincidência criminal.

Se, por um lado, a maternidade e a amamentação protegem a sua estabilidade emocional pela relação de apego, por outro, em **Vivendo mais uma condenação**, o desmame representa o rompimento deste elo único entre mãe e filho, anunciando a separação e interrompendo uma prática que gera benefícios concretos na saúde da criança e no bem estar emocional da reeducanda. A mãe se percebe Antecipando a separação com o desmame, conceito esse representado pela dor e pela dificuldade, as quais a reeducanda busca mitigar fazendo uma avaliação de suas circunstâncias para, então, agir com recusa ou buscando uma justificativa do ponto de vista da criança para interromper ou não o aleitamento. Assim como em nossos resultados, as mulheres entrevistadas por Rios e Silva (2010) referem sentir que desmamar significa a perda de uma parte de si e também lamentam a necessidade de descartar o leite materno, em vez de oferecer à criança.

Em nosso estudo, as mulheres preocupam-se com o rompimento de vínculo que o desmame representa, levando-as a viver um conflito de sofrimento extremo pela sensação de incerteza e culpa pelo desmame forçado, causando, assim, sofrimento ao filho. Da mesma forma, o estudo de Rios e Silva (2010) traz em seu resultado essa expressão.

Esse resultado apoia-se no trabalho de Silva (2005) com mulheres em liberdade, que conclui que o desmame leva a nutriz a vivenciar uma forma de separação do filho e perda simbólica da criança. Ainda com mulheres em liberdade, a pesquisa de Siqueira (2012) revela que quando o desmame é natural, tais perdas não são sentidas pelas mães, na medida em que elas passam a perceber outras formas de manter o vínculo com os filhos, o que não acontece com as mulheres presas. O desmame representa, para essas últimas, uma separação definitiva, dado o desligamento da criança do ambiente prisional onde elas devem permanecer cumprindo pena.

No modelo "Pesando Riscos e Benefícios", amamentar recebe influências da percepção maternas acerca dos benefícios e dos riscos, tanto para o filho quanto para ela (SILVA, 1997). Para as mulheres que entrevistamos, além dos benefícios percebidos para a criança, elas consideram também o sofrimento que antecipam sentir pela quebra do vínculo e que acreditam ser sentido também pelos filhos. O desmame, nesse sentido, representa prejuízo para ambos quando tomamos a amamentação não apenas em seu significado nutricional, mas principalmente emocional.

Dessa forma, entendemos que a separação do filho traz como consequências mudanças psicológicas e sociais, representadas como perdas. A percepção do universo dessas perdas motiva a mulher a proteger a realidade que vive, **Evitando qualquer separação do filho**, seja provisória ou definitiva. As mães desse estudo associam a saúde da criança à possibilidade de separação temporária, que pode acontecer em face da necessidade de atendimento médico fora do presídio. Desta forma, para evitar que os filhos saiam da penitenciária sem elas, as mães buscam protegê-los amamentando-os e minimizando riscos que percebe no ambiente.

Aceitar o desafio de cuidar da criança durante o cumprimento de pena implica em vivenciar ambiguidades. A inadequação do ambiente prisional para atender às necessidades da criança quanto ao seu desenvolvimento é bem discutida pela literatura (SANTA RITA, 2006; MELO; GAUER, 2011; ARAÚJO et al., 2014; BRASIL, 2015c; SIMAS et al., 2015). Em nossos resultados, a mãe avalia a experiência de ter ficado com o filho a partir de sua percepção acerca da estrutura e recursos da unidade especial e das relações que se estabelecem nesse cenário, **RECONHECENDO QUE HOUVE PERDAS, MAS QUE VALEU A PENA.**

Do ponto de vista das mães, as unidades não oferecem espaços de convivência adequados às necessidades da criança. As mães também reconhecem a falta de produtos para o filho e para ela, aspectos constituintes da categoria **Avaliando a unidade especial**. O estudo de Simas et al. (2015) acerca das decisões que envolvem a maternidade na prisão aborda o ambiente insalubre a que as crianças estão expostas na prisão. Os autores revelam ainda que tanto a alimentação quanto a assistência médica oferecida às crianças não são suficientes para manutenção de sua saúde. Por meio de um documento analisado no estudo, revelam: "As crianças estão sendo tratadas iguais às suas mães, como presas, pois vivem em celas, sem janelas de proteção contra frio e chuva, mosquitos, além de dormirem ao lado de BOIS (vasos sanitários)". Sustentam ainda que as celas, sem proteção acústica, representam um risco para o bem estar da criança, na medida em que a deixa suscetível aos "gritos, ferrolhos das portas abrindo e fechando" (SIMAS et al., 2015, p.564).

Essa insatisfação com a estrutura física e assistência à saúde, do ponto de vista da criança também é um achado do estudo de Araújo et al. (2014) e do relatório *Dando à luz nas sombras* (BRASIL, 2015c), evidenciando a presença de criança em celas coletivas e superlotadas, cuja sobrevivência depende dos cuidados que recebe nesse ambiente. Para Melo e Gauer (2011), as unidades prisionais não estão preparadas para abrigar gestantes e mães acompanhadas de seus filhos.

Contudo, para algumas mães desse estudo, o desligamento da unidade prisional pode representar também a perda de benefícios para a criança, em função da ausência de recursos aos quais elas não teriam acesso na comunidade. A depender da situação de vida anterior da ao encarceramento da mulher, estar com o filho na prisão, recebendo os recursos necessários para cuidar dele é um fator de proteção à criança, achados este que são confirmados por Gomes et al. (2009), mas do ponto de vista materno. Em sua pesquisa, as mães referem ter recebido assistência adequada, sentindo-se amparadas e com acesso a serviços que muitas não tinham quando estavam em liberdade.

A avaliação das relações entre as mulheres presas traz para essa discussão um aspecto importante acerca do aleitamento materno. Na comunidade, esta prática pode se beneficiar do apoio de pessoas próximas das nutrízes, conforme demonstrado nesse estudo em **Comparando esta experiência com a dos outros filhos**, e confirmado no estudo de Silva et al. (2015). Na penitenciária, entretanto, esse suporte vem não da família e amigos, mas de outras presas que criam um clima de promoção e proteção para que as mulheres possam

estabelecer a lactação e amamentar seus filhos. Como parte desse apoio, entretanto, está a amamentação cruzada, usada pelas mulheres como prática de solidariedade e de estabelecimento de vínculo entre elas. Esse comportamento emerge também nos resultados do estudo de Gomes et al. (2015) com mulheres na comunidade, em que as nutrizes adolescentes entrevistadas amamentam os filhos de suas colegas, sendo generosas para que elas possam se dedicar ao estudo, trabalho, ou ter a oportunidade no caso de enfrentarem dificuldades com a amamentação. Assim como em nosso estudo, a amamentação cruzada é uma forma de demonstrar a confiança entre elas, embora o Ministério da Saúde faça claras restrições à prática, devido ao risco de contaminação da criança por doenças infectocontagiosas, como a AIDS e o HIV (BRASIL, 1993).

Ainda no que diz respeito ao relacionamento entre as presas, os resultados de Freitas, Inácio e Saavedra (2016) confirmam os de nossa investigação, segundo os quais as mulheres presas indicam ter boa convivência com as colegas, embora não deixem de experimentar conflitos em seu cotidiano.

Ao longo da convivência de mãe e filho na prisão, a mulher continuamente avalia o contexto e se percebe **Expondo o filho a privações**, o que significa, concreta e simbolicamente, manter a criança prisioneira, ou seja, vivendo as limitações do ambiente prisional, com relações nem sempre solidárias e, sobretudo, privando-o de uma vida livre extramuros junto de outros significantes e da família. Assim, ela sentencia o filho a viver na cadeia, um lugar que de acordo com Brasil (2015b) é impróprio para crianças, com faltas assistenciais de diversas naturezas, especialmente no âmbito da alimentação e higiene. Cabem aqui as palavras de Cunningham (2001, p.35): "O objetivo é punir as criminosas, não suas crianças".

Entretanto, ainda que perceba prejudicar a criança nesses aspectos, a mãe define que a relação maternal torna-se suprema, **Não desistindo de ficar com o filho**, assim como mostram os resultados de Santa Rita (2006, p.127) em que uma das entrevistadas, por exemplo, relata:

"Eu acho que ao mesmo tempo é bom e também é ruim. É bom porque tem o filho da gente perto. Mas ao mesmo tempo é ruim porque tira a privacidade deles terem uma vida mais diferente na rua (...) mas eu sinceramente não quero sair de perto do meu filho" (Entrevistada do Rio Grande do Sul, p.127)

As mulheres que permanecem com seus filhos na prisão reconhecem os possíveis prejuízos a que as crianças estão expostas, sobretudo no que diz respeito às questões de conflitos de relacionamentos (FREITAS; INÁCIO; SAAVEDRA, 2016). França (2013) mostra que as mulheres são levadas a desistirem de manter as crianças na prisão quando se sentem pressionadas e percebem que os estão expondo a perigos - como foi o caso de uma participante de seu estudo realizado com 37 mães de uma unidade prisional, que entregou o filho provisoriamente para uma família quando se envolveu em um conflito que deixou a criança em situação vulnerável.

A mãe presa, ao vivenciar concretamente a proximidade da entrega da criança, se vê **Buscando um sentido para a separação do filho**, que representa um movimento realizado no sentido de identificar e valorizar os benefícios que o desligamento da criança do sistema prisional pode proporcionar para a criança. Assim como em nosso estudo, os resultados de Rios e Silva (2010) apontam para a preocupação materna acerca da manutenção do vínculo com o filho e acreditam que a separação não será capaz de fazer o filho esquecer-se dela.

Da mesma forma, com o objetivo de validar a decisão de permanecer com o filho, a mãe avalia a experiência do ponto de vista dos benefícios percebidos para a criança, **Sentindo que valeu a pena**, especialmente, acompanhar seu desenvolvimento e tê-lo amamentado.

O conjunto de dados discutidos proporciona uma visão convincente a respeito do impacto do sistema prisional sobre a experiência da maternidade na prisão. Isso fica claro quando, nos discursos das reeducandas, elas expressam os significados das mudanças percebidas na sua forma de perceber sua vida após o nascimento da criança, seja positiva ou negativa. Não obstante, no que diz respeito à maternagem intra cárcere, nossos achados são consistentes com os de Barreto (2006), segundo o qual as mulheres experimentam a sensação de vazio antes e depois do parto, sustentado pelo sentimento de perda frente à separação do filho.

Podemos afirmar que nossos resultados são reiterados por Barreto (2006), uma vez que as mães que entrevistamos vivem o vazio ao longo de todo o período de reclusão - algumas até mesmo antes da gestação - experimentando a concomitância dos sentimentos de felicidade e sofrimento, ambos de maneira intensa. A felicidade, pelas interações que permitiram a construção de vínculo, preenchendo seus vazios; o sofrimento, pelo rompimento desse vínculo

que lhe supria, com exclusividade, suas necessidades emocionais e afetivas - representando não uma ameaça, mas uma promessa de causar novos vazios com a perda do filho.

Ao dar à luz, a mulher é tomada pelo sentimento amoroso que passou a estabelecer já durante o período de gestação, mas também sente o vazio e a perda ao pensar no momento da entrega do bebê (CHAMBERS, 2009).

Para Shamai e Kochal (2008), as reações das mães se diversificam frente à maternidade neste contexto, de modo que algumas verbalizam perceber que "fracassaram", e outras tentam apenas superar a situação ou evitam não se envolver afetivamente com seus filhos durante a sentença - na contramão das mulheres desse estudo, que buscam se envolver intensamente com suas crianças para satisfazerem aos seus anseios.

Percebemos que a experiência da mulher na relação com o filho baseia-se no desenvolvimento do apego, na medida em que ela percebe a separação da criança como risco para o bem estar de ambos. Nessa relação, apesar da felicidade e do sofrimento, ela vai **Reconhecendo que houve perdas, mas que valeu a pena** ter ficado com o filho intra cárcere, percebendo e lidando com as influências institucionais no desenvolvimento da maternagem nesse cenário.

As mulheres desse estudo tiveram a oportunidade de conviver diariamente com os filhos que nasceram durante o cumprimento de suas penas, o que não foi possível com aqueles deixados na comunidade, causando a elas a sensação de vazio pelo inevitável distanciamento. Poder cuidar do filho na penitenciária significa, para elas, ter uma chance de viver uma maternidade plena que, embora deslocado de seu ambiente natural é capaz de preenchê-las emocionalmente e ajudá-las no enfrentamento da reclusão. Os resultados Freitas, Inácio e Saavedra (2016), em estudo com 20 mães presas em Portugal demonstram que elas experimentam benefícios, mas a maternidade na prisão também representa sofrimento, em face da situação de privação de liberdade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

8.1 Considerações finais

Quando iniciamos este trabalho, a nossa principal preocupação estava em compreender a vivência da amamentação praticada pela mulher presa. A proposta era esmiuçar como se dava essa experiência tão feminina em um contexto e momento de vida que poderiam impor muitos desafios à reeducanda. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, passamos a lidar com dados de naturezas diversas que, juntos, compunham a experiência inteira - que não se restringia à amamentação, mas, de forma muito expressiva davam sentido à relação entre mãe e filho em ambiente prisional.

Ao longo do estudo nós fomos compreendendo que as experiências das mulheres presas que permaneciam com seus filhos na prisão apresentavam mais elementos definidores do que mostra a maioria dos trabalhos publicados. Dentre esses elementos, destacam-se o processo de decisão de ficar com o filho, a vivência da maternidade, além das temáticas *amamentação*, *desmame* e *separação*. Isso porque as publicações centram-se na inscrição da mulher-mãe-presa inserida no paradigma histórico do direito penal ou chamam atenção para as relações de gênero que deixam marcas por toda a sua trajetória, a começar pelo imaginário social da figura feminina. Com isso, não defendemos que estas questões sejam desprezadas, mas que seja possível iluminar o que, de fato, deve fornecer elementos consistentes para a compreensão da experiência vivida por essas mulheres e seus filhos na grande cena do sistema prisional.

Nesse sentido, pensar a situação da maternidade na interface do encarceramento de mulheres, em suas diversas dimensões, nos permitiu explorar este cenário com tenacidade, ampliando os olhares sobre ele. Foi possível reconhecer a experiência das reeducandas muito mais do ponto de vista de sua construção subjetiva, dando voz a essas mulheres, para compreender os significados atribuídos por elas ao que é *ser mãe* e *amamentar* na prisão.

Na complexa teia de interações dessa mulher com a criança, a amamentação ganha centralidade, na medida em que a nutriz encontra, nessa prática, uma fonte de proteção emocional. Nessa perspectiva, a sua vida deixa de ter a condição penal como protagonista, reconhecendo a criança como um universo pleno e prazeroso, que possibilita mudanças de paradigmas sociais e, especialmente, maternos.

A maternidade é vivenciada pelas mulheres desse estudo com uma atitude de devoção à criança, cujo resultado elas reconhecem na boa saúde dos filhos, a que atribuem ao fato de terem sido amamentados. Para além disso, esse processo revela a necessidade das mulheres presas de assumirem seus papéis, e, uma vez sendo "boa mãe" para o filho mais novo elas têm a possibilidade de se redimir da culpa pelos erros cometidos com os outros filhos.

Compreendemos especialmente que, embora algumas mulheres tenham outros filhos, viver o papel de cuidadora principal é uma experiência única que nem todas puderam experimentar quando estavam em liberdade, dadas as circunstâncias de suas vidas - afetadas amplamente por questões sociais, culturais e econômicas.

Nessa perspectiva de cuidado, tomando a amamentação como um elemento simbólico, enquanto a mulher amamenta, ela tem o filho para si. Enquanto ela amamenta, tem o filho e tudo o que ele representa para ela em contexto prisional - afeto e vínculos. A decisão de manter a criança consigo e amamentá-la se estabelece em seu cotidiano pela avaliação do cenário e de sua capacidade de, nele, praticar o cuidado sensível, avaliando as circunstâncias para garantir o bem estar da criança.

Também foi possível compreender que essas mulheres vivem, na prisão, um clima de incerteza, em que sua felicidade com o filho é extremamente vulnerável ao que ela percebe acerca do sistema penitenciário e de sua condição real de presa. A fragilidade e instabilidade do sentimento de completude acontecem quando ela vive a crise do desmame e da separação da criança, em que ao perder o filho ela teme perder o vínculo com seu mundo de referência e a capacidade de cuidar de si mesma. Nesse sentido, *cuidar de si*, segundo Bub et al. (2006, p.156), é uma atitude relacionada à forma de:

"(...) estar no mundo, de relacionar-se com o outro e consigo mesmo; de agir de si para consigo, de modificar-se, purificar se, se transformar, e transfigurar-se. Esta forma de cuidar-se remete o sujeito à reflexão sobre seu modo de ser e agir, conferindo ao cuidado de si, além de uma dimensão política, uma noção da ética como estética da existência". (p.156)

Nessa perspectiva, a maternidade é representada pelas reeducandas a partir do significado da oportunidade de exercer seu papel materno e amamentar o filho, ao passo que interromper o aleitamento é, para ela, um sinal de que deixará de sentir-se dessa forma, importante para a criança, a qual é, igualmente, importante para ela.

Os temas emergentes nesse trabalho demonstram que, para a mãe presa, a visão de que o mundo pode ser um lugar seguro perde-se por completo com a separação de seu filho. Nesse sentido, esta investigação encoraja os profissionais da saúde do sistema penitenciário a construir oportunidades de essas mulheres reconquistarem o sentimento de segurança após o desligamento da criança, por meio do acolhimento, que, na medida certa, ajuda a reconstruir também a relação da mulher presa com seu meio social.

A partir dos resultados desse estudo ampliamos nosso conhecimento acerca da experiência das mães presas de amamentarem seus filhos durante o cumprimento de suas penas. Contudo, por se tratar de um universo ainda pouco explorado, sugerimos o desenvolvimento de novas investigações, que desvelem mais aspectos dessa temática, envolvendo a relação de vínculo das mulheres com seus filhos e contemplando, inclusive, o ponto de vista daquelas que, ao darem à luz, abriam mão de exercer a maternidade e amamentá-los.

Torna-se oportuno que a diretrizes que regem as execuções de penas de mulheres-mães-presas sejam revisadas à luz das diversas nuances da subjetividade de suas experiências. A prática bem sucedida de ações em diversas áreas, principalmente no âmbito da saúde, depende não apenas da maneira como os sujeitos são considerados, mas principalmente de que haja o interlace das políticas públicas com os setores administrativos, bem como com as equipes profissionais do sistema penitenciário. Assim, o conhecimento produzido nesta pesquisa pode ser utilizado como referência por profissionais de diversas áreas no âmbito do sistema penitenciário, a fim de que conquistem uma visão ampla da mulher-mãe-nutriz que se encontra presa, na totalidade de sua experiência.

8.2 Implicações do estudo

Implicações para a assistência

Os resultados desse estudo contribuem, sobretudo, para a assistência em enfermagem, na medida em que propiciam uma prática com articulação de saberes acerca da oportunidade de cuidado integral e holístico da mãe e de seu filho, preservando o bem estar de ambos, no ambiente prisional. Igualmente, os resultados podem repercutir nos diferentes cenários sociais responsáveis pelas formulações de políticas e qualificação profissional.

Implicações para o campo das políticas públicas

Considerando os efeitos da condição de cárcere da mãe na vida da criança, especialmente quando esta é a sua principal cuidadora, acreditamos que o desenvolvimento de ações focadas no relacionamento entre ela e o filho após a separação pode contribuir para o direcionamento social e emocional de ambos. Para além disso, não podemos deixar de considerar que os impactos negativos do desmame compulsório após o desligamento da criança do sistema prisional e da separação entre mãe e filho deveriam ser analisados pelos órgãos competentes para embasar possíveis alternativas ou modificações nas leis e na execução de mulheres com filhos pequenos, vivendo dentro ou fora das penitenciárias.

Ainda, do ponto de vista das políticas públicas, no que concerne ao complexo cenário de convivência entre mãe e filho no contexto prisional, esse estudo revela diversas dimensões que deveriam ser consideradas para melhoria de qualidade da experiência peculiar da mãe e da criança. Desde as condições de acolhimento em unidades especiais, com infraestrutura apropriada para crescimento e desenvolvimento infantil, até escalonamento de garantia de acesso a meios de promoção social e jurídica para incentivar a agregação familiar, mesmo que desse pequeno núcleo formado por mãe e filho.

Implicações para o ensino e pesquisa

Os conceitos desenvolvidos neste estudo trazem implicações importantes para o ensino e pesquisa, na medida em que, ao compreender a experiência da mulher presa de amamentar e conviver com seu filho intra cárcere, é possível pensar as influências do ambiente e das condições gerais do aprisionamento na interação entre esses dois atores, propiciando a busca por estratégias alternativas que visem um cuidado multiprofissional abrangente e holístico. Desta forma, o conhecimento produzido pode servir como ponto de partida para o aprofundamento investigativo nas diversas dimensões emergentes e também para a reflexão acerca dos conteúdos que hoje permeiam o ensino, ampliando os olhares para a identificação dos elementos avaliativos das experiências reveladas pelas mães presas.

Ainda, abre-se espaço para investigar os temas emergentes em instâncias prisionais de outras culturas para verificação de existência de estratégias específicas, que não aparecem nesse estudo e podem ser exclusivos de determinados grupos e ambientes.

REFERÊNCIAS

- ALLEO, L.G.; SOUZA, S.B.; SZARFARC, S.C. Feeding practices in the first year of life. **Rev bras crescimento desenvolv. hum.** v.24, n.2, p.195-200, 2014.
- ALMEIDA, J. A. G. **Amamentação**: Um híbrido natureza-cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- ARAÚJO, A.N.V.; et al. Percepção de mães presidiárias sobre os motivos que dificultam a vivência do binômio. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v.3, n. 2. p. 131-142, 2014.
- BADINTER, E. **O amor incerto**. Lisboa: Relógio D`Agua, 1980.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRETO, N. A. **No ventre da cadeia: Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas**. 2006. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de psicologia, 2006.
- BARNES, S. L.; STRINGER, E. C. Is Motherhood Important? Imprisoned Women's Maternal Experiences Before and During Confinement and Their Postrelease Expectations. **Feminist Criminology**, v. 9, n.1,p. 3-23, 2014.
- BARP, L. F.; CARDOSO, C. E. **Nascidos no Cárcere**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2011. Documentário (24 min.), Internet, son., color. Disponível em <http://youtu.be/cR5UKGvMjXI>> Acesso em 07 mai. 2016.
- BLACK, D. Children of parents in prison. **Arch Dis Child.**, v. 15, n.7, p. 967-970, 1992.
- BLUMER, H. **Simbolic Interacionism**: perspective and method. London: University of California Press, 1969.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. Lei 8.080 de 1990. **Sistema Único de Saúde**.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.069 de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.016, de 26 de Agosto de 1993. **Alojamento Conjunto**.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Saúde no Sistema**

Penitenciário. Portaria Interministerial nº 1777 de 9 de novembro de 2003. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Mulheres encarceradas: Diagnóstico Nacional.** Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde. **II Pesquisa de prevalência do aleitamento materno nas capitais e Distrito Federal** [Internet]. Brasília: MS; 2009. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdi/pesquisa_pdf.pdf > Acesso em: 01 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em Saúde no Sistema Penitenciário.** Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério de Estado do trabalho e emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Brasília, 2010b.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Sistema penitenciário do Brasil- **Dados Consolidados.** Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a **Rede Cegonha.** Portaria MS/GM nº 1.459, de 24 de junho de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes gerais e operacionais da Rede Cegonha.** 2011a. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=37082 > Acesso em 16 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Sistema Penitenciário do Brasil- **Dados Consolidados.** Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Infopen Junho 2014. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Penitenciário.** Portaria Interministerial nº 1 de 2 de janeiro de 2014. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.** Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014. Brasília, 2014b.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Sistema penitenciário do Brasil- **Dados Consolidados.** Brasília, 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em**

situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. -- Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015c. 92 p. : il. – (Série Pensando o Direito, 51).

BRECKENRIDGE J; JONES D. Demystifying theoretical sampling in grounded theory research. **The Grounded Theory Review: An International Journal**. v.8, p. 113-126, 2009.

BUB, M.B.C. et al. A noção de cuidado de si mesmo e o conceito de autocuidado em enfermagem. **Texto contexto enferm**. v.15 n.esp., p. 152-7, 2006

CARSON, E.A. **Prisoners in 2014 – Advance Counts**. US Department of Justice Bureau of Justice Statistics; 2015. Disponível em <http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/p12ac.pdf>

CHAMBERS, A. Impact of forced separation policy on incarcerated postpartum mothers. **Policy Polit Nurs Pract**. v. 10, n. 3, p. 204-11, 2009. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20022914> > Acesso em 30 jan. 2013.

CHARMAZ, K. **Grounded Theory: Objectivist and constructivist methods**. In: DENZIN, L.; LINCOLN, Y. S. (eds) *Handbook of qualitative research*, 2.ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

CHARON, J. M. **Symbolic interactionism: an introduction, an interpretation, an integration**. 7.ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2001.

CHARON, J. **Symbolic Interactionism: An introduction, an integration**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2007.

CHENITZ, W.C.; SWANSON, J.M. **From practice to grounded theory: qualitative research in nursing**. New York: Addison-Wesley, 1986.

CLARKE, A. E. **Situational Analysis: Grounded Theory after the post modern turn**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

CORRECTION SERVICE CANADA - CSC. **Mother-child Program**. 2007. Disponível em: <http://www.csc-scc.gc.ca/text/prgrm/fsw/pro02-5-eng.shtml> > Acesso em 01 fev. 2012.

CHRISTIANSEN, O. A simpler understanding of Classic Grounded Theory: How it is a fundamentally different methodology. IN: **The Grounded Theory Seminar Reader**. Glaser, B.; Holton, J.A. pg 4001-17. Mill Valley: Sociology Press, 2007.

CUNNINGHAM, A. **Forgotten family: The impacts of imprisonment**. In: *Family Matters*, n.59. Austrália: Australia Institute of Family studies, 2001. Disponível em https://aifs.gov.au/sites/default/files/ac_0.pdf

FAZEL, S.; DANESH, J. Serious mental disorder in 23000 prisoners: a systematic review of 62 surveys. **Lancet**, v.359, n. 9306, p.545–550, 2002.

FAZEL, S.; BAINS, P.; DOLL, H. Substance abuse and dependence in prisoners: a systematic review. **Addiction**, v.101, n. 2, p.181–191, 2006.

FERSZT, G. G. et al. The impact of a mindfulness based program on perceived stress,

anxiety, depression and sleep of incarcerated women. **Int. J. Environ.Res. Public Health**, n. 12, pg. 11594-11607, 2015.

FIORAVANTE, K. E.; SILVA, J. M. Mulheres Encarceradas: Uma análise sobre a perspectiva das geografias feministas. *In: Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro*. 5 a 7 de Outubro de 2010, Rio Claro. Disponível em <https://sites.google.com/site/organizaodaespaco/anais>> Acesso em 30 jan. 2016.

FORSYTH, C. J. Pondering the discourse of prison mamas: a research note. **Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal**, v.24, n. 3, p. 269-280, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, M. H. O. **Tráfico, prisão e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas**. 2013. Tese. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2013.

FREITAS, A.M.; INÁCIO, A.R.; SAAVEDRA, L. Motherhood in Prison: Reconciling the irreconcilable. **The Prison Journal**.v.96, n.3, p.415-436, 2016.

GILLESPIE A. G. H. Mead: Theorist of the social act. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v.35, n. 1, p.19-39, 2005.

GILHAM, J. J. A qualitative study of incarcerated mothers' perceptions of the impact of separation on their children. **Soc Work Public Health**, v.27, n.1-2, p.89-103, 2012. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22239380> > Acesso em 26 nov. 2015.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine, 1967.

GLASER, B.A. **Doing grounded theory: issues and discussions**. Mill Valley: Sociology press, 1998.

GLASER, B. G. **Doing Grounded Theory: Issues and Discussions**. Mill Valley: Sociology Press, 1998.

GLASER, B. G. **The Grounded Theory Perspective: Conceptualization contrasted with Description**. Mill Valley: Sociology Press, 2001.

GLASER, B. A. **The grounded Theory Perspective: Description's remodeling of grounded theory**. Mill Valley: Sociology Press, 2003.

GLASER, B. G. **The Grounded Theory Perspective II: Description's remodeling of Grounded Theory Methodology**. Mill Valley: Sociology Press, 2003b.

GLASER, B. G.; HOLTON, J.A. **The Grounded Theory Seminar Reader**. Mill Valley: Sociology Press, 2007.

GLASER, B. A Constructivist Grounded Theory? **The Grounded Theory Review**, v.11, n.1,

p. 28-38, 2012. Disponível em <http://groundedtheoryreview.com/wp-content/uploads/2012/06/ConstructivistGroundedTheoryVol111.pdf> > Acesso em 04 mai 2016.

GUILHERMANO, T. F.. **Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na penitenciária feminina Madre Pelletier**. 2000. Dissertação. Porto Alegre, 2000. 197 f.

GOMES, A. B. F.; et al. Reflexões sobre a maternidade no sistema prisional: O que dizem técnicas e pesquisadoras. **XV Encontro Nacional da ABRAPSO**. pp. 01-08, 2009.

GOMES, C.S. et al. Cross-breastfeeding, from negligence to moral virtues: a descriptive study. **Online braz j nurs** [Internet]. v.14, n.3, p.263-74, 2015. Disponível em http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5157/pdf_857

HER MAJESTY'S PRISON SERVICE - HMPS. **Mother and Baby Units**. 2006. Available at: http://www.hmprisonservice.gov.uk/assets/documents/10001BD135_mother_and_baby_units_apr_06.pdf > Acesso em 01 fev. 2016.

HOLTON J. Grounded theory as a general research methodology. **The Grounded Theory Review: An International Journal**. v.7, n. 2, p. 67-89, 2010.

HUANG, K.; ATLAS, R.; PARVEZ, F. The significance of breastfeeding to incarcerated pregnant women: an exploratory study. **Birth**. v.39, n, 2, p. 145-55, 2012.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISONAL STUDIES - ICPS. **World Female Imprisonment List**. 2.ed., 2012. Disponível em http://www.prisonstudies.org/images/news_events/wfil2ndedition.pdf > Acesso em 13 mai. 2016.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISONAL STUDIES - ICPS. **World Prisional Population List**. 9.ed., 2011. Disponível em http://www.prisonstudies.org/images/news_events/wppl9.pdf > Acesso em 13 mai. 2016.

JESUS et al. O significado e a vivência do abandono familiar para presidiárias. **Ciência & Saúde**. v.8, n. 1, p. 19-25, 2015.

LANA, A.P.B. **O livro do estímulo à amamentação: Uma visão biológica, fisiológica e psicológica comportamental da amamentação**. São Paulo: Atheneu, 2001.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. ed. Rev. Atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, G. M. B. et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**. v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013.

LIMA SANTOS, N.; LIMA, A.P., FARIA, L. Escala de abandono aprendido (EAA) revisitada: Estudo no contexto prisional do norte de Portugal. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UFP**. v.4, p.172-184, 2007.

LOPES, R. **Pioneiras de uma mesma história**: O amor materno atrás das grades. 2004. Tese. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2004.

MAIA, A. R.; VAGHETTI, H. H. **O cuidado humano revelado como acontecimento histórico e filosófico**. In: SOUSA, F. G. M.; KOERICH, M. S. (Org.). Cuidar - cuidado: reflexões contemporâneas. Florianópolis: Papa-Livro., p. 15-33, 2008.

MARIANO, G.J.S.; SILVA, I.; ANDREWS, T. Amamentação em ambiente prisional: perspectivas das enfermeiras de uma penitenciária feminina irlandesa. **Revista Iberoamericana de Educación e Investigación en Enfermería**. v.5, n. 3, p. 15-24, 2015.

MARQUES et al. Práticas inadequadas de alimentação complementar em lactentes, residentes em Belém - PA. **Rev Para Med**. v.27, n.2, 2013.

MELO, D.C.; GAUER, G. Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul. **Sau. & Trans Soc.** [Internet], 2011. Disponível em: <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/654>

MILITÃO, L.P.; KRUNO, R.B. Vivendo a gestação dentro de um sistema prisional. **Saúde (Santa Maria)**. v.40, n.1, p.75-84, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, E.M.L.M. et al. Aleitamento materno no sistema penitenciário. **Rev. Enfer. UFPE on line**. V.5, n.8, p.1970-8, 2011. DOI: 10.5205/reuol.1262-12560-1-LE.0508201121

NÓBREGA, F. J. **Vínculo mãe-filho**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

NOVELINO, A. M. Maternidade: um perfil idealizado. **Cad. Pesq.**; v.65, p.21-29, mai., 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n65/n65a03.pdf> > Acesso em: 01 fev. 2016.

OLIVEIRA, A. F. A.; SANTOS, D. S. M.; RIBEIRO, E. S. G. A maternidade no presídio feminino de Aracaju (SE). **Cad. Grad. – Ciências Humanas e Sociais**; v. 11, n. 11, 2010. Disponível em: http://www.unit.br/Publica/2010-1/HS_A_MATERNIDADE.pdf > Acesso em: 25 jan. 2016.

OLIVEIRA, V. S. Presidiária do Amapá: percepção sobre a importância de amamentar. **Macapá**; v.1, n.2, p.127-141, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/viewArticle/262> > Acesso em 14 dez. 2015.

OLIVEIRA, I. M. et al. Saberes maternos sobre a relação entre a amamentação natural e hábitos bucais deletérios. **J Health Sci**, v. 18, n. 2, p.75-9, 2016.

PIMENTEL, E. O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena. **Latitude**, v.7, n.2, p; 51-68, 2013.

PLUGGE, E.; DOUGLAS, N; FITZPATRICK, R. Patients, prisoner or people? Women prisoners' experiences of primary care in prison: a qualitative study. **Br J Gen Pract**, v. 58, p.630-636, 2008.

RIOS, G. S.; SILVA, A. L.. Amamentação em presídio: estudo das condições e práticas no Estado de São Paulo, Brasil. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo; v. 12, n. 3, 2010. Disponível em:
http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000300014&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 01 fev. 2016.

ROWE, A. Narratives of self and identity in women's prisons: stigma and the struggle for self definition in penal regimes. **Punishment and Society**. v.13, n. 5, p. 571-591, 2011.

RUBIN, H. J.; RUBIN, I. S. **Qualitative interviewing**. 2.ed. California: Sage, 1995.

SANTA RITA. R. P. **Mães e crianças atrás das grades**: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, 2006.

SANTA RITA. R. P. Crianças em ambiente penitenciário: Uma análise da experiência brasileira. **Vox Juris**, v.2, n. 1, p. 203-220, 2009. Disponível em:
http://www.ugf.br/editora/pdf/voxjuris_2/artigo7.pdf > Acesso em 27 fev. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. **Censo penitenciário**. www.sap.sp.br. São Paulo, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Planejamento de Saúde. Deliberação CIB 76/2012. **Diário Oficial**.
ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssp/bibliote/informe_eletronico/2012/iels.out.12/Iels205/E_DL-CIB-76_261012.pdf > Acesso em 16 nov. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Defensoria Pública. “**Mães do Cárcere**” – Projeto da Defensoria Pública de São Paulo leva assistência jurídica a mães e gestantes que estão presas no Estado. 2012a. Disponível
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=44372&idPagina=3086> > Acesso em 07 mai. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Mães do cárcere dá assistência à mães e gestantes presas**. Out. Disponível em
<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=223617&c=5000&q=mues-do-curcere-du-assistuncia-a-mues-e-gestantes-presas> > Acesso em 15 fev. 2013a.

SÃO PAULO (Estado). Defensoria Pública. Núcleo Especializado em Situação Carcerária. **Projeto Mães em Cárcere**. Disponível em
<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5536> > Acesso em 07 mai. 2013b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. Área Técnica Saúde no Sistema Penitenciário. **Cartilha Mães no Cárcere**. Disponível em
<http://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/areas-tecnicas-da-sessp/saude-das-populacoes->

privadas-de-liberdade/saude-do-sistema-penitenciario/cartilha-maes-no-carcere > Acesso em 07 mai. 2013c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. **Censo penitenciário**. www.sap.sp.br. São Paulo, 2016.

SCHINCAGLIA, R.M. et al. Práticas alimentares e fatores associados à introdução precoce da alimentação complementar entre crianças menores de seis meses na região noroeste de Goiânia. **Epidemiol. Serv. Saúde**. v.24, n.3, p.465-474, 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300465&lng=en&nrm=iso> Acesso em 13 jul. 2016.

SIMAS, L.; et al. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. **Revista direito GV**. v.11, n.2, 547-572, 2015.

SIQUEIRA, F. P. C. **O significado da amamentação na construção da relação mãe e filho: um estudo interacionista simbólico**. 2012. Tese. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem, 2012.

SHAMAI, M.; KOCHAL, R. B. "Motherhood starts in prison": the experience of motherhood among women in prison. **Fam Process**., v.47, n.3, p. 323-40, 2008. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18831310> > Acesso em 26 nov. 2015.

SHAW, R. Prisoner's children and politics: an aetiology of victimization. **Children and Society**, v.4, p. 315-25, 1990.

SILVA I. A. **Amamentar**: uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios. São Paulo: Editora Robe, 1997.

SILVA, I. A. A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 58, n. 6, p. 641-646, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000600003&lng=en&nrm=iso>. access on 13 June 2016.

SILVA, C.M.S. et al. Feelings and maternal experiences associated with the breastfeeding process. **J Nurs UFPE on line**. v.9, n.8, p.9343-42, 2015. Disponível em http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/7806/pdf_8615

SOUZA, F.I.S. et al. Complementary feeding of infants in their first year of life: focus on the main pureed baby foods. **Rev Med Bras**. v.60, n.231-235, 2014. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302014000300231&lng=en&nrm=iso>. access on 13 July 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9282.60.03.011>.

STERN, P. N. Using grounded theory method in nursing research. In: LEININGER, M. **Qualitative research methods in nursing**. Orlando: Grune & Stratton, Cap.10. p.149-60, 1985

STRAUSS, A. **Qualitative Analysis for Social Scientists**. Cambridge: Cambridge University, 1987.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**. London: Sage, 1990.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**. London: Sage, 1998.

UNITED NATIONS. **United Nations Rules for the Treatment of Women Prisoners and Nond-custodial Measures for Women Offenders (the Bangkok Rules)**. 2010. Disponível em <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2010/res%202010-16.pdf> > Acesso em 23 mai. 2016.

VENANCIO, S.I. et al. Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, e00010315, 2016. Available from <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000300704&lng=en&nrm=iso> Acesso em 13 July 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Evidence for the ten steps to successful breastfeeding**. Geneva: World Health Organization, 1998.

WORLD HEATH ORGANIZATION – WHO. **The optimal duration of exclusive breastfeeding**. Results of a WHO systematic review. Geneva:World Health Organization; 2001.

WORLD HEATH ORGANIZATION - WHO. Europe. **Womens' Health in Prison: correcting gender inequity in prison health**. Denmark, 2009. Available at: http://www.unodc.org/documents/commissions/CND-Session51/Declaration_Kyiv_Women_60s_health_in_Prison.pdf Accessed: 30 jan.2016.

WORLD HEATH ORGANIZATION - WHO. Europe. **Ten things to know about women in prison**. Available: <http://www.euro.who.int/en/what-we-do/health-topics/health-determinants/prisons-and-health/activities/womens-health/10-things-to-know-about-women-in-prison> > Acesso em: 01 fev. 2016.

WOMEN'S PRISON ASSOCIATION - WPA. Institute on women & Criminal Justice. **Mothers, Infants and Imprisonment: A natural look at prison nurseries and community-based alternatives**, 2009. Disponível em www.wpaonline.org > Acesso em 01 mar.2016.

ZIMMERMAN, D. E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento e reconhecimento, na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICE A - Instrumento de coleta de dados

Instituição:		Participante: (iniciais)	
Data:		Hora:	
Estado Civil:		Escolaridade:	
Tipo de parto:		Idade do bebê (meses):	
		Idade da Participante:	
		Ocupação profissional:	
		Número de Filhos:	
1-	Qual o tipo de aleitamento materno praticado?		
	Tipo: ☐ Exclusivo	Se não exclusivo	A- Qual o complemento alimentar utilizado?
	☐ Predominante		
	☐ Complementado		B - De que maneira o complemento é oferecido ao bebê?
	☐ Misto		
2-	Além deste bebê, você já amamentou anteriormente?		
	☐ Sim		☐ Não - Porque?
	A- Quantas crianças?		
	B- Tempo mínimo que amamentou?		
	C- Tempo máximo que amamentou?		
	D- Quantos anos você tinha quando amamentou pela primeira vez?		
	E- Alguma amamentação aconteceu na penitenciária? Quantas?		
3-	De que maneira você recebeu orientações sobre a prática de amamentar?		
	☐ Não recebeu orientação	☐ Conversa com profissional	
	☐ Grupos de gestante	☐ Cartilhas e panfletos	
	☐ Conversa com outras pessoas	☐ Outros	
4-	Você amamentou seu bebê pela primeira vez no:		
	☐ Centro obstétrico	☐ Quarto do hospital	☐ Outro
5-	Com que frequência você amamenta seu bebê?		
	☐ A casa 30 minutos		☐ Livre Demanda
	☐ A cada 1 hora		
	☐ A cada 2 horas		
	☐ A cada 3 horas		
	☐ A cada 4 horas		
	☐ Mais de 4 horas		
6-	Quanto tempo o bebê permanece mamando?		
	☐ Até 5 minutos		☐ Livre demanda
	☐ 5- 15 minutos		
	☐ 15 - 30 minutos		
	☐ 30- 40 minutos		
	☐ 45 – 60 minutos		
	☐ Mais de 60 minutos		
7-	Você enfrentou algum problema com a prática da amamentação?		
	☐ Sim		☐ Não
	Se sim, Quais:	☐ Fissuras e rachaduras ☐ Ingurgitamento mamário ☐ Mastite ☐ Não tinha colostro ☐ Pouco Leite ☐ Muito leite ☐ Leite Fraco ☐ O bebê não queria mamar ☐ Presença de dor na mama ☐ A pega estava ruim ☐ O leite demorou a descer ☐ Outro	
8-	Você utilizou algum produto para te ajudar a amamentar?		
	☐ Sim		☐ Não
	Se sim, Quais?	☐ Concha de silicone ☐ Intermediário de silicone ☐ Protetor de mamilo ☐ Bomba extratora de leite ☐ Lanolina ☐ Outros:	
9-	O seu bebê faz uso de chupeta?		
	☐ Sim		☐ Não
	Se sim, qual a razão:		
	A- Quando foi introduzida?		
	B- O que a levou a oferecer a chupeta ao bebê?		
	C- Em que momento você costuma oferecer a chupeta ao bebê?		

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária (CEPSAP) e da Escola de Enfermagem da USP (CEPEEUSP)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Nome do Voluntário: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____ Cidade: _____ CEP: _____

E-mail: _____

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano, doutoranda em Ciências pelo Programa de Doutorado Interunidades da EEUSP, orientada por Prof^a Dr^a Isília Aparecida Silva, objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1. Título do Trabalho:

Experiências e Significados da Amamentação para mulheres presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo.

2. Objetivo(s):

Compreender os significados da amamentação para mulheres privadas de liberdade e conhecer a forma como o aleitamento materno acontece em ambiente prisional.

3. Justificativa:

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o aleitamento materno em ambiente prisional, auxiliando o desenvolvimento de novos caminhos para assistir a saúde das reeducandas e seus filhos na penitenciária.

4. Método:

O trabalho será realizado por meio de entrevistas agendadas com a participante e o estabelecimento prisional: Uma para conhecer a prática de amamentação das mulheres reeducandas e, depois, entrevistas gravadas em áudio que vai ajudar a pesquisadora a compreender a experiência da amamentação vivenciada na penitenciária.

5. Desconforto ou Riscos Esperados:

Esta pesquisa reconhece a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas e se compromete a conduzir suas ações respeitando-as em todos os aspectos. Não há riscos ou desconfortos previstos para as participantes e a pesquisadora assume a responsabilidade por quaisquer situações não previstas no projeto em decorrência da participação da reeducanda.

6. Informações:

A pesquisadora se coloca a disposição para o esclarecimento de dúvidas quanto aos aspectos do estudo, incluindo a forma como ele será conduzido, os riscos e os benefícios. Também, a pesquisadora se compromete em oferecer informações atualizadas obtidas durante a pesquisa, ainda que esta possa mudar a vontade da reeducanda em continuar participando do estudo.

7. Métodos Alternativos:

Não existem

8. Retirada do Consentimento:

A participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

9. Aspecto Legal:

A pesquisa segue todos os requisitos éticos elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

10. Garantia do Sigilo:

A participante terá garantia de sigilo de sua identidade e das informações coletadas durante o desenvolvimento do estudo.

11. Formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa:

Não está previsto no projeto.

12. Locais da Pesquisa:

	Estabelecimento Prisional
1	Penitenciária Feminina de Campinas
2	Penitenciária Feminina da Capital
3	Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto
4	Penitenciária Feminina Sant' Ana
5	Penitenciária Feminina Pirajuí
6	Penitenciária Tupi Paulista
7	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Feminino
8	Penitenciária Feminina II de Tremembé
9	Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé
10	Centro de Progressão Penitenciária “Drª Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan

13. Nome Completo e telefones dos Pesquisadores para Contato:

Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano

Telefone: 555- (11) 96696-2403

14. Endereço dos Comitês de Ética:

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – São Paulo – SP CEP:05403-000. Fone: (11) 3061-7548. E-mail: edipesq@usp.br

Secretaria de Administração Penitenciária

Rua Líbero Badaró, nº 600 5º andar - Sala do Comitê de Ética - São Paulo – São Paulo CEP: 01008-000. Fone: (11) 3775-8108 Ramal 208. E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

15. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

_____, de ____ de 201__.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Instituição

2ª via: Voluntário

3ª via: Pesquisadora

APÊNDICE C - Temas, categorias e subcategorias

TEMA 1 - BUSCANDO REMISSÃO PELA MATERNIDADE

Lidando com sua pena

Vivendo em um inferno

Tendo medo da violência entre as presas
Constatando que há coisas ruins na cadeia
Sentindo que está vivendo em um inferno
Afirmando que viu muita injustiça na prisão
Afirmando que viu muita maldade na prisão
Não conseguia se alimentar quando chegou na prisão
Achando a prisão diferente do que imaginava
Vivendo uma experiência diferente
Sentindo tristeza por estar presa há três anos
Não estando preparada para a prisão por ser inocente
Não querendo voltar para a prisão novamente
Sentindo-se esquecida pelo sistema
Acreditando que não existe por estar presa
Sentindo que está numa cadeia
Sentindo-se mal no ambiente da prisão
Sentindo vontade de morrer por estar presa
Tendo conflitos com as presas
Percebendo que há pessoas ruins no pavilhão
Se sentindo sufocada com as brigas entre as presas
Tendo que lidar com as presas "atacantes"
Se isolando para não participar das coisas ruins

Reconhecendo seus erros

Reconhecendo os atos que a levou para a prisão
Arrependendo-se do erro que cometeu
Reconhecendo o mal que fez a si mesma se envolvendo com drogas
Responsabilizando-se pelas consequências de seus atos
Lamentando ter cometido erros

Sendo algemada na frente de sua mãe
 Querendo ter morrido quando viu sua mãe chorando no momento de sua prisão
 Sentindo vergonha de estar presa
 Acreditando que tudo dá errado na sua vida
 Lamentando ter sido envolvida no crime por sua amiga

Vivendo a solidão

Resignando-se pela ausência dos familiares
 Percebendo que sentia-se sozinha na prisão
 Não recebendo visita
 Não recebendo visita (custo e distância)
 Não podendo ser visitada pelo marido (fugitivo do sistema/preso)
 Não querendo que o marido seja humilhado na entrevista
 Não querendo que a família a veja presa
 Estando distante da família e filhos
 Sentindo saudade dos filhos
 Sentindo falta do marido
 Sentindo falta da avó
 Sentindo falta da filha falecida

Sentindo-se desamparada

Sentindo-se desamparada pela mãe
 Sentindo-se abandonada pela família
 Tentando contato com a família por carta
 Recebendo de volta a carta enviada
 Sofrendo ao ver as colegas receberem visitas

Buscando a gravidez para preencher vazios

Engravidando para ocupar vazios na vida
 Engravidando na prisão para preencher o vazio deixado pela separação dos filhos
 Engravidando na saída temporária da penitenciária
 Engravidando para manter o vínculo com o marido
 Afirmando que o marido queria ter um filho
 Engravidando para largar as drogas antes da prisão

Acreditando que a gravidez foi uma obra de Deus para mudar sua vida
 Afirmando que queria parar com tudo quando engravidasse

Estando grávida na prisão

Sendo presa grávida
 Descobrindo a gravidez na cadeia
 Não aceitando a gravidez por estar presa
 Afirmando que não era dessa maneira que planejava ter o primeiro filho
 Lamentando ter sido presa no final da gestação
 Aceitando a criança após o nascimento
 Sentindo-se feliz ao descobrir a gravidez na prisão

Decidindo se o filho fica na prisão

Recolhendo elementos para a tomada de decisão

Não tendo certeza do que seria melhor para a criança
 Estando indecisa se ficava com a criança durante a gestação
 Estando indecisa após o nascimento
 Refletindo se ficaria ou não com a filha na prisão
 Pensando em entregar a criança durante a gravidez
 Dizendo que pensou em não ficar com a criança
 Afirmando que pensou em entregar a criança
 Utilizando experiência anterior com a maternidade na prisão para decidir se vai ficar com a criança
 Querendo conversar com os pais para decidir
 Ouvindo sua mãe falar dos benefícios da unidade
 Ouvindo de outras presas que a unidade especial era boa para as crianças
 Ouvindo de outras presas que a atenção em saúde era melhor na unidade especial

Tendo medo de privar o filho de uma vida "normal"

Se sentindo culpada pela criança não conhecer sons de animais e carros
 Lamentando que não poderá mostrar a rua para a filha
 Acreditando que vai impedir o filho de ir fazer coisas normais: ir ao parque e ver outras crianças
 Tendo receio de privar a criança de alimentos infantis

Sabendo que o marido achava que o filho ia sofrer pelo apego à mãe
 Tendo medo de fazer o filho sofrer
 Tendo medo de fazer a filha sofrer na prisão
 Tendo medo do bebê adoecer na prisão
 Sabendo que na ala "amamentação" é mais difícil para levar a criança no hospital devidos aos trâmites
 Acreditando que a prisão não é lugar de criança
 Acreditando que prisão não é lugar para o seu filho

Beneficiando o filho e a si mesma com a maternidade

Sentido-se capaz de cuidar do filho
 Decidindo manter a criança consigo
 Não deixando a família levar a criança
 Sentindo que o filho precisa dela
 Sentindo que o filho precisa da mãe
 Acreditando ser melhor a criança ficar com ela, mesmo sendo na prisão
 Acreditando que a criança não sofre por estar com ela
 Sentindo que o bebê é o mais importante
 Acreditando que tem que cuidar da filha por ser mãe
 Sentindo que é mãe da criança e precisa cuidar da filha
 Reconhecendo que a criança tem mãe para cuidar dela
 Acreditando que também é ruim para o filho ficar longe da mãe
 Acreditando que prejudica o filho ficando com ele ou deixando-o sair da prisão (É tudo ruim)
 Afirmando que o lugar é ruim, mas é onde a criança tem a mãe
 Afirmando que o lugar é ruim, mas é onde a criança tem o peito
 Acreditando que garante o bem-estar do bebê por pelo menos seis meses
 Afirmando que a criança vai ficar com a mãe
 Acreditando que ficando com ela o filho vai ter mãe
 Afirmando que ficou com a filha para amamentar
 Ficando com a criança para amamentá-la
 Lá fora a criança não teria peito
 Sentindo que precisa da filha
 Ficando com a filha para ser mãe (1ª filha)
 Não querendo ver o filho longe dela (por isso decidiu ficar com ele)

Não querendo deixar o filho com outra pessoa
 Não confiando na sogra para cuidar da filha (bebê 10 dias)
 Dizendo que a criança pode conhecer a rua e a família depois
 Se fosse pelo lugar ela já teria entregue a criança
 Ficando com a criança por saber da existência de uma unidade especial
 Priorizando a relação de mãe e filha ao decidir ficar com a criança
 Não entregando pelo vínculo maternal
 Ficando com a criança pelo amor de mãe
 Observando que o filho foi ficando sem ela ter tomado uma decisão

Protegendo o filho e a si com o aleitamento

Amamentando para proteger o filho

Amamentando porque sabe que é bom para o filho
 Amamentando porque é bom para seu filho
 Acreditando seu peito é o melhor que pode dar ao filho
 Acreditando que o leite materno é o melhor leite para seu filho
 Acreditando que seu leite é forte
 Validando os benefícios do leite com o médico
 Relacionando a boa saúde dos filhos à amamentação
 Gostando do resultado da amamentação (pelo ganho de peso do filho)
 Acreditando que a criança que toma mamadeira não "rola" como a que é amamentada pela mãe
 Amamentando para deixar a criança forte
 Acreditando que a criança cresce forte e esperta por ter sido amamentada
 Amamentando para a criança ir bem na escola
 Acreditando que seu leite defende a criança contra doenças
 Amamentando com medo do filho ficar doente na prisão
 Amamentando para proteger a criança
 Acreditando que a amamentação protege o filho contra o ambiente prisional
 Acreditando que seria maldade não amamentar o filho
 Acreditando que estando com o filho ela tem que amamentar
 Acreditando que está com o filho para cuidar e amamentar
 Acreditando que se não amamentasse, o filho não precisaria ficar com ela

Sentindo-se protegida ao amamentar

Sentindo-se valorizada

Sentindo que a amamentação é uma demonstração de amor *do filho pela mãe*

Sentindo-se mais amada quando amamenta o filho

Sentindo-se amada com a troca de olhares durante a amamentação

Emocionando-se ao ser olhada pelo filho durante a amamentação

Sentindo-se amada ao ser tocada pelo filho durante a mamada

Sentindo-se querida ao ser procurada pelo filho para mamar

Gostando que a filha a procure para mamar

Sentindo-se importante para a filha quando é procurada para mamar

Sentindo-se mais próxima do filho

Querendo amamentar por ser este o único elo entre mãe e filho

Sentindo que se aproxima do filho ao amamentar

Sentindo que apegar-se ao filho ao amamentá-lo

Acreditando que a amamentação permite que o bebê a conheça desde pequenino

Sentindo que o filho precisa dela durante a amamentação

Sentindo-se completa amamentar

Sentindo que amamentar o filho é tudo para ela

Sentindo que amamentar é tudo

Afirmando que amamentar o filho lhe dá forças

Sentindo que amamentar é o melhor momento do dia

Sentindo paz ao amamentar

Sentindo-se segura ao amamentar

Amamentando para sentir-se mãe

Não se sentindo mãe até a descida do leite

Passando segurança para a filha ao amamentá-la

Amamentando por gostar

Não se sentindo obrigada a amamentar o filho

Sentindo que gosta de amamentar

Gostando de amamentar

Gostando de poder amamentar a todo momento

Acreditando que tem leite suficiente para seu filho

Sabendo que tem leite suficiente para amamentar seu filho
 Não tendo palavras para descrever o que é amamentar
 Não sabendo explicar o que sente ao amamentar
 Sentindo que amamentando a sua vida é do filho
 Sentindo que dá vida à filha quando amamenta
 Descrevendo a amamentação como carinho, amor, afeto
 Sentindo que dar mamar é uma benção de Deus
 Querendo amamentar por dois anos
 Achando fácil amamentar
 Achando bonito amamentar

Vivendo um novo modelo de maternidade

Vivendo para o filho

Tendo oportunidade de cuidar do filho
 Sentindo que tem uma chance de cuidar bem do filho
 Tendo chance de dar carinho de mãe
 Tendo a oportunidade de amamentar o filho
 Sentindo que pode "viver para o filho"
 Constatando que tem apenas o filho para cuidar
 Não tendo mais nada para fazer além de cuidar do filho
 Observando que cuida do filho porque é "a única coisa que tem para fazer"
 Tendo uma boa experiência de ser mãe na prisão
 Agradecendo a permissão de cuidar da filha

Percebendo o apego mas intenso da criança

Percebendo que seu bebê lhe cobra amor e carinho
 Percebendo que sua filha não vai no colo de ninguém
 Observando que sua filha chora no colo de outra pessoa
 Percebendo que o filho só se acalma no peito
 Gostando do comportamento de apego do filho
 Sentindo que os outros filhos não eram grudados como é o caçula
 Acreditando que não seria tão apegada à filha fora da prisão (outras pessoas para ajudar)

Sentindo prazer na maternidade

Dormindo com o bebê para não ficar longe
Sentindo felicidade ao observar o sono do filho
Acordando o filho para ficar com ela
Dormindo com o filho
Acordando com o filho
Almoçando com o filho todos os dias
Aproveitando todo o tempo com o filho
Gostando de ficar com o filho o tempo todo
Gostando de estar com a filha dia e noite
Gostando de estar com o filho
Não sabendo o que faria sem a filha
Gostando de cuidar do filho
Sentindo prazer em ver o filho crescer
Sentindo que o prazer de estar com a criança não se compara a nada
Afirmando que o benefício de estar com a criança é o sentimento de mãe
Acreditando sentir amor apenas pela filha
Sentindo "amor maior que tudo" pela filha
Não pensando na filha mais velha como pensa na mais nova (embora o amor seja o mesmo)
Sentindo que é mais mãe do filho caçula do que dos outros
Sentindo-se mais apegada por pena de estar com a filha na prisão
Tendo os mesmos sentimentos pelos filhos
Sentindo que a filha é tudo para ela
Acreditando não ser nada sem a filha
Não se imaginando sem a filha

Comparando esta experiência com a dos outros filhos

Tendo que dividir atenção com os outros filhos
Tendo outras coisas para fazer quando amamentou os outros filhos
Tendo outros filhos para cuidar quando não está presa
Tendo os cuidados da casa para fazer
Recebendo ajuda financeira da mãe para conseguir continuar amamentando seus filhos
Reconhecendo a ajuda da mãe para cuidar de seus filhos
Constatando que os outros filhos foram cuidados por sua mãe

Afirmando que não poderia fazer tudo para o caçula se estive em liberdade

Desejando ser boa mãe

Projetando-se "mãe" fora da penitenciária

Afirmando que a experiência de ser mãe não está sendo como ela sonhava

Acreditando que ninguém deveria ser mãe na prisão

Querendo ser um exemplo para o filho

Querendo viver para o filho

Querendo fazer tudo pelo filho

Querendo poder cuidar do filho fora da prisão

Querendo trabalhar e cuidar do filho

Não querendo mais cometer erros com os filhos

Querendo fazer o filho sentir orgulho dela

Querendo ser bom exemplo de mãe para o filho

Comparando-se com sua mãe

Afirmando que sua mãe nunca pensou nela (usava drogas na sua frente)

Não querendo ser como sua mãe foi para ela

Tendo boa relação com a mãe

Constatando que sua mãe batia muito nela

Constatando que sua mãe a obrigava a pedir dinheiro para outras pessoas

Tendo medo de sua mãe quando criança

Acreditando que é diferente de sua mãe

Não querendo bater em seu filho

Querendo dar tudo para o filho

Querendo que o filho não tenha que trabalhar tão cedo

Tendo a pena abrandada

Tornando os dias mais fáceis

Acreditando que o pavilhão é pior por não ter com o que ocupar a cabeça

Se não fosse pelo bebê estaria desesperada para trabalhar porque os dias não passam na prisão

Percebendo que cada dia é diferente na unidade especial

Não se sentindo mais sozinha

Afirmando que sentia-se sozinha antes do nascimento do filho

Não tendo que viver mais só para si mesma
Recebendo carinho do filho
Tendo amizade da criança
Sentindo que não está tão presa (pelo bebê)
Não se sentindo presa durante os seis meses
Percebendo que os dias passam rápido (ocupação do tempo)
Acreditando que a prisão seria difícil se não tivesse a filha com ela
Afirmando que a presença da criança torna os dias mais fáceis

Tendo a presença da família

Percebendo que a família ficou mais próxima após o nascimento do bebê
Recebendo visita da mãe e da filha mais velha
Recebendo visita de familiares
Recebendo visita do marido a cada 15 dias
Recebendo visita do pai da criança
Tendo o apoio da família (família acredita em sua inocência)
Percebendo que o marido fica feliz quando está com a filha

Preenchendo os vazios

Sentindo gratidão pela filha (querendo fazer tudo por ela em troca)
Agradecendo a filha por estar ajudando-a (momento difícil)
Sentindo que deve tudo à filha
Tendo o filho no momento que mais precisava para amenizar seu sofrimento
Sentindo que o filho preencheu todo vazio que tinha
Sentindo que a filha ameniza a saudade dos filhos
Afirmando que teria cometido suicídio se não tivesse o filho
Afirmando que não estaria mentalmente sã sem a criança ao seu lado
Acreditando que a mudança acontece na cabeça (as coisas ruins continuam à sua disposição)
Sentindo-se feliz por ter a criança

Tendo uma razão para mudar de vida

Sentindo que essa filha foi capaz de mudá-la (dessa vez é diferente)
Constatando que só queria farrear antes de ter a filha
Percebendo que só a filha foi capaz de fazê-la mudar de vida (primeira filha)

Sentindo-se feliz e triste ao mesmo tempo
Sentindo que tem a vida de volta
Mudando seus planos pelo apego ao filho
Sentindo que tem o filho para cuidar e se preocupar quando sair da prisão
Sentindo que reconstruiu sua vida
Tendo a vida mudada pela filha
Observando que a criança a fez acordar para a realidade
Afirmando que a criança mudou sua maneira de pensar
Dizendo que sem a criança só pensava em fazer coisas ruins
Não querendo mais viver como antes
Afirmando que a filha a afastará das amizades ruins
Primeira vez que não pensa em fazer coisas ruins ao sair da prisão
Dizendo que a criança mudou sua forma de pensar
Querendo fazer alguma coisa de bom
Querendo começar a vida do zero
Querendo mudar de vida
Querendo mudar de vida ao sair da prisão
Querendo dar um rumo diferente para a vida
Sendo salva dos pensamentos ruins pelo filho
Sentindo que foi salva pelo filho (da vida que levava)
Sentindo-se curada pela presença da criança
Sentindo-se mais responsável por ter a filha
Sentindo que a filha a ensina como ser responsável
Tendo esperança que a vida continue
A criança a faz ter fé
Estando de volta aos caminhos de Deus
Sentindo que não está tudo acabado porque tem o filho
Ganhando paz com o filho
Ganhando coragem para enfrentar a prisão
Afirmando que é o filho que lhe dá força na prisão
Ganhando força para enfrentar a prisão
Não querendo voltar a viver essa experiência na prisão

TEMA 2 - VIVENDO MAIS UMA CONDENAÇÃO

Vivendo o prenúncio da separação

Não estando pronta para separar-se do filho

Sentindo que vão tirar o filho dela a qualquer momento

Sentindo que vão tirar o filho dela

Sentindo que a qualquer momento o filho pode ser tirado dela

Sentindo que está difícil ter que separar do filho

Sentindo vontade de agarrar a filha

Querendo esconder a filha para evitar a separação

Reconhecendo que a única coisa ruim ficar com o filho é a separação

Sofrendo pela separação a qualquer tempo

Pensando todos os dias na separação

Pensando na separação ao dormir e acordar

Afirmando que seu sofrimento independe da idade da criança (tempo todo)

Pensando na separação por volta de três meses de vida da criança

Sofrendo mais ao aproximar-se do sexto mês

Pensando na separação no primeiro mês de vida da criança

Pensando na separação já durante a gravidez

Pensando na separação após o nascimento

Pensando na separação já na maternidade

Não querendo pensar na separação

Afirmando não ter pensado na separação quando decidiu ficar com a filha

Não pensando na separação quando decidiu ficar com o filho

Não considerou a separação quando decidiu ficar com a criança

Não querendo pensar na separação para não sofrer

Evitando pensar na separação

Sentindo-se desesperada quando pensa na separação

Não sabendo o que fazer sem o filho

Antecipando o sofrimento do filho longe dela

Acreditando que a criança não terá o mais importante: A mãe

Dizendo que fora da prisão o filho não terá peito
 Acreditando que a criança vai querer o colo da mãe
 Não querendo que a filha sofra longe dela
 Acreditando que a criança vai sofrer longe dela
 Sentindo que a criança vai sofrer pela ausência da mãe

Convivendo com o clima de separação

Sofrendo mais pelas conversas entre as presas (assunto separação)
 Não querendo ouvir conversas sobre a separação
 Querendo ficar sozinha para pensar (isolar-se das presas)
 Acreditando que sofre mais conversando sobre a separação com as colegas
 Dizendo que as presas só falam sobre a separação
 Percebendo que as presas só choram (separação)
 Pensando mais na separação quando está sozinha
 Chorando quando a tranca de sua cela fecha
 Não tendo distração quando está trancada em sua cela
 Pensando na separação com sofrimento quando a tranca de sua cela fecha
 Pensa na separação quando deita para dormir a noite
 Sentindo que dói pensar em ficar sem o filho
 Dizendo que não há como não pensar na separação
 Tendo a fé balançada
 Pensando que sua hora de entregar a criança vai chegar
 Tentando não participar das conversas sobre a separação
 Sofrendo mais por testemunhar o sofrimento das demais mães ao entregarem seus filhos
 Trancando-se na cela quando acontece uma separação
 Achando triste ver mãe e filho chorando na separação

Querendo ficar com o filho

Cada dia é contado como um dia a menos
 Querendo ganhar tempo
 Não querendo entregar a criança aos seis meses
 Não deixando que levassem seu filho aos seis meses
 Querendo continuar ensinando coisas ao filho
 Acreditando que sairá com o filho aos seis meses

Querendo ir embora com a criança
 Querendo ficar com o filho por mais tempo
 Esperando que possa ficar com a criança por mais tempo
 Tendo fé que sairia para prisão domiciliar
 Esperando que o tempo mude a sua situação
 Tendo fé que vai embora com seu filho
 Querendo ficar mais tempo com a criança para amamentá-la
 Não querendo que os dias passem para ficar mais tempo com o filho
 Não querendo que o filho saia sem ela
 Não querendo entregar o filho para o abrigo
 Não querendo entregar a filha para a sogra

Temendo o destino da criança

Não confiando na família para cuidar do filho

Sofrendo pela separação mesmo que a criança fique com a família
 Não confiando no pai para cuidar da criança
 Acreditando que cuida muito bem da filha
 Ninguém ama seu filho mais do que ela
 Não confiando na mãe para cuidar de seu filho
 Querendo entregar o filho pessoalmente na casa da família para ensinar os cuidados
 Observando que sua mãe não é mãe de seu filho
 Afirmando que a filha é alegre por estar com ela

Sofrendo por não ter a família para cuidar do filho

Não tendo contato com a família
 Sendo mais difícil lidar com a separação por não ter família
 Não tendo o apoio da família para cuidar de seu filho
 Não tendo o pai da criança para assumir seus cuidados
 Tendo que entregar para o abrigo
 Sofrendo pela separação porque a criança vai para um abrigo
 Se preocupando com os cuidados do filho no abrigo
 Preocupando-se com a alimentação da criança no abrigo
 Preocupando-se com a saúde da criança no abrigo

Esperando por um milagre

Não achando justo que outras presas possam ficar com a criança por mais tempo
 Esperando que um milagre impeça a separação de seu filho
 Tendo dúvida se vai conseguir mudar sua situação
 Tendo esperança que algo impeça a separação de seu filho aos seis meses
 Tendo fé que algo evite a separação de seu filho
 Não desistindo de lutar

Antecipando a separação com o desmame

Tendo que desmamar

Sofrendo ao ser orientada a desapegar do bebê para desmamá-lo
 Sendo orientada a desmamar pelas colegas
 Sendo orientada a iniciar o desmame aos quatro meses
 Sendo solicitada a desmamar para entregar o filho
 Desmamando por ter que se separar do filho
 Sendo lembrada de que o filho vai embora e é preciso desmamá-lo
 Se sentindo pressionada a desmamar
 Não querendo ser pressionada a desmamar
 Sendo forçada a parar de amamentar
 Acreditando que não suportará o desmame (dizendo que a filha é a vida dela)
 Sentindo-se torturada ao ouvir que precisa desmamar

Não querendo desmamar

Não querendo desmamar (e separar-se da criança)
 Querendo amamentar por mais tempo como fez com os demais filhos
 Desejando amamentar pelo tempo que a criança quiser
 Querendo amamentar por mais tempo
 Sentido-se triste por ter que desmamar
 Sentindo pesar por ter que jogar leite materno fora
 Querendo mais tempo para desmamar
 Ouvindo do pediatra que deveria amamentar por seis meses
 Não vendo razões para desmamar
 Não querendo desmamar pela ligação com o filho
 Não querendo desmamar porque espera um milagre
 Amamentando na esperança de que algo mude

Desmamando aos poucos na esperança de ficar mais tempo com a criança

Insistindo para o filho mamar

Não gostando de dar mamadeira com receio da criança desmamar

Sentindo dificuldades para desmamar

Não sendo preparada para o desmame

Não recebendo fórmula infantil suficiente para desmamar a criança

Ouvindo sua mãe dizer para oferecer leite de saquinho ao bebê (usado pelas presas)

Se recusando a oferecer leite "de saquinho" para o filho

Observando que a criança não aceita a mamadeira

Tendo medo de empedramento na mama

Tendo o peito dolorido

Acreditando que quando sente dor na mama é sinal que a criança sente falta de seu peito

Não conseguindo desmamar antes da separação

Utilizando a chupeta para ajudar no desmame

Constatando que a criança não quer chupeta no lugar do peito

Afirmando que o filho é apegado ao peito

Se afastando do filho para evitar amamentá-lo (ajudando o desmame)

Sentindo que faz o filho sofrer com o desmame

Evitando o sofrimento do filho

Não desmamando para evitar o sofrimento do filho

Afirmando que o filho é apegado ao peito

Observando que a criança sempre quer o peito

Tendo medo de desmamar pelo apego do filho

Sentindo que vai fazer o filho sofrer ao desmamá-lo

Acreditando que vai causar danos à saúde da criança ao privá-la do leite materno

Não querendo que o filho sofra

Lembrando que fez outro filho sofrer por ter sido presa e separada dele durante a amamentação

Desmamando para evitar o sofrimento do filho

Não querendo que o filho sofra por não tê-lo desmamado antes da separação

Sentindo-se obrigada a desmamar para evitar o sofrimento do filho

Sentindo que o filho sofrerá fora da prisão se não for desmamado

A criança não vai querer comer no abrigo por não ter sido desmamada com antecedência

Repetindo a si mesma que precisa desmamar (pensando na criança)

Sentindo que a criança vai sofrer mais se ela não desmamar

Tentando preparar a criança para ficar sem seu peito

Considerando que a criança não sofreria com o desmame se pudesse ir embora com a filha

Percebendo suas perdas

Sentindo medo de perder os vínculos familiares

Sentindo medo de perder o vínculo com o filho

Reconhecendo o direito de ver o filho após separação

Sentindo que terá outro filho tirado dela por estar presa

Sendo separada dos filhos quando foi presa

Não achando justo perder mais um filho

Tendo medo de perder a filha

Tendo medo de perder o vínculo com o filho

Não querendo ficar sem ver a criança

Sabendo de mães que nunca mais viu o filho após a separação

Afirmando que há mães que não veem os filhos há mais de três meses

Receando não ver mais a criança nas visitas

Sente-se impotente por não poder impedir o pai de levar a criança para outro país

Tendo medo de não conseguir a guarda da criança de volta

Não querendo passar o filho para o colo de alguém que não vai devolvê-lo

Não sabendo como vai tirar a filha do abrigo

Tendo medo do filho ser adotado

Tendo medo da criança ser encaminhada para adoção

Tendo medo de não ser reconhecida pelo filho

Tendo medo de não ser tratada como mãe pela filha

Pressentindo o abandono pelos familiares

Tendo medo de perder a família (não ser mais visitada, pena longa)

Acreditando que será abandonada pelo marido após a entrega do filho
Tendo medo de ser abandonada
Tendo medo do marido arrumar outra mulher
Acreditando que o marido jovem e bonito não ficaria do lado de mulher presa
Acreditando que o filho mantém o marido nas visitas
Percebendo que o marido mudou com ela
Afirmando não ter condições de manter o relacionamento com o marido por estar presa
Acreditando que homem não fica ao lado da mulher presa

Sentindo-se destruída

Antecipando a falta de ter o filho no colo
Acreditando que vai sentir falta
Perdendo a vida ao perder o filho
Sentindo que vai faltar um pedaço de si
Sentindo um vazio
Sentindo que é muito sofrimento ficar sem o filho
Sentindo tristeza pela separação
Sentindo que seu coração vai embora com o filho
Antecipando a falta de não poder amamentar a criança
Não tendo ninguém para sorrir para ela
Não tendo ninguém para fazer carinho nela
Lamentando não mais poder dormir e comer com a criança
Sentindo apenas dor no coração
Sentindo que dói demais
Acreditando que só quem tem filho sabe o quanto dói separar-se dele
Acreditando que vai ser dolorido entregar o filho
Afirmando que está sofrendo com o filho
Sofrendo muito
Estando desesperada pela separação do filho
Tendo vontade de chorar o tempo todo
Tendo vontade de ficar deitada o tempo todo
Não tendo vontade de sair da cela
Sentindo-se angustiada
Preferindo morrer a ter que entregar o filho

Sentindo vontade de morrer pela separação
Não querendo ficar sozinha (sem o filho)
Lamentando que não terá mais o filho
Lamentando que não terá a companhia diária do filho
Afirmando que não desgruda do filho
Acreditando que a prisão será ruim por não ter o filho
Perdendo a única alegria que tem
Sentindo que estão tirando seu alicerce
Sentindo que não será a mesma sem a criança
Não sabendo o que será dela quando a separarem de seu filho
Sentindo que vai enlouquecer se perder a filha
Sentindo que estará acabada
Sentindo-se destruída ao pensar na separação
Observando que perderá a força e a coragem
Afirmando que não terá vontade de sair no benefício temporário
Sentindo que precisará ser forte
Sentindo que faz o filho sofrer com o seu próprio sofrimento
Desejando que outras mães nunca sintam a sua dor
Acreditando que nenhuma mãe deveria sentir essa dor
Sentindo-se castigada por Deus por ter que se separar do filho
Acreditando que é um castigo estar com a filha na prisão
Acreditando que vai morrer quando se separar do filho
Sentindo que perder um filho é um castigo
Acreditando ser um castigo se tiver que ainda ter que entregar a filha
Tendo a filha tirada dela no momento que mais precisa
Sentindo que vão arrancar a filha de seus braços
Acreditando que terá um desequilíbrio mental

Tendo medo de enfrentar a sua pena

Acreditando que aquele "não é lugar para gente, é para animal"
Tendo que retornar para um lugar horrível
Voltando para "aquele lugar"
Sentindo que sem a criança "tudo vira inferno"
Tendo medo de ter que ir para o pavilhão

Tendo pena longa para cumprir
 Acreditando que vão matá-la se for para o pavilhão
 Ouvindo as presas dizer que há muitas atacantes nos pavilhões
 Voltando a ser tratada "como cachorro"
 Sentindo medo de ficar sozinha na prisão
 Sentindo-se acostumada com o filho
 Observando não terá o filho no pavilhão, como teria na "amamentação"
 Acreditando que sem o bebê ela viverá os piores dias por ser inocente e estar sem o filho
 Não sabendo quando vai sair da prisão
 Não tendo perspectiva de quando será sua audiência
 Sofrendo por não saber o que vai acontecer com sua situação prisional
 Tendo medo de não sair da prisão
 Tendo medo da justiça falhar
 Tendo medo de não conseguir provar sua inocência
 Tendo medo de ser sentenciada
 Tendo medo de ser esquecida na prisão
 Tendo medo de ser esquecida na prisão sem sua filha
 Tendo medo de sair da unidade especial (e ir para o pavilhão)
 Tendo medo da demora da justiça na resolução de seus problemas
 Tendo medo de não ter nada para fazer na prisão depois da separação
 Acreditando não ter com o que ocupar a cabeça na prisão
 Acreditando que não terá como ocupar a cabeça para não pensar em coisas ruins
 Acreditando que não terá com o que ocupar a cabeça para não brigar com as presas
 Acreditando que sem a criança tudo é difícil na prisão
 Sentindo que o tempo não passará sem a criança

Evitando qualquer separação com o filho

Evitando a separação precoce e/ou transitória

Protegendo seu filho dos riscos do ambiente

Protegendo o filho contra a fumaça do cigarro
 Evitando que o filho adoça e saia do presídio sem ela
 Querendo evitar adoecimento da criança observando a qualidade dos alimentos que ela come
 Evitando o contato de seu filho com outras crianças

Escolhendo amamentar exclusivamente para não dar a papinha (medo da criança ficar doente e ser separada dela)

Amamentando para evitar que a criança fique doente

Cuidando de sua saúde para proteger a qualidade de seu leite (e saúde do filho)

Amamentando a filha da colega para que não seja oferecido leite artificial e a criança adoça

Aconselhando as colegas a amamentarem para manterem a saúde de seus filhos

Tendo boa conduta na prisão

Dizendo na unidade a prioridade são as crianças

Aqui não é cadeia normal (falando do comportamento das presas)

Afirmando que não há espaço para brigas por ser um lugar de criança

Aconselhando as colegas a respeitarem as crianças

Cobrando respeito às crianças

Aconselhando as colegas a valorizarem as crianças

Buscando o respeito mútuo para o bem estar da criança

Preocupada com as crianças e não com as colegas

Sentindo que não tem direito de falar o que quer por estar presa

Tendo que fazer tudo certinho para sair da prisão com o filho no colo

Fazendo tudo do seu jeito para não perder a criança antes do sexto mês

Se isolando na cela com a criança para se proteger das brigas

Afirmando que as crianças sentem e reagem mal às brigas

Evitando a separação a termo

Buscando alternativas legais

Ancorando-se na lei para conseguir ficar com seu filho

Buscando o programa Mães do Cárcere

Contando com a Lei de 1/6

Querendo reversão de pena para prisão domiciliar

Planejando confessar seu crime para diminuir a pena

Esperando resposta de sua liberdade provisória

Esperando Habeas Corpus

Tendo esperança de marcarem sua audiência

Buscando pessoas que possam ajudá-la

Buscando transferência para unidade onde conhece a diretora

Negociando ampliar a permanência da criança com a assistente social

Querendo falar com o juiz para convencê-lo a ampliar a permanência da criança na prisão

Tendo esperança de que o juiz a veja como um caso diferente das demais presas

Acreditando que o juiz a deixará ir embora com a criança

Confiando que o advogado vai tomar providências para impedir a separação de seu filho

TEMA 3 - AVALIANDO A EXPERIÊNCIA DE TER FICADO COM O FILHO

Avaliando a unidade especial

Reconhecendo que está em um lugar melhor

Podendo respirar (simbólico, ganhou ar!)

Afirmando que ficaria na "amamentação" se pudesse escolher

Acreditando que o pavilhão comum é pior

Tendo tudo que precisa na unidade especial (tendo recursos)

Afirmando que no pavilhão só usava o pátio por meia hora

Afirmando que pode usar o pátio por mais tempo na "amamentação"

Acreditando que tem a saúde melhor na "amamentação"

Tendo menos problemas de saúde

Lamentando que fora da prisão o filho não pode ter tudo que tem na prisão

Constatando que não pode dar sempre ao filho o que ele tem na prisão

Recebendo toda atenção da unidade prisional

Tendo água quente a toda hora

Não tendo que dormir no chão

Tendo televisão na prisão para o filho

Afirmando que a criança tem o que precisa (como teria em casa, berço)

Constatando que o filho não sofre privações

Avaliando que não é um lugar tão bom

Desaprovando a alimentação da unidade

Não gostando do sabor da comida

Sentindo falta de doces

Não tendo boa alimentação para amamentar

Crendo que a comida que recebe é fraca e não permite a produção de leite materno que sustente a criança

Sentindo medo de não ter leite devido a comida da penitenciária

Acreditando que a comida que recebe não oferece as vitaminas necessárias ao leite materno

Afirmando que a papinha das crianças chega queimadas

Não tendo fruta para as crianças

Não sendo um lugar para criança

Não tendo ventilação

Achando ruim enfrentar o calor com a cela trancada

Sentindo muito calor na cela

Acreditando não é um lugar para crianças

Acreditando que na prisão não deveria ter insetos

Acreditando que na prisão não deveria ter calor excessivo

Não tendo um lugar adequado para brincar

Não tendo brinquedo para as crianças

Vendo o filho brincar com saco plástico

Dizendo que na prisão a criança só tem o pátio e as outras crianças para brincar

Achando a unidade ruim para a criança

Achando o lugar horrível para a criança

Acreditando que não poderia haver lugar assim para crianças

Acreditando não ser um lugar para crianças

Não tendo tudo que a criança precisa

Afirmando que o filho sofre privações materiais

Implorando por fraldas extras

Tendo que fazer faxina para conseguir um talco e shampoo para crianças

Tendo que fazer faxina para conseguir produtos

Afirmando não ter atenção de saúde para o filho

Avaliando as relações com as colegas

Vivendo no céu

Acreditando que as relações são melhores que no pavilhão

Acreditando que as presas da unidade especial são mais leves

Na "amamentação" é mais tranquilo
 Afirmando que na unidade especial as presas só pensam nas crianças
 Gostando da unidade especial por ter menos presas
 Ainda bem que aqui são poucas presas
 Agora está melhor do que antes
 Sentindo-se no céu
 Achando mais fácil lidar com as colegas da unidade especial
 Tendo bom relacionamento com as colegas
 Achando a "ala amamentação" boa por dar um respiro

Vivendo relações solidárias

Afirmando que na unidade especial as presas respeitam as crianças
 Ajudando as colegas a cuidarem de seus filhos
 Se sentindo apoiada pelas colegas
 Afirmando que sentiu medo de não conseguir cuidar do filho
 Afirmando que era muito individualista
 Aprendendo a cuidar do filho com as outras reeducandas
 Observando que está aprendendo bastante coisa com as colegas da unidade especial
 Percebendo que aos poucos deixou de se isolar com o filho na cela
 Aprendendo companheirismo
 Sendo ajudada pelas colegas a cuidar de seu filho
 Se unindo à outras presas que também amamentam exclusivamente
 Afirmando que algumas presas amamentam os filhos de outras
 Amamentando o filho só de quem é amiga
 Se a colega amamenta meu filho é porque eu confio nela
 Relacionando-se bem com as presas para não deixar "virar bagunça"
 Afirmando que ninguém consegue ficar em ambiente onde há brigas
 Colocando ordem na unidade por causa das crianças
 Ajudando as colegas para ter bom relacionamento
 Cuidando dos filhos das colegas para ter bom relacionamento
 Conversando sobre os filhos com as colegas para ter bom relacionamento

Vivendo relações não solidárias

Não confiando nas outras presas

Sentindo-se angustiada por saber que vai precisar deixar sua filha com as presas (audiência)

Não gostando que cuidem de seu filho

Não confiando nas presas

Não confiando nas colegas para cuidar de seu filho

Tendo medo das presas

Sentindo-se insegura na prisão (recém chegada, primeira prisão)

Tendo medo das presas fazerem mal à sua filha

Querendo que a criança pegue mamadeira por desconfiança das colegas

Não aceitando a amamentação cruzada por achar perigoso

Vivendo em um ambiente de divergências

Afirmando que há muitas brigas

Observando que as presas brigam por qualquer coisa

Observando que há muita briga por conta das crianças

Observando que as presas brigam porque uma quer amamentar o filho da outra

Tendo opiniões divergentes (ninguém pensa igual)

Observando que as presas não pensam igual

Achando a unidade ruim para as crianças pelas brigas entre as presas

Não gostando de interferências nos cuidados do filho

Não gostando de ouvir palpites sobre os cuidados do filho

Não gostando dos palpites das presas no cuidado com o filho

Não gostando de receber conselhos sobre os cuidados com o filho

Não gostando de ouvir fofocas sobre como cuida do filho

Acreditando que sabe o que é melhor para sua filha ("eu que sei o que é melhor para a minha filha, não elas").

Sendo incomodada pelas colegas

Cantando alto na hora da soneca

Não limpando a cela

Se incomodando com a fumaça do cigarro das presas

Saindo de perto de quem fuma

Não gostando de compartilhar cela com fumante

Expondo o filho a privações

Tendo que entregar a criança por falta de recursos (dificuldades em conseguir remédios e roupas - não considera o abrigo)

Acreditando que o filho teria atendimento de saúde rápido se não estivesse com ela

Constatando que não pode socorrer a filha se for preciso

Afirmando que precisa de providências do sistema para levar o filho ao médico

Sentindo que tudo é mais difícil na prisão

Havendo falta de comida (medo do leite fraco)

Expondo a criança à condição dos alimentos ruins

Expondo a criança à fumaça do cigarro das presas

Pensando em entregar a criança por conta das brigas

Pensando em entregar a criança quando viu que a cela era fechada duas vezes por dia

Sentindo que faz o filho sofrer por não conviver com a família

Afirmando que receber visita da família não é a mesma coisa que estar fora da prisão (passar no parque, ter contato com outras crianças)

Sentindo que o filho não merece ser privado do mundo (praça, contato com pessoas, família, ver a rua)

Sentindo que também aprisiona a filha

Sentindo que faz a filha pagar por um crime que ela (mãe) não cometeu

Não desistindo de ficar com o filho

Tendo esperança de ir embora com o filho

Afirmando que não desiste da filha por nada

Querendo ficar com o filho até o último dia

Acreditando ainda ser melhor ficar com o filho mesmo ele passando por dificuldades

Buscando um sentido para a separação

Sentindo-se culpada

Sentindo-se culpada por ter colocado o filho naquela situação

Sentindo pena do filho por tê-lo mantido na prisão

Culpando-se por ter adiado a apresentação do mundo

Sentindo que fez o filho sofrer por não conviver com a família

Sentindo que é tudo mais difícil para a criança na prisão

Ainda bem que ele vai para casa

Sentindo que tem que pensar ser melhor o filho ir embora

Acreditando que prejudica o filho se ficar com ele na prisão

Acreditando que teria sofrido menos se não tivesse ficado com o filho

Acreditando que seria melhor não ter ficado com o filho

Resignando-se em perder o filho

Acreditando que o filho será melhor assistido em saúde fora da prisão

Achando que a vida da criança será boa fora da prisão (estar com a família, conhecer coisas, comer danone, passear, andar de bicicleta com o pai)

Acreditando que se o filho for para o abrigo ele será bem cuidado

Acreditando que a criança terá tudo que precisa no abrigo (brinquedos, profissionais, crianças para brincar)

Acreditando que a criança terá leite especial no abrigo

Acreditando que o filho vai se acostumar com a família

Acreditando que a criança será amada pela família fora da prisão

Acreditando que se tiver que entregar o filho ele será bem cuidado pela família

Retomando a rotina sem o filho

Acreditando que terá chances de emprego na prisão

Afirmando que poderia ter a remição se pudesse trabalhar

Sentindo que será lembrada pelo filho quando reencontrá-lo

Querendo ter os filhos de volta quando sair da prisão

Sentindo que "Valeu a Pena"

Sentindo que o filho nasceu no pior momento de sua vida, mas o que mais precisou

Tendo o filho com ela e podendo cuidar dele

Avaliando ter sido difícil ter ficado com o filho

Acreditando ter valido a pena ter ficado com o filho, apesar de ter sido difícil

Acreditando que mesmo tendo sido difícil, foi positivo por ter cuidado do filho

Sentindo-se tranquila por saber que o filho vai para casa saudável e bem cuidado

Dando ao filho tudo que ele precisava (cuidado, amor, amamentação, carinho)

Sentindo que valeu a pena ter ficado com filho por seis meses

Sentindo que valeu a pena ter convivido com o filho

Sentindo que foi bom ter amamentado o filho

Sentindo-se tranquila por acreditar que deve sair da prisão logo para cuidar do filho

Não se arrependendo de ter ficado com o filho

Acreditando que ficar com ela foi melhor para o filho

Acreditando que o filho sofreria se não tivesse ficado com ela

Acreditando que o filho sofreria sem atenção na creche

Achando que seria melhor se o filho ficasse sempre com ela, apesar do lugar

ANEXO 1 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EEUSP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiências e Significados da Amamentação para Mulheres Presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo

Pesquisador: GRASIELLY JERONIMO DOS SANTOS MARIANO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20894313.2.0000.5392

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 464.025

Data da Relatoria: 19/11/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto que pretende ter como participantes mulheres que permanecem na companhia de seus filhos lactentes na prisão e vivenciam ou vivenciaram a experiência de amamentá-los em ambiente prisional. Para alcançar os objetivos deste estudo adotaremos, como referenciais, a teoria do Interacionismo Simbólico (IS) e o método da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). Também, será utilizado o modelo teórico Pesando Riscos e Benefícios (PRB). Ainda, em concordância com os pressupostos do referencial metodológico que fundamenta esta pesquisa, serão consideradas as gestantes e mulheres que optaram por não amamentar seus filhos durante o cumprimento de pena, para a composição de grupos amostrais.

Foi solicitada a aprovação da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, bem como a autorização judicial para iniciar o estudo, requisitos necessários para o início da coleta de dados. Os diretores dos estabelecimentos penitenciários serão contatados por telefone, a fim de informá-los acerca do estudo e para o enviar carta ofício, acompanhada dos pareceres consubstanciados de aprovação dos Comitês de Ética, e será solicitado ao diretor de cada unidade o documento de liberação de entrada da pesquisadora. Será feita uma visita prévia às unidades prisionais para conhecer os gestores e a totalidade de mulheres que atendem os requisitos de inclusão na pesquisa e, se possível, uma breve inserção da pesquisadora no ambiente em que

Endereço: Av. Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7548 **Fax:** (11)3061-7548 **E-mail:** edipesq@usp.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EEUSP

Continuação do Parecer: 464.025

estão acolhidas as mulheres e seus filhos. Será solicitado um espaço reservado para realizar as entrevistas. No primeiro contato com as participantes serão informados os interesses do estudo, sua natureza e finalidades. Após a coleta destes dados quantitativos a pesquisadora retornará aos campos de estudo e irá solicitar, a algumas, que concedam uma nova entrevista, em que serão feitas outras perguntas, agora para atender a obtenção dos dados qualitativos, em entrevista oportunamente agendada. A coleta de dados qualitativos será feita por meio de entrevista em profundidade, inicialmente, com as mulheres que amamentam no sistema penitenciário há mais tempo. Após criar um ambiente que transmita confiança à participante, a questão norteadora do estudo será introduzida: Fale-me sobre como tem sido a sua experiência de amamentar. Será verbalizada ainda a possibilidade de novos agendamentos para caso haja aspectos significativos que necessitem ser esclarecidos ou validados.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do estudo são:

- 1- Caracterizar a prática de aleitamento materno realizado por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos;
- 2- Compreender o significado consciente da experiência de amamentar, atribuído por mulheres privadas de liberdade;
- 3- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam, nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar;
- 4- Desenvolver um modelo teórico representativo da realidade do aleitamento materno vivenciado por mulheres em situação de cárcere.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisadora reconhece a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas e se compromete a conduzir suas ações respeitando-as em todos os aspectos. Durante seu desenvolvimento, os pesquisadores consideram que não há riscos ou desconfortos previstos para as participantes, entretanto, a participação nas entrevistas poderá gerar ansiedade às participantes frente ao enfrentamento de suas realidades, quanto ao processo da amamentação em ambiente prisional.

Benefícios:

Ampliar os conhecimentos sobre a amamentação, realizada por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos, compreendendo o significado consciente da experiência de

Endereço: Av. Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7548 **Fax:** (11)3061-7548 **E-mail:** edipesq@usp.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EEUSP

Continuação do Parecer: 464.025

amamentar e como este significado se manifesta em suas ações, de modo que os profissionais de saúde atuantes consigam compreender esse processo e possam desenhar um bom plano de cuidado a essa população.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto tem grande relevância científica e social, é bem delineado e apresenta proposta que poderá contribuir para o conhecimento da vivência da amamentação por mulheres em ambiente prisional. Os pesquisadores estão apresentando o projeto à Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo. Pretende-se entrevistar todas as mulheres que preencham os critérios de inclusão em 10 Unidades prisionais do Estado de São Paulo. Os métodos apresentados são pertinentes para o projeto proposto, bem como a fundamentação apresentada. Os procedimentos para as entrevistas foram devidamente apresentados e estão adequados para as finalidades do projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Segundo justificativa dos pesquisadores, o termo de consentimento livre e esclarecido segue ao que é preconizado pela SAP, e as modificações sugeridas foram apresentadas a esse órgão. O termo anexado à Plataforma Brasil atende razoavelmente ao recomendado pela resolução 466.

Recomendações:

Pela aprovação do projeto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

A aprovação deste CEP não substitui a autorização prévia da instituição co-participante, para o início da coleta de dados.

Reitera-se a necessidade de registro de relatório com os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil.

Endereço: Av. Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7548 **Fax:** (11)3061-7548 **E-mail:** edipesq@usp.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EEUSP

Continuação do Parecer: 464.025

SAO PAULO, 21 de Novembro de 2013

Assinador por:
Ruth Natalia Teresa Turrini
(Coordenador)

Endereço: Av. Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7548 **Fax:** (11)3061-7548 **E-mail:** edipesq@usp.br

ANEXO 2 - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo

A- Comitê de ética da Secretaria de Administração Penitenciária

GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

São Paulo, 14 de novembro de 2013.

Data de Entrada: 23/10/2013
CAEE: 238.132.2.0000.5563
1ª Avaliação: 14/11/2013

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-SAP Nº 018/2013

ANÁLISE DO PROJETO

Título: **Experiências e Significados da Amamentação para Mulheres Presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo**

Adequado à pesquisa

Pesquisador Responsável:

Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano

Discente associado: n/a

Pesquisador Associado: n/a

Instituição: Universidade de São Paulo

Departamento/ Disciplina: EEUSP

Patrocinador: CAPES

Objetivo Acadêmico: Obtenção do título de Doutorado

Justificativa: Este trabalho tem por objetivo propor uma reflexão a respeito do aleitamento materno em ambiente prisional, de modo que, neste contexto, compreender a dinâmica desta prática pode auxiliar no desenvolvimento de modelos assistenciais específicos à saúde destas mulheres e seus lactentes.

Há pertinência no estudo

Objetivos do Estudo:

Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.
Fone: (11) 3206-4823.

Para ser incluída neste estudo a nutriz deve ter habilidade de se comunicar fluentemente em português, uma vez que o DEPEN informa, por meio do InfoPen (BRASIL, 2011), que há estrangeiras cumprindo pena em penitenciárias do Estado de São Paulo. Também, será explicado que *todas* as reeducandas que amamentam nas penitenciárias onde o estudo será realizado participarão da primeira coleta de dados, em que será feita uma entrevista com perguntas, cujas respostas serão anotadas pela pesquisadora em um formulário. Após a coleta destes dados quantitativos a pesquisadora retornará aos campos de estudo, e irá solicitar a algumas, que conceda uma nova entrevista, em que serão feitas outras perguntas, agora para atender a obtenção dos dados qualitativos, em entrevista oportunamente agendada.

Uma vez tendo realizado a coleta de dados quantitativos, a pesquisadora terá conhecimento sobre as mulheres que compõem este cenário de pesquisa, terá feito sua inserção no campo de estudo e terá realizado observações objetivas sobre o contexto. Passará então para a coleta dos dados qualitativos, que poderá demandar um número maior de visitas às diferentes unidades prisionais, até a conclusão do estudo.

Mesmo que as mulheres que participaram da coleta de dados quantitativos já tenham sido encaminhadas para outros setores do sistema prisional e que não estejam mais na companhia de seus filhos, elas continuarão sendo consideradas potencialmente sujeitos para a pesquisa qualitativa. Este fato atende às premissas da Teoria Fundamentada nos Dados, que prevê a criação de grupos amostrais, cuja definição do sujeito participante está na dependência do tipo de informação ou dado que pode ser necessário ser coletado e que a sua experiência pode fornecer.

À medida que os grupos amostrais forem sendo formados, segundo a análise dos dados, a pesquisadora irá informando os gestores sobre o agendamento com as mulheres que irão compor os novos grupos.

A reeducanda que interromper a amamentação após o primeiro procedimento de coleta de dados não será excluída do estudo, como já mencionado, poderá ser incluída em novo grupo amostral mesmo que estiver em outro setor do sistema. Igualmente, a mulher que receber a sua liberdade após ter sido entrevistada para a pesquisa quantitativa não será

excluída, mas não participará da pesquisa qualitativa. Da mesma forma, se houver o benefício da liberdade após a pesquisa qualitativa, a reeducanda não mais será considerada para compor novos grupos amostrais.

Se houver a necessidade de entrevistar outras mulheres para a composição de novos grupos amostrais, que poderão vir a ser compostos por gestantes e/ou aquelas que decidiram não amamentar seus filhos durante a reclusão, a pesquisadora entrará em contato com os gestores das unidades penitenciárias para tomar conhecimento da existência de reeducanda nestas condições e agendar uma visita para que o estudo possa ser apresentado a ela e, oportunamente, seja feito o convite de participação. Para estas mulheres, serão coletados os dados de caracterização e do item 2 do Apêndice B, sendo o enfoque de sua provável participação os dados qualitativos sobre sua experiência de não amamentar.

Para a coleta do dado quantitativo será aplicado um formulário que contém questões objetivas, as quais visam obter dados sobre a caracterização dos sujeitos do estudo, da prática da amamentação, orientações recebidas pela nutriz sobre o aleitamento materno ou acerca de outra forma utilizada para alimentar a criança.

O instrumento será lido questão a questão para as mulheres nutrizes, cujas respostas serão registradas pela entrevistadora diretamente no impresso. (Anexo B). Após a conclusão da coleta de dados quantitativos, a pesquisa seguirá então, para a coleta de dados qualitativos, que será feita por meio da entrevista em profundidade, inicialmente, com as mulheres que amamentam no sistema penitenciário há mais tempo, considerando que o maior período de experiência de amamentar durante a reclusão pode resultar em experiências mais amplas com essa prática.

Desta forma, após criar um ambiente que transmita confiança à participante, a questão norteadora do estudo será introduzida: *Fale-me sobre como tem sido a sua experiência de amamentar.*

No corpo do projeto fica claro passo a passo o que será realizado, entretanto quanto à questão da entrevista qualitativa não fica esclarecido objetivamente como se dará. Ressalto ainda que no TCLE não foi informado às reeducandas como ocorrerão às entrevistas, tanto quantitativas como qualitativas.

Gerais-

- 1- Caracterizar a prática de aleitamento materno realizado por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos; Compreender o significado consciente da experiência de amamentar atribuído por mulheres privadas de liberdade;
- 2- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar;
- 3- Desenvolver um modelo teórico representativo da realidade do aleitamento materno vivenciado por mulheres em situação de cárcere.
- 4- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar;
- 5- Desenvolver um modelo teórico representativo da realidade do aleitamento materno vivenciado por mulheres em situação de cárcere.

Específicos- n/a

Os objetivos estão claros e adequados ao campo da pesquisa.

Método:

Serão considerados campos de pesquisa 10 estabelecimentos penitenciários femininos do Estado de São Paulo, por recolher mulheres e bebês em processo de amamentação: Penitenciária Feminina de Campinas, Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, Penitenciária Feminina Sant'Ana, Penitenciária Feminina de Pirajuí, Penitenciária Tupi Paulista, Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário Feminino, Penitenciária Feminina II de Tremembé e Centro de Progressão Penitenciária "Dra Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan.

As participantes deste estudo são todas as mulheres que permanecem na companhia de seus filhos lactentes na prisão no momento da coleta de dados e vivenciam ou vivenciaram a experiência de amamentá-los em ambiente prisional. Ainda, em concordância com os pressupostos do referencial metodológico que fundamenta esta pesquisa, serão consideradas as gestantes e mulheres que optaram por não amamentar seus filhos durante o cumprimento de pena para a composição de grupos amostrais.

Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.
Fone: (11) 3206-4823.

Cronograma: **adequado ao estudo.**

Riscos para os participantes:

Esta pesquisa reconhece a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas e se compromete a conduzir suas ações respeitando-as em todos os aspectos. Durante seu desenvolvimento, não há riscos ou desconfortos previstos para as participantes e a pesquisadora assume a responsabilidade por quaisquer situações não previstas no projeto em decorrência da participação da reeducanda.

Adequado ao estudo.

Adequação da metodologia aos objetivos perseguidos

O método está adequado aos objetivos propostos. Cabe ressaltar que o Centro Hospitalar deverá ser excluído, porque não está mais subordinada à Secretaria de Administração Penitenciária, que atualmente esta sob-responsabilidade da Santa casa de Misericórdia que inclusive tem CEP próprio.

Grau de vulnerabilidade dos sujeitos e medidas protetoras propostas:

A pesquisadora faz clara referência sobre a vulnerabilidade das participantes.

ANÁLISE DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Concisão e objetividade:

Objetivos gerais:

- 1- Caracterizar a prática de aleitamento materno realizado por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos;
- 2- por mulheres privadas de liberdade;
- 3- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar;
- 4- Desenvolver um modelo teórico representativo da realidade do aleitamento materno vivenciado por mulheres em situação de cárcere.

Os objetivos estão claros e ao alcance da população estudada.

Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.
Fone: (11) 3206-4823.

Linguagem é adequada e clara.

A linguagem é clara, mas seria de bom tom se pudesse ser simplificada e ao alcance da população estudada (objetivos mais simplificados e de fácil compreensão). Lembrando que agindo desta forma a população estudada não só terá autonomia para decidir sua participação, como terá ciência do estudo em que fará parte.

Descrição suficiente dos procedimentos:

Procedimentos de obtenção de dados: A pesquisadora fará, inicialmente, uma visita com o objetivo de conhecer as unidades penitenciárias, seus gestores e a totalidade de participantes que atendem os requisitos para inclusão na pesquisa. Para alcançar os objetivos, considera-se para este estudo a estratégia de entrevista.

Entrevistas: O estudo será iniciado pela pesquisadora entrevistando todas as mulheres que estão amamentando nos campos de pesquisa, para atender ao objetivo quantitativo da investigação. Depois que todas as nutrizes tiverem respondido à primeira entrevista, a coleta de dados qualitativos será iniciada.

No corpo do trabalho o método e procedimentos (no que se refere à entrevista quantitativa), estão claros, entretanto no TCLE nem a entrevista quantitativa, nem a qualitativa estão claramente expostas as participantes. O que como já citado, compromete o princípio de autonomia das reeducandas.

Identificação dos riscos e desconfortos esperados:

Esta pesquisa reconhece a situação de vulnerabilidade das mulheres encarceradas e se compromete a conduzir suas ações respeitando-as em todos os aspectos. Durante seu desenvolvimento, não há riscos ou desconfortos previstos para as participantes e a pesquisadora assume a responsabilidade por quaisquer situações não previstas no projeto em decorrência da participação da reeducanda.

Adequado ao estudo..

Garantia dos direitos fundamentais do sujeito de pesquisa (informação, privacidade, recusa inócua, desistência, indenização, ressarcimento, continuidade do atendimento, informação dos resultados, acesso ao pesquisador e CEP etc);

O participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

Esta informação está muito simplificada, devendo a pesquisadora informar claramente às participantes sobre esta possibilidade, lembrando novamente do princípio da autonomia.

GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Identificação dos responsáveis pelo atendimento, acompanhamento e recebimento dos sujeitos encaminhados, quando for o caso:

Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano
Telefone: 555- (11) 96696-2403

14. Endereço dos Comitês de Ética:

EE
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – São Paulo – SP CEP:05403-000.
Fone: (11) 3061-7548. E-mail: edipesq@usp.br

SAP
Endereço do Comitê de Ética do CEPSAP: Av. Prof. Ataliba Leonel nº 556 – Santana – São Paulo – SP CEP: 02033-000.
Fone: (11) 3206-4700. E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

As informações seguem as recomendações.

Considerações

O trabalho é de excelente qualidade e de interesse á população que se destina, entretanto há de se considerar que as recomendações visam objetivar e favorecer a compreensão das participantes quanto ao tema.

Orientações Finais: Em consonância ao estabelecido nos artigos 33, 34 e 35 do Regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP o (s) pesquisador (es) deverá (ão) apresentar:

() **Um único relatório** ao final da pesquisa contendo os resultados obtidos, contribuições e sugestões para o sistema prisional, além dos demais documentos definidos no Regimento Interno do CEPSAP.

() **Relatórios semestrais sintéticos** ao longo do desenvolvimento da pesquisa relatando resultados parciais e indicações de continuidade e um relatório final contendo os resultados obtidos, contribuições e sugestões, além dos demais documentos definidos no Regimento Interno do CEPSAP ao final da pesquisa.

(X) **Relatórios final** ao término do desenvolvimento da pesquisa relatando resultados finais obtidos e contribuições ao sistema prisional além das demais exigências definidas no Regimento Interno do CEPSAP.

Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.
Fone: (11) 3206-4823.

GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER DO COLEGIADO

Apresentado a este Comitê para análise segundo normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (12/12/12), foi considerado:

- ☒ APROVADO
- ☐ PENDENTE
- ☐ REPROVADO

Data 14/11/2013

Profª. Drª. Rosalide Lopes

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

Para atendimento do inciso VII do artigo 11 da Resolução SAP nº 083 de 22 de abril de 2010 e alterações posteriores, autorizo a realização da pesquisa proposta, com fundamento no Parecer Consubstanciado nº 018/2013 e desde que observados os procedimentos abaixo descritos:

- I** – prévio agendamento de data e horário com a Direção da Unidade Prisional;
- II** – rigoroso atendimento às regras de segurança e disciplina;
- III** – concordância expressa do (a) preso (a) ou servidor (a) a ser entrevistado;

Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo/SP, CEP 02033-000.
Fone: (11) 3206-4823.

GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

IV – autorização judicial nos casos de imagem ou entrevista com presidiário (a).

V - Encaminhe-se cópia deste parecer ao Coordenador da Coordenadoria das Unidades Prisionais das Regiões Coremetro, Noroeste, Central e Corevali e aos Diretores das Unidades Prisionais: Penitenciárias Femininas de Ribeirão Preto, Campinas, Capital, Santana, Pirajuí, I e II de Tremembé, Butantã e Penitenciária de Tupi Paulista.

Gabinete do Secretário, 14 de novembro de 2013.

Dr. Lourival Gomes

Secretário de Estado

Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

COMITÊ DE ÉTICA
SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiências e Significados da Amamentação para Mulheres Presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo

Pesquisador: GRASIELLY JERONIMO DOS SANTOS MARIANO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20894313.2.0000.5392

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 528.455

Data da Relatoria: 19/02/2014

Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem por objetivo propor uma reflexão a respeito do aleitamento materno em ambiente prisional, de modo que, neste contexto, compreender a dinâmica desta prática pode auxiliar no desenvolvimento de modelos assistenciais específicos à saúde destas mulheres e seus lactentes.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão claros e adequados ao campo de pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A apreciação dos riscos e benefícios são claros. A pesquisadora faz referências sobre a vulnerabilidade das participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O método está adequado aos objetivos propostos. Cabe ressaltar que o Centro Hospitalar deverá ser excluído, porque não está mais subordinada à Secretaria de Administração Penitenciária, que atualmente esta sob responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, que inclusive tem CEP próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No corpo do trabalho o método e procedimentos (no que se refere à entrevista quantitativa), estão

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600 - 5º andar
Bairro: Centro **CEP:** 01.008-000
UF: SP **Município:** SÃO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 **Fax:** (11)3775-8108 **E-mail:** comitedeetica@sap.sp.gov.br

COMITÊ DE ÉTICA
SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO

Continuação do Parecer: 528.455

claros, entretanto no TCLE nem a entrevista quantitativa, nem a qualitativa estão claramente expostas às participantes. o que entendemos compromete o princípio de autonomia das pesquisadas, também a informação de que poderá a participante sair a qualquer tempo do estudo, está muito concisa, devendo ser informada claramente à participante sobre esta possibilidade.

Recomendações:

A linguagem, principalmente no que se refere ao TCLE é compreensível, mas sugerimos que seja simplificada ao alcance da população a ser estudada(objetivos mais simplificados e de fácil compreensão. lembrando que agindo desta forma a população estudada não só terá autonomia para decidir sua participação, como terá ciência do estudo do qual fará parte.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Trabalho é de excelente qualidade e parece ser tema de interesse a todos os envolvidos de uma forma ou de outra com a situação reclusiva feminina, no entanto ressaltamos a importância de que as recomendações sugeridas, sejam consideradas, visando objetivar e favorecer a população, objeto do estudo.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 12 de Fevereiro de 2014

Assinador por:
Rosalice Lopes
(Coordenador)

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600 - 5º andar
Bairro: Centro CEP: 01.008-000
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 Fax: (11)3775-8108 E-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

ANEXO 3 - Formulário para obtenção de anuência do Secretário de Estado

FORMULÁRIO DE OBTENÇÃO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NAS UNIDADES PRISIONAIS DE SÃO PAULO

01	<p>NOME DO(S) PESQUISADOR (es) RESPONSÁVEL(is)</p> <p>(atenção para os casos de TCC que deverá constar como responsável o Prof. Orientador)</p> <p>Incluir neste campo o e-mail para contato do responsável e demais associados, se houver.</p>	<p>Pesquisadora: Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano</p> <p>Email: grasimariano@usp.br</p> <p>Orientadora: Profª Drª Isília Aparecida Silva</p> <p>Email: isasilva@usp.br</p>														
02	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	Experiências e Significados da Amamentação para mulheres presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo														
03	OBJETIVO GERAL	<ol style="list-style-type: none"> 1- Caracterizar a prática de aleitamento materno realizado por mulheres reclusas em estabelecimentos prisionais femininos; 2- Compreender o significado consciente da experiência de amamentar atribuído por mulheres privadas de liberdade; 3- Compreender como os significados atribuídos pelas mulheres encarceradas se manifestam nas suas ações em relação ao seu processo de amamentar; 4- Desenvolver um modelo teórico representativo da realidade do aleitamento materno vivenciado por mulheres em situação de cárcere. 														
04	OBJETIVO ACADÊMICO	Projeto de pesquisa para elaboração de Tese apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) para obtenção do título de Doutor em Ciências.														
05	POPULAÇÃO ALVO	As participantes deste estudo são todas as mulheres que permanecem na companhia de seus filhos lactentes na prisão no momento da coleta de dados e vivenciam ou vivenciaram a experiência de amamentá-los em ambiente prisional. Ainda, em concordância com os pressupostos do referencial metodológico que fundamenta esta pesquisa, serão consideradas as gestantes e mulheres que optaram por não amamentar seus filhos durante o cumprimento de pena para a composição de grupos amostrais.														
06	NÚMERO DE PARTICIPANTES	Para a entrevista quantitativa serão consideradas todas as mulheres que estão amamentando no estabelecimento prisional no momento em que o estudo iniciar. Para a entrevista qualitativa a amostragem será realizada por meio de saturação teórica e, por este motivo, não há como prever o número de sujeitos, de modo que todas as mulheres que permanecerem amamentando após a primeira coleta serão potencialmente consideradas.														
07	TEMPO DE DURAÇÃO DA PESQUISA	Por se tratar de um estudo que inclui métodos qualitativos, o tempo da pesquisa está na dependência da saturação teórica, não sendo possível precisá-lo.														
08	UNIDADE(S) PRISIONAL(IS) ONDE SE FARÁ(ÃO) A PESQUISA	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Estabelecimento Prisional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>Penitenciária Feminina de Campinas</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Penitenciária Feminina da Capital</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>Penitenciária Feminina Sant' Ana</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Penitenciária Feminina Pirajuf</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>Penitenciária Tupi Paulista</td> </tr> </tbody> </table>		Estabelecimento Prisional	1	Penitenciária Feminina de Campinas	2	Penitenciária Feminina da Capital	3	Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto	4	Penitenciária Feminina Sant' Ana	5	Penitenciária Feminina Pirajuf	6	Penitenciária Tupi Paulista
	Estabelecimento Prisional															
1	Penitenciária Feminina de Campinas															
2	Penitenciária Feminina da Capital															
3	Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto															
4	Penitenciária Feminina Sant' Ana															
5	Penitenciária Feminina Pirajuf															
6	Penitenciária Tupi Paulista															

		<table border="1"> <tr> <td>7</td><td>Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Feminino</td></tr> <tr> <td>8</td><td>Penitenciária Feminina II de Tremembé</td></tr> <tr> <td>9</td><td>Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé</td></tr> <tr> <td>10</td><td>Centro de Progressão Penitenciária “Drª Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan</td></tr> </table>	7	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Feminino	8	Penitenciária Feminina II de Tremembé	9	Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé	10	Centro de Progressão Penitenciária “Drª Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan
7	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Feminino									
8	Penitenciária Feminina II de Tremembé									
9	Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier de Tremembé									
10	Centro de Progressão Penitenciária “Drª Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan									
09	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS	QUAL(IS)? Um gravador de voz, caderno de tipo brochura e caneta para anotações.								
10	NECESSITARÁ DE ALGUM TIPO DE RECURSO MATERIAL OU HUMANO DA UNIDADE PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	☒ (X)SIM, QUAL(IS)? Será necessária a disponibilidade de uma sala reservada onde as entrevistas possam ser conduzidas. ☐ ()NÃO								
11	A PESQUISA INCLUI O USO DE EQUIPAMENTOS DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS (especifique) <u>NOTA:</u> Somente será permitida a gravação de voz com aparelhos especialmente destinados a este fim. Não é permitido o uso de celulares para fins de gravação. Em relação às filmagens, somente serão permitidas as que em circunstâncias previamente analisadas pelo CEP/SAP e o Titular da Pasta.	☒ (X)SIM <hr/> <hr/> <hr/> ☐ ()NÃO								

Eu, Grasielly Jeronimo dos Santos Mariano, RG nº 29.036.476-0, responsável pela pesquisa intitulada Experiências e Significados da Amamentação para mulheres presas no Sistema Penitenciário Feminino do Estado de São Paulo, assumo total responsabilidade pelas informações constantes deste formulário e afirmo estar ciente de que as afirmações e solicitações nele expressas **NÃO** poderão ser alteradas em nenhum momento da execução do projeto, caso aprovado. Tenho ainda conhecimento de que as unidades prisionais não estão obrigadas a dispor de recursos materiais ou humanos para a realização do presente projeto de pesquisa, portanto se a unidade eleita não puder disponibilizar o que for necessário deverei obtê-los por meus próprios meios; eleger outra unidade prisional ou ainda desistir de sua execução.

_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Para atendimento às exigências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, concedo anuência à realização da proposta a qual somente poderá ser desenvolvida após apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa desta Pasta e a autorização deste Secretário.

Gabinete do Secretário, _____ de _____ de 2013.

LOURIVAL GOMES

Secretário de Estado

ANEXO 4 - Autorizações judiciais

A- Autorização Judicial - Unidades da Capital

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DA CAPITAL

Conclusão

Em 27 de janeiro de 2014, faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito da 2ª Vara das Execuções Criminais e da Corregedoria dos Presídios Femininos da Capital – DECRIM VI -

Dra. Nídea Coltro Sorci

Eu,Func. Subsc.

Expediente avulso 3067/13

Vistos.

Autorizo a realização do projeto de pesquisa na Penitenciária Feminina da Capital, na Penitenciária Feminina de Santana e no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, mediante a concordância expressa das sentenciadas e de seus Defensores, restringindo-se ao tema em questão, sempre com a supervisão da Diretoria, a quem incumbirá adotar todas as cautelas necessárias para o resguardo da segurança e ordem interna do estabelecimento. Ficam vedadas filmagens de áreas de segurança, veículos e funcionários da unidade.

A curta permanência das reclusas em período de amamentação na Penitenciária da Capital não prejudicará a pesquisa ante os moldes em que será realizada, descritos no detalhamento anexo.

Dia e horário do ingresso na unidade deverão ser agendados conforme disponibilidade da Diretoria.

Comuniquem-se a pesquisadora e o comitê.

PRIC e archive-se.
São Paulo, d.s.

Nídea Coltro Sorci
Juíza de Direito

B- Solicitação de autorização judicial para unidades da capital

Gabinete do Secretário
Comitê de Ética em Pesquisa

São Paulo, 26 de novembro de 2013.

Ofício CEP/SAP nº 047/2013.
CAAE: 238.132.2.0000.5563

Exp. Avulso **DECRIM-6**

3067 /13

Ref. Encaminha Parecer Consubstanciado Aprovado pelo CEP/SAP nº 018/2013

Meritíssimo (a) Juiz (a),

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2º, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária – CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP nº 83, de 22 de abril de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência cópia dos seguintes documentos: Folha de Rosto Síntese do Projeto de pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Parecer Consubstanciado CEP/SAP nº 018/2013, referentes ao projeto de pesquisa intitulado **"Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo."**, o qual foi aprovado nos quesitos éticos e científicos por este Comitê, restando apenas autorização de Vossa Excelência, para que as atividades de pesquisa possam ser iniciadas nas Penitenciárias Femininas da Capital, Santana e Butantã.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Profª. Drª. Rosalice Lopes
Coordenadora do CEP/SAP

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
MM. Juiz (a) de Direito da 2ª VEC da Capital
Fórum da Barra Funda – Ministro Mário Guimarães
Av. Abraão Ribeiro, 313
Cep- 01133-020
São Paulo -SP

Rua Líbero Badaró, 600 5º andar – Centro – Cep 01008-000 – São Paulo-SP

C- Autorização judicial para as unidades da cidade de Tremembé

Vec Taubaté 36242879 >> 044-CEP/SAP p.1/1

SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

Gabinete do Secretário
Comitê de Ética em Pesquisa

*Antônio o início
do trabalho, conforme
aqui notificado*
São Paulo, 26 de novembro de 2013.

*Comunique-se e
arquivem-se*
17/12/14

Ofício CEP/SAP nº 049/2013.
CAAE: 238.132.2.0000.5563

Ref. Encaminha Parecer Consubstanciado Aprovado pelo CEP/SAP nº 018/2013.

Meritíssimo (a) Juiz (a),

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2º, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária - CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP nº 83, de 22 de abril de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência cópia dos seguintes documentos: Folha de Rosto Síntese do Projeto de pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Parecer Consubstanciado CEP/SAP nº 018/2013, referentes ao projeto de pesquisa intitulado "Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo.", o qual foi aprovado nos quesitos éticos e científicos por este Comitê, restando apenas autorização de Vossa Excelência, para que as atividades de pesquisa possam ser iniciadas nas Penitenciárias Femininas I e II de Tremembé.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Profª. Drª. Rosalice Lopes
Coordenadora do CEP/SAP

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
MM. Juiz(a) da 1ª Vara de Execuções Criminais
Fórum de Taubaté
Rua Barão da Pedra Negra, 260/Centro
Taubaté- SP
Cep- 12020-220

Rua Libero Badaró, 600 5º andar - Centro - Cep 01008-000 - São Paulo-SP

D- Autorização judicial para a unidade de Pirajuí

Gabinete do Secretário Comitê de Ética em Pesquisa

São Paulo, 26 de novembro de 2013.

Ofício CEP/SAP nº 048/2013.
CAAE: 238.132.2.0000.5563

Ante a documentação
apresentada e o parecer exarado autorizo o
início da pesquisa na Penitenciária de Pirajuí.

Ref. Encaminha Parecer Consubstanciado Aprovado pelo CEP/SAP nº 018/2013.

Renata Biagioni Belam
Juíza de Direito

Meritíssimo (a) Juiz (a),

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2º, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária – CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP nº 83, de 22 de abril de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência cópia dos seguintes documentos: Folha de Rosto Síntese do Projeto de pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Parecer Consubstanciado CEP/SAP nº 018/2013, referentes ao projeto de pesquisa intitulado **"Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo."**, o qual foi aprovado nos quesitos éticos e científicos por este Comitê, restando apenas autorização de Vossa Excelência, para que as atividades de pesquisa possam ser iniciadas na Penitenciária Feminina de Pirajuí.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Profª. Drª. Rosalice Lopes
Coordenadora do CEP/SAP

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Fórum III Execuções Criminais
Av. Duque de Caxias, 12-20/Bairro Santa Helena
Bauru-SP
Cep – 17012-151

E- Autorização judicial para a unidade de Ribeirão Preto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA RIBEIRÃO PRETO
1ª VARA DO JÚRI E DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS

= CONCLUSÃO =

Em 24/02/2014, faço este expediente concluso ao MM. Juiz de Direito, Dr. **LUÍS AUGUSTO FREIRE TEOTÔNIO**. Eu, Luís Augusto Freire Teotônio (), subscrevo.

DESPACHO - OFÍCIO

Ref. ofício CEP/SAP nº 051/2013

CAEE : 238.132.2.0000.5563

Projeto de pesquisa : "Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo"

Tendo em vista que o expediente diz respeito a matéria de natureza extra jurisdicional, r. e a. como expediente pela Corregedoria dos Presídios.

Considerando a autorização dos órgãos administrativos competentes da Secretaria de Administração Penitenciária, não há oposição do Juízo na realização da pesquisa, desde que observadas todas as cautelais legais, inclusive quanto à expressa concordância em participação de cada uma de presas entrevistadas, bem assim de prévio agendamento com a direção da unidade prisional, a fim de não incorrer em eventual embaraço na rotina do presídio.

Comunique-se, com cópia à direção da Penitenciária, servindo cópia do presente como ofício.

Após, dê-se ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública e archive-se.

R. Preto, 07 de março de 2014.

LUÍS AUGUSTO FREIRE TEOTÔNIO

Juiz de Direito

F- Autorização judicial para a unidade de Tupi Paulista**PODER JUDICIÁRIO****SÃO PAULO****DO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE.**

(Av. Cel. José Soares Marcondes, 2201- VI. São Jorge- CEP 19.013.050)

Em 09 de dezembro de 2013.

Senhora Coordenadora,

Através do presente, em resposta ao ofício CEP/SAP nº 050/2013. CAAE: 238.132.20000.5563 ,informo a Vossa Senhoria, que este Juízo na data de 06/12/2013, deferiu o pedido para que as atividades de pesquisas possam ser iniciadas na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, referente ao projeto intitulado "Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo/SP.

Apresento a Vossa Senhoria protestos de consideração e estima.

LUIZ CARLOS DE CARVALHO MOREIRA
Juiz de Direito

AO ILMO. SRª COORDENADORA DO CEP/SAP
PROFª. DRª ROSALICE LOPES
RUA LIBERO BADARO, 600 – 5º ANDAR
SÃO PAULO/SP – CEP 01008-000

Ofício das Execuções Criminais

Gabinete do Secretário
 Comitê de Ética em Pesquisa

05 DEZ 2013

Presidente Prudente - SP

Ofício CEP/SAP nº 050/2013.
CAAE: 238.132.2.0000.5563

São Paulo, 26 de novembro de 2013.

Ref. Encaminha Parecer Consubstanciado Aprovado pelo CEP/SAP nº 018/2013.

Meritíssimo (a) Juiz (a),

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2º, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária - CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP nº 83, de 22 de abril de 2010, encaminhamos a Vossa Excelência cópia dos seguintes documentos: Folha de Rosto Síntese do Projeto de pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e Parecer Consubstanciado CEP/SAP nº 018/2013, referentes ao projeto de pesquisa intitulado **"Experiências e significados da amamentação para mulheres presas no sistema penitenciário feminino do Estado de São Paulo."**, o qual foi aprovado nos quesitos éticos e científicos por este Comitê, restando apenas autorização de Vossa Excelência, para que as atividades de pesquisa possam ser iniciadas na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Profª. Drª. Rosalice Lopes
Coordenadora do CEP/SAP

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
MM. Juiz(a) da 2ª Vara de Execuções Criminais
De Presidente Prudente
Av. Coronel José Soares Marcondes, 2201/Vila Comercial.
Presidente Prudente/SP
Cep - 19031-050